



DAXIYANGGUO

大
西
洋
國大
西
洋
國Revista
Portuguesa
de Estudos
Asiáticos

DAXIYANGGUO

n.º 24 . Ano 2019

Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos
Portuguese Journal of Asian Studies

Publicação anual e gratuita

sumário n.º 24 / 2019

summary

1. Catarina Severino
O Corpo Colonizado entre Propaganda e Ciência: Traços do filme "Artes e Ofícios de Timor"
 2. Cláudia Ribeiro
Os Bronzes Rituais Chineses E A Sua Presença Em Coleções Portuguesas
 3. Luiz Guilherme Natalio de Mello
Uma Intersecção entre Riscos Ambientais, Migrações e Vulnerabilidade Social: o caso das Filipinas
 4. Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos
O Soft e o Sharp Power no Estudo de Área da China: um olhar sobre a diplomacia pública chinesa a partir da Rede de Cidades Criativas UNESCO.
 5. Ricardo Filipe Aguiar Mateus Pereira
Fórum Macau: Soft power chinês nos PALOP
- ENSAIO
6. Nuno Canas Mendes
Afinidades eletivas: Relações Internacionais e Estudos de Área: O caso dos Estudos Asiáticos no ISCSP

DAXIYANGGUO

Patrocínio



 FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES

ISCSP
 INSTITUTO SUPERIOR DE
 CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
 UNIVERSIDADE DE LISBOA


INSTITUTO DO ORIENTE

DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

Publicação do Instituto do Oriente – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

(Número de registo de pessoa colectiva – 600019152)

Direcção	Director Nuno Canas Mendes (IO/ISCSP)
	Sub-directora Andrea Valente (IO/ISCSP)
Gabinete Editorial	Pedro Oliveira (IO/ISCSP)
Conselho Consultivo	Adriano Moreira (ISCSP)
	António Vasconcelos de Saldanha (IO/ISCSP)
	João Paulo Oliveira e Costa (Univ. Nova de Lisboa, Centro de história Além-Mar)
	Surjit Mansingh (Jawaharlal Nehru University, Nova Deli)
	Michael Yahuda (London School of Economics)
	Robert Ross (Harvard University, John King Fairbank Center for East Asian Research)
	Kjeld Erik Brødsgaard (The Copenhagen Business School, Asia Research Center)
	Paolo Santangelo (Istituto Orientale Napoli)
	Xiao Chen (Beijing University)
	Harry Harding (Elliott School of International Affairs, G. W. University)
	Chao-Jen Huang (Taiwan Institute of Economic Research)
	Ana Cristina Alves (Nanyang Technological University of Singapore)
Estatuto Editorial	Poderá consultar o Estatuto Editorial em http://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/estatuto-editorial
	Publicação gratuita
	Periodicidade Anual

Patrocínio



Sede do Editor e da Redacção

Instituto do Oriente/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Campus Universitário do Alto da Ajuda
Rua Almerindo Lessa, 1300-633 Lisboa

Design gráfico da capa

Susana Barreto

Produção gráfica

Multitipo – Artes Gráficas, Lda.
Rua Sebastião e Silva, 19 – 2745-838 Queluz-Massamá

Tiragem

250 exemplares

ISSN

16454677

Depósito Legal

339 105/12

N.º Registo ERC

124011

Artigos

O Corpo Colonizado entre Propaganda e Ciência: Traços do filme
“Artes e Ofícios de Timor”

Catarina Severino 3

Os Bronzes Rituais Chineses E A Sua Presença Em Colecções
Portuguesas

Cláudia Ribeiro 16

Uma Intersecção entre Riscos Ambientais, Migrações e
Vulnerabilidade Social: o caso das Filipinas

Luiz Guilherme Natalio de Mello 47

O *Soft* e o *Sharp Power* no Estudo de Área da China: um olhar
sobre a diplomacia pública chinesa a partir da Rede de Cidades
Criativas UNESCO.

Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos 73

Fórum Macau: *Soft power* chinês nos PALOP

Ricardo Filipe Aguiar Mateus Pereira 102

Ensaio

Afinidades eletivas: Relações Internacionais e Estudos de Área:
O caso dos Estudos Asiáticos no ISCSP

Nuno Canas Mendes 132

DAXIYANGGUO

Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

Portuguese Journal of Asian Studies

A Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos é uma publicação anual que visa a divulgação das grandes temáticas dos Estudos Asiáticos junto de investigadores especializados, adotando uma abordagem abrangente no âmbito das Ciências Sociais e Políticas. A Daxiyangguo é uma publicação do Instituto do Oriente, unidade de investigação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com o patrocínio da Fundação Jorge Álvares.

The logo for Latindex, featuring the word "latindex" in a stylized, lowercase, serif font. The letters are dark and have a slightly textured appearance.

A Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos é uma publicação indexada no Latindex – Catálogo e Diretório (Folio 12791).

O Corpo Colonizado entre Propaganda e Ciência: Traços do filme “Artes e Ofícios de Timor”¹ | The Colonized Body Between Propaganda And Science: Traces Of The Film “Artes E Ofícios De Timor”

Catarina Severino

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Lisboa (ISCSP/ICS) e investigadora no Instituto do Oriente (ISCSP-ULisboa).

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.3-15

Resumo:

Neste artigo proponho pensar a forma como o colonialismo português se concebeu como uma experiência corpórea a partir da análise do filme “Artes e Ofícios de Timor”, incluindo o seu contexto de produção e apresentação. Esta película, realizada por António de Almeida (1900-1984) no âmbito dos trabalhos da Missão Antropológica de Timor, pretendeu retratar as artes e os ofícios dos timorenses no seu quotidiano, nomeadamente a escultura, o artesanato, a tecelagem, a produção de sal e a construção de habitações. Simultaneamente, argumento que este material pode ser identificado como parte de dois registos que serviram propósitos diferenciados no âmbito da prática antropológica colonial em Portugal em meados do século passado: um mais propagandístico, caracterizado pela existência de uma narrativa sonora e outro mais científico, que se consubstanciou na apresentação da película, sem som, ao XXIV Congresso Internacional de Orientalistas, ocorrido em Munique entre 28 de agosto e 4 de setembro de 1957. Tênto, ainda, problematizar a relação entre a prática científica e a prática política na reta final do colonialismo português, com o argumento de que as mesmas se relacionam e se contaminam. Para tal, faço uso de uma comparação entre os diferentes imaginários coloniais e científicos das colónias asiáticas, africanas e do Brasil. Concluo, propondo que as colónias asiáticas, por diversos fatores, suscitaram um imaginário diferenciado e que tal se reflete tanto na prática científica como na política.

Palavras-chave: *Filmografia colonial portuguesa; Antropologia colonial; Timor-Leste; corpos colonizados.*

¹ Este artigo foi elaborado com base na pesquisa que desenvolvi como bolsista de investigação no projeto *Textos e Contextos do Orientalismo Português: Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)* e *The Orient in Translation*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência PTDC/CPC-CMP/0398/2014 e acolhido pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras (CEC-FLUL) da Universidade de Lisboa, coordenado por Marta Pacheco Pinto (CEC-FLUL). Para mais informações ver Marta Pacheco Pinto. 2017. “Mapping Portuguese Orientalism: the International Congresses of Orientalists (1873-1973). Introduction to a research project”. In Catarina Nunes de Almeida e Marta Pacheco Pinto, *The Orient in Translation*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 167-197. Gostaria de agradecer à Doutora Patrícia Ferraz de Matos, à Doutora Cristiana Bastos e ao Doutor Frederico Delgado Rosa pelos comentários e apreciações que em muito contribuíram para uma análise mais aprofundada.

Abstract:

Through the analysis of the film “Artes e Ofícios de Timor” and its context of production and presentation, in this article I propose to analyze how Portuguese colonialism conceived itself as a corporeal experience between science and propaganda. Directed by António de Almeida (1900-1984), under the works of the Missão Antropológica de Timor, this film aimed to portray the arts and crafts of the Timorese people in their daily lives, namely sculpture, crafts, weaving, the production of salt and the construction of houses. Simultaneously, I argue that this material can be identified as part of two registers of the Portuguese anthropologic and colonial praxis that served different purposes in the middle of the past century: one in the field of propaganda, characterized by the existence of a sound narrative and the other in the field of science, that came to be in the presentation of this film, mute, at the XXIV International Congress of Orientalists, held in Munich between August 28 and September 4, 1957. Moreover, I try to problematize the relation between scientific and political practices, arguing that these relate and contaminate one another. For this I compare the colonial and scientific imaginaries of Asian, African and American colonies. I conclude that Asian colonies raised a different imaginary and that this is reflected both in the scientific and political practices of the time.

Key words: *Portuguese colonial filmography; East Timor; colonial Anthropology; colonized bodies.*

Introdução

A película “Artes e Ofícios de Timor” é constituída por 7 sequências, num total de cerca de 18 minutos, não sendo certa a sua ordenação. De acordo com o resumo das atas do XXIV Congresso Internacional de Orientalistas, a ordenação seria a seguinte:

- Fabricação de pequenos objetos decorativos (03’24”);
- Indústria do algodão/ tecelagem (03’25”);
- Fabricação de bijuteria (03’38”);
- Artesanato a partir de folhas de palmeira (02’21”);
- Produção de sal (02’21”);
- Olaria (01’40”);
- Construção de habitações (01’49”).

Como propaganda, o filme “Artes e Ofícios de Timor” seria destinado ao público em geral. Como um filme científico, derivado da prática antropológica portuguesa da altura, seria destinado à comunidade internacional, sendo, inclusive, apresentado ao XXIV Congresso Internacional de Orientalistas em francês, com o título “Arts et Métiers du Timor”, conforme os registos das atas do evento (Almeida 1959)².

A proximidade entre o resumo escrito do filme publicado nas atas e sequências filmicas sonorizadas da subsérie “Artes e Ofícios de Timor”, que terão sido filmadas durante a primeira missão da Missão Antropológica de Timor (MAT)³ em 1953 (TECOP 2019), e às quais me foi possível ter acesso através do Centro Audiovisual Max Stahl de Timor-Leste leva a crer que poderá ter sido removido o som para apresentação junto da comunidade internacional, até mesmo para dispensar custos com legendagem.

Aquele argumento tem por base a indicação de Piçarra (2017, 145) de que, dos 16 filmes realizados no âmbito da MAT, com e sem som, os sonorizados seriam usados para fins propagandísticos enquanto os não sonorizados – como se supõe ser o caso do filme apresentado ao Congresso

² Para mais sobre este congresso ver <http://tecop.lettras.ulisboa.pt/np4/Congressos.html>

³ Almeida chefiou a MAT entre 1953 e 1975. Médico de formação, foi um homem do Estado Novo ligado a diversas instituições coloniais, políticas e científicas. Lecionou no então Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), sucessor da Escola Superior Colonial.

– destinar-se-iam a cumprir um propósito mais científico. Todavia, esta autora considera e eu subscrevo, que os filmes da MAT tinham pouco de científico, uma vez que “seleccionam o que dão a ver, optam por um ponto de vista para fazê-lo e – sobretudo – veiculam discursos sobre a realidade”, constituindo-se simultaneamente “enquanto arquivo integrado num conjunto de práticas de recolha, sistematização, exposição e conservação de informações” (Piçarra 2017, 150)⁴ que remetem não só para a prática científica mas, também, para a prática política colonial, sugerindo uma linha ténue entre ambas.

Durante a apresentação de uma versão anterior deste trabalho fui questionada sobre a relação entre o trabalho de António de Almeida e a produção de saber de tipo orientalista, tendo como pano de fundo o evento a que Almeida se propôs participar. De facto, a escolha daquele evento para a sua apresentação parece enquadrar-se mais na estratégia de Mendes Correia, diretor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) desde 1946, de promoção internacional daquela instituição do que na produção de qualquer saber de tipo orientalista. Assim se justifica que também, que no mesmo ano, Almeida tenha realizado um périplo por vários eventos científicos, conforme descrito no Anuário do ISEU de 1956-57 (59).

Essa relação, poder-se-ia argumentar, surgiria mais tarde com trabalhos que Almeida dedicou ao “oriente português” (Almeida 1966-67, 1994). Talvez estes trabalhos se possam relacionar com o trabalho seminal de Edward Said (1978), ficando em aberto e ao desafio este tipo de problematização, que não é o alvo deste artigo.

A escolha deste material por Almeida, assim como a atenção científica concedida a Timor no imediato seguir da II guerra mundial, terão resultado de um novo interesse político e antropológico pelo território, considerado até àquela altura como “uma colónia distante e com vários problemas” (Correia citado em Matos 2012, 235). Se, no primeiro caso, este ficou a dever-se principalmente à violência das invasões japonesas, no segundo é

⁴ Outra reutilização com propósito científico daquele material tomou lugar com a publicação do artigo “Notas sobre Artes e Ofícios de Nativos de Timor Português” numa separata da revista *Garcia da Orta*, em 1959, que corresponde também ao conteúdo do resumo apresentado ao Congresso e a uma seleção da narrativa sonora do filme sonorizado.

importante notar que o mesmo ocorre no contexto da progressiva institucionalização da antropologia colonial em Portugal, em estreita ligação com instituições como a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC)⁵ e o ISEU, antiga Escola Superior Colonial, fundada em 1906.

O corpo colonizado entre propaganda e ciência

Em “Artes e Ofícios de Timor” os corpos são principalmente apresentados como corpos de trabalho. São filmadas mulheres, homens e crianças, que vestem uma mistura entre os trajes timorenses e roupa ocidental, acompanhados por música que faz lembrar uma produção clássica hollywoodesca, destinada a entreter e encantar. Apenas os homens surgem por vezes em tronco nu, mas não de uma forma sexualizada e erotizada, como era comum na nudez de nativos africanos, com o expoente máximo na conhecida figura da Rosita (Vicente 2013). Não quero com isto dizer que a erotização e sexualização não estejam presentes em materiais relativos às colónias asiáticas, sobre as quais existe menos pesquisa, por comparação com as africanas. Tal poderá também ter sido, inclusive, um fator para escolha de Almeida destas imagens para apresentar ao Congresso.

Na introdução do livro *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português* (2014), Filipa Vicente argumenta que “as hierarquias raciais latentes em muitos momentos e contextos das experiências coloniais, tão poderosas como implícitas, faziam com que uns corpos valessem mais do que outros e com que a fotografia reproduzisse e reificasse essas mesmas distinções” (21-22). A par da fotografia, argumento que o cinema tem também essa capacidade de reprodução e reificação. Neste sentido, argumenta Maria do Carmo Piçarra (2017, 150), com recurso a Walter Benjamin, que os filmes da MAT “têm de ser abordados também como “imagens-clarão” reveladoras da violência do processo colonial”.

Creio que é pertinente lembrar o caso dos jardins zoológicos humanos patentes nas exposições coloniais internacionais, como o foram, no caso português, a Exposição Industrial de Lisboa de 1932, a Exposição Colonial

⁵ Criada em 1936 e renomeada Junta de Investigações do Ultramar (JIU) em 1963, foi a entidade financiadora da MAT.

Portuguesa, no Porto, em 1934, e a Exposição do Mundo Português de 1940 (Matos 2012). Vale a pena referir que a exposição de nativos no exercício das suas atividades mais tradicionais era também uma particularidade daquelas exposições, onde os seus visitantes podiam “ver sem serem vistos” (Matos 2013, 205), como acontece também através do filme, o que é enfatizado pela ausência total de contacto visual com a câmara por parte dos que são retratados. Os timorenses, de resto, estiveram também presentes nas exposições de 1934 e de 1940 (Schouten 2001).

As atividades representadas no filme são, quer no registo escrito, quer no registo sonoro, adjetivadas de “graciosas”, “curiosas” e “interessantes”, um vocabulário típico de referência às colónias asiáticas e que distingue a abordagem às mesmas da abordagem às colónias africanas. Além do contexto histórico, pode colocar-se a hipótese de tal estar relacionado com uma hierarquização entre os imaginários coloniais sobre a Ásia – tido como o lar de culturas e filosofias milenares que “estagnaram” – e sobre África e o Brasil, que nunca teriam chegado à civilização antes da colonização, muito presente, por exemplo, na retórica orientalista portuguesa.

Como já referi acima, não pretendo argumentar que António de Almeida se incluía nesta retórica, uma vez que, ao analisar a produção científica do mesmo, o seu trabalho sobre Timor surge mais como um acaso do que como um saber desenvolvido (TECOP 2019). No entanto, considero que os resquícios desta retórica, protagonizada por personalidades como Guilherme Vasconcelos de Abreu (1842-1907)⁶ e Aniceto Gonçalves Viana (1840-1914)⁷, que se inspirou nos exemplos alemão e francês, sobrevivem no discurso académico e corrente, inclusive até aos dias de hoje.

No caso das antigas colónias africanas e do Brasil a violência esteve patente de uma forma mais clara, principalmente até meados do século XX. A partir desta altura, no contexto pós segunda-guerra mundial e de desaprovação internacional do colonialismo, o registo de atos violentos começou a ser evitado, com o objetivo da defesa da imagem de Portugal como uma nação pluricontinental e multirracial (Castelo 2015, Matos 2016). No caso das colónias asiáticas, nas quais os registos cinematográficos só se

⁶ Para mais, ver <http://tecop.letras.ulisboa.pt/np4/vasconcelosabreu.html>

⁷ Para mais, ver <http://tecop.letras.ulisboa.pt/np4/viana.html>

iniciam por esta altura, não se encontram registos violentos, estando já imbuídas na chamada “retórica luso-tropicalista” (Bastos 1998, Castelo 2015), que trocou os discursos abertamente racistas pela tese da “excecionalidade da relação de Portugal com os trópicos” (Castelo 2015, 468).

A título de exemplo, já em 1892, na sua comparação entre os povos da Índia e do Brasil, António Lopes Mendes (1835-1894) (1892, 74-75), funcionário colonial que realizou um dos primeiros registos pormenorizados dos usos e costumes locais em contextos coloniais, registou esta diferença da seguinte forma:

A Índia, porém, não era a América. Se nesta puderam os conquistadores europeus exterminar em breve, no littoral, as raças indígenas, simples ou totalmente selvagens, e repovoar a terra com moradores importados da Europa, a longa distância a que a conquista indiana se achava da metrópole, e sobretudo a resistência invencível, que naturalmente oferecia um povo numeroso, que sofre todos os insultos e se curva resignado a todos os sacrifícios, mas que, com a sua passividade tenaz, sabe manter a sua crença religiosa, e a sua confiança na realização do seu destino; um povo entre o qual as classes principaes haviam chegado a elevado grau de civilização, fez evitar aos conquistadores a violência ostensiva (...).

Outro aspeto a notar é a ausência total da intervenção da equipa da realização, ao contrário do que sucedeu com outras películas da MAT (Piçarra 2017), reforçando a impressão de que se tratava de um registo objetivo, fidedigno e espontâneo daquelas atividades. No caso da película destinada ao público em geral, a narrativa sonora poderá sugerir uma omnipresença do colonizador, assim como marcar a separação entre o cientista e o seu objeto, não concedendo a este último qualquer tipo de subjetividade. Os métodos de Almeida eram, aliás, conhecidos por ignorarem “a importância numérica e cultural dos timorenses que pertencem a vários grupos, por ascendência e por vivência”, assim como a presença de outros povos no território (Schouten 2001, 164).

Além disto, a perseguição de um registo objetivo convive, quer no caso das sequências sonorizadas, quer no do resumo escrito apresentado ao Congresso, com elementos de propaganda. Uma mensagem clara de apoio ao colonialismo português à sua “missão civilizadora” fecha a versão sonorizada:

“assim labutam os timorenses, cada vez mais influenciados pela nossa presença civilizadora, contribuindo na medida das suas possibilidades para o progresso da sua terra mãe e de Portugal inteiro, que muito amam e pelo qual, através dos séculos, tantos deles têm dado generosamente a sua vida” (MAT s.d.).

Este discurso está mais comedido no resumo presente nas atas do Congresso. Lê-se, quando é mencionada a prática da escultura em corno de búfalo, que se costuma esculpir “o crocodilo voador que de acordo com uma lenda local, trouxe os primeiros Brancos, os Portugueses!” (699), reificando a prevalência portuguesa no território (Almeida 1959, 699).

Foi Cristiana Bastos que me fez notar que poderá ser de interesse inquirir sobre quem foi a audiência presente aquando da apresentação do filme em Munique e qual a impressão da mesma sobre o material exposto, especialmente considerando o anacronismo da abordagem de Almeida – devedora da Antropobiologia de António Mendes Correia (1888-1960), de quem era discípulo – relativamente aos desenvolvimentos internacionais da Antropologia, nas suas vertentes cultural e social. Ao ter por base a existência de raças e da relação das mesmas com uma hierarquia de povos e nações, a Antropobiologia de Mendes Correia atribui “ao biológico o antecessor do cultural” (Matos 2012, 168). Nas palavras do próprio Mendes Correia (1933, 18):

A Antropobiologia ocupa-se de investigações sobre a hereditariedade normal e patológica no homem, dos estudos eugénicos, da fisiologia das raças, dos grupos sanguíneos e outros assuntos de bioquímica humana, das constituições e temperamentos, da determinação da base biológica da mentalidade e actividade das diferentes raças, etc.

Neste sentido, a forma como a Antropobiologia se relaciona com a cultura é relegando-a como função da biologia. No entanto, já se sabe que a Antropologia portuguesa tinha já, a esta altura, abertura à mais moderna Antropologia Social e Cultural, preconizada por Ruy Cinatti (1915-1986), poeta e agrónomo, que chegou a disputar com António de Almeida a autoridade científica sobre Timor (Castelo 2017).

De acordo com o registo das atas, a sessão em que Almeida participou, inserida na secção III, dedicada ao Sudeste Asiático, teve como comentadores Jeanne Cuisinier (1890-1964), etnóloga francesa dedicada ao Sudeste Asiático, treinada por Paul Rivet (1876-1958) e Marcel Mauss (1852-1950) (RHPST 2018), assim como Theodoor Gautier Thomas Pigeaud (1899-1988), especialista holandês de línguas e literaturas indonésias, nomeadamente a javanesa (BNF 2019). Sobre as impressões que a apresentação de Almeida causou não me foi possível localizar informação, uma vez que não consta das atas a que tive acesso através do projeto TECOP⁸.

Ainda assim, creio que é possível inferir, através da formação dos arguentes e das suas tradições nacionais, nomeadamente a francesa, que a Antropobiologia de Almeida terá, pelo menos, levantado alguns sobrolhos. Alguma consciência da sua marginalidade e anacronismo poderá, também, ter influenciado a escolha do documentário como o meio de apresentação do material, ao invés de um texto escrito, demonstrando o então moderno domínio de técnicas audiovisuais na prática antropológica.

Outra referência importante na narrativa sonora é a de que as mulheres “já se começam a habituar ao uso da combinação⁹” (MAT s.d.). Se tomarmos o argumento de Boddy (2011), para quem “o colonialismo foi e é uma empresa inerentemente corpórea” (119), de que a violência colonial sobre o corpo se relaciona com a imposição das normas do colonizador sobre as práticas costumeiras nativas, a referência ao uso da combinação pelas mulheres timorenses, assim como o retrato dos timorenses vestidos com roupas ocidentais acima referido, poderão, por si mesmos, indiciar uma vontade de transformar o corpo do outro, de o tornar mais semelhante ao do colonizador e, consequentemente, “mais civilizado”. Considerando a “missão civilizadora” de que o colonialismo português se achou encarregue, mais civilizado significava o “aportuguesamento” da cultura dos nativos, considerada inferior. Mais clara e explícita foi, a título de exemplo, a violência

⁸ O espólio de Jeanne Cuisinier encontra-se no Museu Nacional de História Natural, em Paris. Poderia ser interessante, no sentido da sugestão de Cristiana Bastos, procurar neste arquivo impressões que lhe tenham ficado de António de Almeida e do material que apresentou.

⁹ Roupas íntimas vestidas pelas mulheres na metrópole.

na proibição do uso da lipa – pano tradicional usado à cintura por homens timorenses em 1954 (Schouten 2001).

Esta lógica seria invertida, por exemplo, como refere Marcos Cardão, nos concursos de beleza dos anos 70, nos quais se presenciou a uma focalização da alteridade (2013, 537). As misses provenientes das colónias africanas, muitas vezes brancas – como no caso da Riquita, que Cardão trata em mais detalhe – trajavam com indumentária indígena, indo ao extremo de untar adereços com “sebo, leite azedo e excrementos de boi” para a obtenção de um visual mais “autêntico” (Cardão, 2013, p.537). Estes exemplos remetem-me para os estudos sobre a ambiguidade da mimese no contexto colonial, nos quais estas imitações, que se assemelham a um convite para a semelhança, no entanto nunca a reconhecem verdadeiramente (Bhabha, 1994, 86).

O contexto de produção assume também um lugar significativo. Piçarra (2017), a partir da leitura dos diários de António Marques de Almeida Júnior, antropometrista que integrou a equipa da MAT, notou que para além de o operador de câmara, Salvador Fernandes, trabalhar sem supervisão dos cientistas, os eventos eram regularmente encenados ou organizados para serem filmados, com administradores coloniais locais agindo como guias que organizavam e deslocavam os nativos a serem exibidos para onde fosse necessário. Fica por saber se os timorenses que participaram nos filmes da MAT eram compensados ou, até, estavam cientes de que estariam a ser filmados.

Algumas conclusões

O filme “Artes e Ofícios de Timor” devolve-nos traços de como o colonialismo português se tentou revestir cientificamente e de como isso transpareceu na forma como os corpos foram filmados e representados. Enquanto as imagens nos trazem já evidências da experiência corpórea do colonialismo – a ausência de subjetividade dos nativos e a forma como são apresentados, em simultâneo, de forma mimética e folclórica – é na diferença entre a narrativa sonora e o texto do resumo apresentado ao Congresso que se encontram as distinções substanciais que se argumenta terão resultado da procura de um registo mais científico.

Na primeira, as imposições corpóreas e o “aportuguesamento” são evidentes, enquanto na segunda estes elementos são, na sua maioria, omitidos, ainda que não completamente. No resumo escrito, além da referência ao pioneirismo português no território, a pretensa objetividade da descrição das atividades é atravessada por uma adjetivação sugestiva de um exotismo e alteridade que se refletem nos corpos, com cintos que assentam na cintura com “uma certa elegância” (Almeida 1959, 699). Estes registros, mais ou menos ficcionados, convivem com a dura realidade da proibição do uso de certos trajes por parte dos habitantes de Timor-Leste, tendo sido a posição do colonizador e não dos habitantes a de decidir o que é ou não elegante, o que deve ou não deve ser usado, o que é ou não apropriadamente timorense.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, António. 1959. Art et Métiers du Timor [Filme]. In: *Akten des Vierundzwanzigsten Internationalen Orientalisten-Kongresses*, Munique, 28 de agosto a 4 de setembro de 1957. Wiesbaden: Deutsche Morgenländische Gesellschaft E.V, 698-700.
- _____. 1966-67. Os povos actuais do Oriente Português (Estado da Índia, Macau e Timor Português). In *Províncias Portuguesas do Oriente – Curso de extensão universitária*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 5-26.
- _____. 1994. *O Oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, Centro de Estudos Orientais
- Bastos, Cristiana. 1998. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. *Análise Social* XXXIII (146-147): 415-432.
- Bhabha, H. 1994. “Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse”. In *The Location of Culture*. Londres e Nova Iorque: 86.
- BNF [Bibliothèque National de France]. 2019. *Theodor Gautier Thomas Pigeaud (1899-1988)* [online], https://data.bnf.fr/fr/12676154/theodor_gautier_thomas_pigeaud/ (consultado em julho de 2019).
- Boddy, Janice. 2011. Bodies under colonialism. In Frances E. Mascia-Lees (ed.), *A Companion to the Anthropology of the Body and Embodiment*. West Sussex: Wiley Blackwell, 119-136.
- Cardão, Marcos. 2013. O charme discreto dos concursos de beleza e o luso-tropicalismo na década de 1970. *Análise Social* 208: 531-549.
- Castelo, Cláudia. 2015. A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura. In Moisés Lemos Martins (ed.) *Lusofonia e Interculturalidade – promessa e travessia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus/ CECS, 451-470, http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2216/2133 (consultado em maio de 2019)
- _____. 2017. A abertura de Timor Português à antropologia social no colonialismo tardio: o papel de Ruy Cinatti. *Anuário Antropológico* [online], II, DOI : 10.4000/aa.1926, (consultado em julho de 2019).
- Matos, Patrícia Ferraz de. 2012. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)* [Tese de Doutoramento. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa,
- <http://hdl.handle.net/10451/7831> (consultado em maio de 2019).
- _____. 2013. Power and Identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions. *Identities: Global Studies in Culture and Power* 21 (2): 202-218.

- _____. 2016. Imagens de África? Filmes e documentários portugueses relativos às antigas colónias africanas (primeira metade do século XX). *Comunicação e Sociedade*, 29: 153-174, DOI: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.29\(2016\).2414](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.29(2016).2414)
- ISEU. 1956-57. *Anuário do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*, III. Lisboa: ISEU.
- Lopes Mendes, António. 1892. *O Oriente e a América: apontamentos sobre os usos e costumes dos povos da Índia portuguesa comparados com os do Brasil*. Memoria apresentada á X sessão do Congresso internacional dos orientalistas. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Correia, António Mendes. 1933. *Introdução à Antropobiologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Missão Antropológica de Timor [MAT], s.d. *Artes e Ofícios de Timor*. “Construção de casas” [filme], <https://www.facebook.com/audiovisualarchivetimorleste/videos/820960561407419/>
- Piçarra, Maria do Carmo. 2017. Uma filmografia colonial de Timor Português. *Anuário Antropológico*, 42 (2), 133-155, <http://hdl.handle.net/1822/55213> (consultado em maio de 2019)
- RHPST [Répertoire des fonds en Histoire et Philosophie des Sciences et des Techniques]. 2018. *Jeanne Cuisinier* [online], <https://rhpst.huma-num.fr/items/show/348> (consultado em maio de 2019).
- Said, Edward. 1978. *Orientalism*. New York: Pantheon Books.
- Schouten, Maria Johanna. 2001. Antropologia e colonialismo em Timor português. *Lusotopie*, 8: 157-171.
- TECOP. 2019. António de Almeida: perfil biobibliográfico [online], <http://tecop.lettras.ulisboa.pt/np4/Orientalistas.html>
- Vicente, Filipa. 2013. “Rosita” e o império como objeto de desejo. *Público*, 25 de Agosto, <https://www.publico.pt/2013/08/25/jornal/rosita-e-o-imperio-como-objecto-de-desejo-26985718> (consultado em maio de 2019)
- Vicente, Filipa. 2014. Introdução. In Filipa Vicente, *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 11-29. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/15484> (consultado em maio de 2019).

Os Bronzes Rituais Chineses e A Sua Presença em colecções Portuguesas | Chinese Ritual Bronzes, and their presence in Portuguese Collections

Cláudia N. M. Q. Ribeiro

Doutorada em História e Filosofia das Ciências pela Faculdade de Ciências de Lisboa. Mestranda em Estudos Asiáticos na Universidade Católica de Lisboa. Autora do livro “No Dorso Do Dragão. Aventuras e desventuras de uma portuguesa na China” e tradutora do “Dao De Jing” e co-tradutora de dez textos clássicos chineses, “O Rosto do Vento Leste”. Email: okawa.ryuuko@gmail.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.16-46

Resumo:

Os bronzes rituais ou arcaicos chineses eram utilizados em cerimónias funerárias e em sacrifícios aos antepassados nas dinastias Shang e Zhou. A sofisticação técnica da sua confecção e a riqueza da sua decoração testemunham uma conquista notável na história da arte do trabalho em metal.

Na Primeira Parte, descreve-se a natureza e a função dos bronzes rituais chineses, inserindo-os no seu contexto histórico e artístico. Assinalam-se os desenvolvimentos nas suas tipologias ao longo das dinastias Shang e Zhou; da evolução da sua importância na associação com o poder e com os rituais funerários; e ainda do significado simbólico da decoração zoomórfica.

Na Segunda Parte, para além de enumerar aquilo que deve ser levado em consideração ao adquirir bronzes rituais chineses na actualidade o presente artigo debruça-se sobre as escassas colecções portuguesas, em particular a maior de entre elas, reunida pelo artista plástico contemporâneo José de Guimarães. Prossegue-se com uma breve história e descrição desta colecção, tentando avaliar os seus pontos fortes e fracos, bem como a descodificação das directrizes por trás da escolha das peças.

Palavras-Chave: *bronzes rituais chineses, colecções portuguesas, colecção José de Guimarães.*

Abstract:

Chinese ritual bronzes were used in funeral ceremonies and sacrifices to ancestors in the Shang and Zhou dynasties. The technical sophistication of their workmanship and the richness of their decoration testify to a remarkable achievement in the history of the art of metalwork.

In Part One, I depict the nature and function of the Chinese ritual bronzes, placing them in their historical and artistic framework. I describe the developments in their typologies throughout the Shang and Zhou dynasties, the evolution of their significance in association with rituals of power and burial, and the symbolic meaning of zoomorphic decoration.

In Part Two, I point out what should be taken into account when purchasing Chinese ritual bronzes today. I then turn to the scarce Portuguese collections, in particular the largest of them all, the collection of the contemporary artist José de Guimarães. I proceed with a brief history and description of this collection. I try to evaluate its strengths and shortcomings, as well as to decode the guidelines governing his choice of pieces.

Key-Words: *Chinese bronzes, Portuguese collections, José de Guimarães collection*

Introdução

Em meados do séc. ix, na Dinastia Song (960-1279 d.C.), um deslocamento na corrente do Rio Amarelo revolveu a terra dos cemitérios reais de Anyang (Henan), trazendo para a superfície recipientes em bronze (青銅器) da dinastia Shang (séc. xvi a 1046 a.C.). Os letrados chineses começaram de imediato a fazer o seu inventário: classificaram as suas várias formas, tentaram decifrar o significado da ornamentação e copiaram as inscrições. Partindo tanto dos rituais do seu próprio tempo como do que vinha mencionado em textos antigos, tentaram ainda imaginar a sua utilidade. Publicaram-se catálogos notáveis, como o Kaogutu, (考古圖), de 1092, em dez volumes e o Bogutu (博古圖), de 1123, em trinta volumes. Além disso, os artesãos do bronze e da cerâmica começaram a copiar os objectos desenterrados, originando um novo estilo de gosto arcaizante. Este interesse pelas antiguidades prosseguiria nas dinastias Yuan (1279 a 1368 d.C.), Ming (1368 a 1644 d. C.) e Qing (1644 a 1912 d.C.).

Que bronzes eram estes? Começarei precisamente por descrever a sua natureza e função ao longo das dinastias Shang e Zhou (106 a 256 a.C.), inserindo-os no contexto histórico e artístico no qual ganharam uma importância sem rival. Dou conta do desenvolvimento das suas tipologias e da evolução da sua importância na associação com o poder e os rituais funerários, assim como do significado simbólico da decoração zoomórfica.

Na segunda parte, investigo as implicações de colecionar bronzes rituais chineses hoje, como aquilo que se deve ter em conta aquando da sua aquisição. Debruço-me de seguida sobre as raras colecções de bronzes rituais chineses existentes em Portugal, em particular a maior de entre elas, a colecção de José de Guimarães. Procedo a uma breve história e descrição dessa colecção, tentando avaliar as suas qualidades e deficiências e procurando descodificar as linhas orientadoras que presidiram à escolha dos objectos.

SECÇÃO I

Os bronzes rituais chineses. A Idade do Bronze na China

A Idade do Bronze

A primazia do bronze deu origem, na China, ao período histórico denominado Idade do Bronze. Deste fazem parte as dinastias Xia (c. 2100-1600 a.C.; uma vez que não se encontraram até agora provas arqueológicas da sua existência, mas tão-só literárias e mitológicas, é considerada mítica pelos historiadores ocidentais), a dinastia Shang (c. 1600-1050 a. C.) e a dinastia Zhou (1046-256 a. C.). A utilização do bronze desencadeou uma transformação profunda, não só material, mas também social e política. Neste período consolidaram-se desenvolvimentos de grande alcance, como a formação da noção de Estado e a estratificação social no nível sociopolítico; a emergência de escolas como a de Confúcio, a do Dao e a de Mo Zi no nível filosófico; e sistemas de canalização e de drenagem, assim como de aparelhos agrícolas, no nível tecnológico. Também a escrita surgiu neste período, primeiro em ossos e carapaças de tartaruga (*jiaguwen* 甲骨文) e depois em objectos de bronze (*jinwen* 金文). Existem, portanto, fontes escritas para sua análise.

Se forem tidas em consideração as sociedades metalúrgicas de então, a China estreou-se tardiamente no trabalho do bronze, pois decorria já o segundo milénio a. C. Mas a demora foi compensada por um desenvolvimento muito rápido e pela alta qualidade das peças produzidas a partir do séc. xv a. C. A arte de o trabalhar floresceria ali durante três milénios, sendo que o bronze não só era mais resistente do que o jade e a cerâmica como mais rico em possibilidades técnicas.

De entre todas as peças produzidas distinguem-se os bronzes rituais, cuja excepcional qualidade não tem rival em todo o planeta. Em geral, denomina-se ‘bronzes rituais ou arcaicos’ os recipientes anteriores à formação do Império, relacionados com rituais funerários e utilizados em sacrifícios aos antepassados. Com efeito, têm sido sempre encontrados em sepulturas, com a notável excepção dos que foram descobertos em duas fossas

em Sanxingdui, província de Sichuan. Tratava-se de objectos nunca vistos, com uma iconografia única no seu género: cabeças e máscaras, algumas recobertas de ouro, e ainda uma figura humana com mais de dois metros e meio de altura contando com o pedestal. Esta descoberta veio contrariar a visão clássica de que a civilização chinesa se desenvolveu unicamente a partir das Planícies Centrais. Comprova que, naquela região, existiram formas de arte e crenças religiosas altamente sofisticadas que se desenvolveram de forma independente do cerne da civilização chinesa a que aqui me vou dedicar.

A Dinastia Shang e os reis-xamãs

Na dinastia Shang, que surgiu naquela que é hoje a província de Henan, os reis (wang 王), tinham não só responsabilidades militares como religiosas; ou seja, protegiam a sociedade tanto dos seus inimigos como dos poderes transcendentais. Neste último caso, faziam-no através de rituais funerários relacionados com o culto do Céu e dos espíritos dos antepassados do clã. Os reis eram, por isso, designados por vezes também como xamãs superiores. Os rituais tinham como finalidade conseguir paz, prosperidade e protecção contra o mal e os desastres naturais. Constituíam o âmago das crenças religiosas e estavam, pois, directamente relacionados com o poder político. Neles assentava a própria organização social dos Shang. Rawson descreve do seguinte modo esses rituais funerários:

Eram essencialmente cerimónias familiares nas quais participavam tanto os mortos como os vivos. Os mortos mantinham-se como parte integrante da sociedade quotidiana, requerendo o tipo de atenção dado também aos membros vivos da família. Os banquetes ou rituais eram uma demonstração de respeito pelos mortos de modo a assegurar que ajudariam os seus descendentes ao interceder a seu favor junto dos deuses ou espíritos. Sem a ajuda dos mortos e sem um reconhecimento adequado do seu papel, os assuntos humanos poderiam falhar e os seus descendentes poderiam sofrer. (Rawson, 2007, 59)

Quando os reis-xamãs ofereciam sacrifícios aos espíritos dos antepassados, não se tratava dos seus ascendentes pessoais, mas de antepassados

tutelares da comunidade, ou seja, figuras que tinham outrora assegurado o poder da etnia: antigos chefes, conselheiros e também divindades naturais. Os reis-xamãs eram os únicos a poder oferecer sacrifícios em sua honra, pois eram também os únicos verdadeiros pais (父 *fu*), sendo os restantes membros da comunidade considerados seus filhos. Esta relação simbólica prevalecia sobre as relações biológicas. A autoridade paterna e a autoridade política coincidiam, sendo isso possível devido ao regime de culto fortemente estruturado.

A realza constituída por xamãs devia o seu poder ao reconhecimento da sua capacidade de comunicar com os antepassados e com as divindades do Além. Tal comunicação, imprescindível para a manutenção e legitimação do seu poder político, militar e religioso, estabelecia-se no decorrer dos rituais funerários, durante os quais entravam em transe cantando, dançando e cavalcando animais reais ou imaginários.

Também sacrificavam um grande número de seres humanos e animais, consumiam alimentos e ingeriam quantidades avultadas de bebidas fermentadas. Para tanto, utilizavam recipientes para alimentos e bebidas contendo oferendas de peixe e de carne para os antepassados, que eram depois enterrados nos túmulos juntamente com os defuntos. Os recipientes, de uso exclusivo para estes cultos, eram coleccionados já a pensar no túmulo e o número com que os mortos eram enterrados correspondia ao grau de autoridade que haviam gozado em vida. Por exemplo, o túmulo da princesa Fu Hao ¹⁰ (妇好), descoberto em Anyang em 1975-6, continha quatrocentas e sessenta e oito peças de bronze cujo peso totalizava mil e seiscentas toneladas.

Com os jades (e as cerâmicas, no caso das classes desfavorecidas), os recipientes serviam como instrumento para trocar favores entre os mortos e os vivos, o céu e a terra, o invisível e o visível. Era conveniente, portanto, que conseguissem não só impressionar os antepassados e as divindades, mas também que durassem por toda a eternidade. Forte e resistente, o bronze

¹⁰ A Princesa Fu Hao conseguiu tornar-se numa das três mulheres mais importantes do rei Wu Ding (武丁) da dinastia Shang, embora este tivesse sessenta e quatro no total. Dotada de inteligência e de coragem, desempenhava as funções de suma-sacerdotisa e de general, conduzindo grupos de guerreiros em batalhas em nome do rei e alcançando inúmeras vitórias.

prestava-se bem a isso. Associado ao ritual, à guerra e ao poder, simbolizava o poder mágico da realeza guerreira que não só dominava o seu fabrico como atribuía a si própria o direito exclusivo de acesso aos depósitos minerais e às oficinas.

A Dinastia Zhou e os Filhos do Céu

Começando embora por integrar a comunidade Shang como uma das suas casas territoriais, os Zhou sentiram uma insatisfação crescente com a corrupção e dissipação que grassava entre os Shang tardios. Formaram então uma aliança com outras casas territoriais e mesmo com etnias tradicionalmente rivais e derrubaram o rei Shang, fundando assim uma nova dinastia.

Ao contrário da sociedade Shang, etnicamente homogénea e na qual o rei detinha uma autoridade indiscutível, os Zhou formavam uma aliança, um conjunto multi-étnico, sendo difícil, por isso, estabelecer o mesmo tipo de autoridade. Houve que transformar profundamente as instituições sociais, religiosas, militares, económicas e administrativas. No intuito de apaziguar os Shang derrotados, os Zhou difundiram a doutrina do Mandato do Céu. De acordo com esta doutrina, os reis Zhou deixavam de estar investidos da natureza divina dos soberanos Shang. Representavam tão-só o Céu na Terra, ou seja, governavam como executantes da vontade do Céu. Assim, a governação poderia ser-lhes retirada caso não se mostrassem justos e preocupados com o bem-estar dos seus súbditos, provando não estar à altura moral do Mandato do Céu, como sucedera com os Shang. Os reis Zhou recebiam o título de Filhos do Céu (天子 *tian zi*), designação que viria a ser utilizada por todos os soberanos chineses subsequentes.

A forma de governo dos Zhou era uma hierarquia na qual o poder outorgado tinha um carácter político-religioso e não um carácter económico, como a posse de terra e homens. O rei Zhou continuava a ser um pai e as estruturas políticas continuavam a ser definidas em termos de relações de parentesco. Foram, no entanto, reorganizadas como um conjunto de soberanias derivadas da soberania real. O rei distribuía o poder por diversos senhores colocados à frente das casas senhoriais. Estes últimos tinham, por

sua vez, o poder de mandar os grandes oficiais e assim sucessivamente, até aos simples oficiais. Os títulos eram hereditários, sendo os filhos mais velhos os herdeiros do título paterno. A autoridade do pai e do primogénito derivava da analogia com o rei, ou seja, da ordem social e política. Cada pai e cada primogénito desempenhava o papel equivalente ao de rei e de supremo sacerdote da família. Mas cada superior hierárquico detinha o direito de revogar a atribuição de posições, tal como o Céu podia retirar o poder ao seu próprio Filho.

Do nascimento até à morte, a existência do indivíduo era determinada acima de tudo pela posição que ia ocupando na hierarquia. À medida que o tempo passava, ia-se elevando hierarquicamente. E continuava a elevar-se depois de morrer, dado que se transformava ele próprio num objecto de culto da comunidade crescente dos seus descendentes durante quatro gerações. A estrutura hierárquica espelhava-se inteiramente no culto aos antepassados, que continuava a ser o próprio fundamento da ordem social e a permear todas as dimensões da existência, tal como sucedera com os Shang. A actividade religiosa não se constituía como um domínio separado.

Toda esta mudança de perspectiva teve sérias repercussões na sociedade, incluindo nas cerimónias e nos rituais. Os sacrifícios humanos e animais prosseguiram, pelo menos durante a primeira fase dos Zhou, mas teve lugar uma reforma que ficou inscrita nos próprios objectos e na sua disposição. A partir de então, surgem alinhados em séries de acordo com o estatuto do defunto. Os conjuntos previstos pelo regulamento deviam estar completos e colocados no devido lugar nas cerimónias. Além disso, tanto os recursos materiais como humanos para a sua produção foram drasticamente reduzidos. Certos recipientes desapareceram, ao mesmo tempo que se introduziram novos.

Embora o valor profano dos bronzes – enquanto símbolos de prestígio político, de riqueza e de poder – não se tivesse alterado, começaram a perder o seu significado ritual desde a primeira fase da dinastia Zhou Ocidental. Como consequência, o número de recipientes e utensílios em bronze usados pelas famílias aristocráticas na vida quotidiana aumentou. Mesmo os recipientes rituais, foram gradualmente assumindo novas funções, sendo cada vez mais utilizados por motivos comemorativos, por exemplo, quando

se registava para a posteridade acontecimentos políticos ou cerimónias de doação e concessão de terras e honorários por parte do rei.

A partir de 850 a.C., a qualidade dos objectos funerários tornou-se cada vez menos importante. Fabricavam-se amiúde peças disfuncionais, por exemplo, com tampas inamovíveis, moldadas juntamente com o corpo do recipiente. Havia uma óbvia preocupação com a poupança. A decoração, ainda que exuberante, também se simplificou no sentido de se limitar a um repertório reduzido de motivos.

A Manufactura

A maior parte dos bronzes chineses era composta de uma liga de cobre (mais de 60%), estanho (entre 5% e 16%) e chumbo. O cobre era extraído de minas subterrâneas ou a céu aberto, muitas delas localizadas na província de Hebei, a sul de Pequim, num local chamado Tonglu. O chumbo era acrescentado nas peças funerárias para facilitar tanto o seu fabrico abaixo da temperatura de fusão como o trabalho de retoque da superfície. A composição do metal, todavia, variava conforme o tempo e o local, assim como o objecto a fabricar. Era endurecido para fabricar armas e utensílios, mas tornado mais flexível para os sinos e mais leve para as pontas de flechas. A cor também variava, dependendo da quantidade de estanho da liga (Chase, 1994, 94). No seu estado original, muitos recipientes de bronze apresentam uma cor dourada. Todavia, o solo alcalino da China não só é favorável à sua preservação como lhes confere uma aprazível tonalidade esverdeada ou cinzento-azulada.

O êxito da fundição dependia da construção de fornos de alta temperatura e da disponibilidade de grandes quantidades de metal. Ambas as exigências podiam ser satisfeitas: herdara-se os fornos dos ceramistas do Neolítico e havia abundância de minerais no solo chinês. Foi possível, assim, produzir um número assombroso de recipientes em bronze na China antiga.

A técnica de fabrico descrita a seguir foi a mais utilizada durante as dinastias Shang e Zhou. Seguia-se com o bronze o mesmo sistema de moldes em secções que se utilizava no fabrico da cerâmica. Os efeitos

tridimensionais eram conseguidos utilizando diferentes moldes para as partes que compunham a peça e que eram fundidos posteriormente.

Em primeiro lugar, era feito o molde em argila. Sobre este modelo aplicava-se uma camada também de argila, que era depois dividida em várias secções, dependendo o número do tipo de recipiente desejado e da natureza dos motivos decorativos. Ao longo das extremidades das secções eram aplicadas respigas e mechas para assegurar a junção perfeita das partes individuais. A espessura do molde interno era então reduzida para formar um intervalo entre as secções exterior e interior. A espessura do recipiente seria determinada pela largura desse intervalo. Fechado o molde, abriam-se duas incisões na parte superior através das quais se vertia o metal em fusão. Todo o processo era realizado com grande cuidado, de maneira a permitir a evacuação do ar e a evitar a formação de bolhas.

Quanto à decoração, fazia parte do processo de fundição. Primeiro era desenhada a tinta pelo metalúrgico. As inscrições em caracteres eram executadas no molde interior e os padrões decorativos na parte côncava das secções, operação facilitada graças à plasticidade da argila. O desenho não podia transbordar de uma secção para outra, sob risco de se produzirem rebarbas desagradáveis entre as secções. Só depois do séc. VI a.C., com a introdução da técnica da incrustação, se optou pelo processo inverso: a decoração era executada primeiro no molde interno e depois impressa no molde externo durante a preparação das secções, o que permitia o trabalho em relevo. Estas técnicas eram originais e exclusivas da metalurgia chinesa.

Uma vez o conjunto arrefecido, restava separar a argila do bronze para obter o objecto final. Rematava-se com um acabamento minucioso e um polimento de qualidade excepcional, tendo em conta os meios técnicos coevos. Nem todos os recipientes eram fabricados através de uma única fundição. Formas e decorações mais complexas, como o *fangding* (方鼎), só eram possíveis se os componentes fossem pré-fundidos em separado.

A partir do Período dos Estados Combatentes (475 a.C.-221 a.C.) começaram a criar-se ligas mais fluidas a temperaturas mais elevadas. Surgiram novos métodos de fundição, como o da cera perdida, por volta do séc. V a. C. Este método podia ser utilizado isoladamente ou em associação com a tradicional técnica de moldes. O método da cera perdida passou a

ser requerido para decorações muito finas em alto-relevo ou saliências arredondadas, amiúde complexas. Isto implicava fundi-las em pequenas unidades que eram depois incorporadas no conjunto dos moldes que compunham o corpo principal do objecto. Sem recorrer à soldadura, tornava-se possível colar todas as partes da peça, mesmo as mais estreitas ou as que apresentavam relevos mais protuberantes.

Na verdade, os procedimentos variaram ao longo das gerações e também de uma área ou mesmo de uma oficina para outra, em função dos materiais disponíveis e do preço que os clientes estavam dispostos a pagar. Respondendo à exigência de uma produção rápida de peças rituais de distintas formas e com diversas decorações, o trabalho era repartido entre vários metalúrgicos que trabalhavam em simultâneo.

As tipologias

Tanto as formas dos recipientes em bronze como a sua decoração eram autóctones e, na maior parte, começaram por proceder da cerâmica do Neolítico. Cada recipiente ritual conferia uma qualidade mágica e sagrada ao seu conteúdo. Havia três tipos principais: recipientes para alimentos, recipientes para vinho e recipientes para água.

Nas estações arqueológicas não aparecem todas as formas de uma vez nem com a mesma frequência. Aparecem de acordo com a época e a natureza do túmulo, deixando perceber modificações profundas nas práticas e na própria mundivisão característica de cada sociedade.

A origem dos nomes dados aos recipientes rituais varia. Algumas denominações encontravam-se inscritas em recipientes Shang, outras são nomenclatura da dinastia Song e outras ainda foram estabelecidas mais recentemente por convenção.

Entre os recipientes mais comuns para cozinhar alimentos encontrava-se uma variedade de tripés: o *li* (鬲), o *ding* (鼎), o *fangding* (方鼎), o *liding* (鬲鼎) e o *yan* (甗). O *li* (鬲) e a sua forma correspondente em cerâmica são das tipologias mais antigas. De boca ampla e sem cobertura, servia para cozinhar cereais e carne. Quanto ao *ding* (鼎), cuja forma derivava também da cerâmica do Neolítico, foi utilizado nos rituais chineses

durante mais de três mil anos. Com um corpo semiesférico e duas asas verticais através das quais se introduzia uma vara, evitando desse modo as queimaduras quando era retirado do fogo, é o recipiente mais característico dos bronzes chineses. Tanto as asas como as pernas evoluíram até formas caprichosas e foi-lhe acrescentada uma tampa circular na dinastia Zhou Oriental. O *fangding* (方鼎), tripé de corpo quadrado, e o *liding* (鬲鼎), híbrido entre o *li* (鬲) e o *ding* (鼎), são variantes deste último. O *yan* (鬹) era utilizado para cozinhar alimentos ao vapor e compõe-se de uma parte inferior semelhante ao *li* (鬲), na qual era colocada água, e uma parte superior semelhante a uma grande tigela que contém uma forma, fixa ou móvel, na qual eram colocados arroz ou cereais.

Para servir e conservar alimentos utilizava-se o *gui* (簋), o *dui* (敦), o *fu* (簠), o *xu* (盬), o *yu* (鬲) e o *dou* (豆), de formas circulares e com asas e tampas sobre uma base grande. O *dou* (豆) distingue-se facilmente dos demais devido ao pé sobre o qual assenta o corpo globular. Foram fabricados desde finais da dinastia Shang até ao Período dos Estados Combatentes.

Para aquecer as bebidas havia os seguintes tripés de corpo largo e bicos por onde beber: o *jue* (爵), o *jiao* (角), o *jia* (斚) e o *he* (盃). O *jiao* (角), semelhante ao *jue* (爵), era pouco comum. Como nele se aqueciam as bebidas, o *he* (盃) apresenta uma tampa, enquanto nos demais os líquidos evaporavam-se após as libações rituais.

As bebidas eram servidas em diferentes recipientes: o *gu* (觚), o *zun* (尊), o *fangyi* (方彝), o *you* (卣), o *guang* (光) ou *gong* (觥), o *hu* (壺), o *lei* (罍) e o *bu* (甗). Os *gu* (觚), em forma de cálice, só foram utilizados pelos Shang e no início dos Zhou. Os grandes *zun* (尊), com os bordos da boca virados para o exterior, foram adquirindo uma forma animal (elefantes, rinocerontes, carneiros, etc.), apresentando muita variedade. O *fangyi* (方彝) era um importante recipiente sacrificial quadrado, que exigia uma enorme perícia na execução e na ornamentação. Os *you* (卣) surgiram na fase intermédia dos Shang, quando contactos com regiões periféricas determinaram novas tendências no fabrico de bronzes. Mantiveram-se até ao período intermédio dos Zhou Ocidentais. O *guang* (光) não corresponde a nenhuma forma anterior feita em cerâmica. Assemelha-se a um grande jarro em cuja tampa representa a cabeça e o torso de um animal (tigre, búfalo, dragão...). Os

hu (壺) foram profusamente fabricados durante toda a Idade do Bronze, tendo sofrido, no entanto, grandes modificações de acordo com as diferentes épocas.

Os recipientes destinados à água eram o *pan* (盤), o *yi* (匜) e o *jian* (鉴). Eram utilizados para realizar as abluções cerimoniais, daí a sua forma horizontal muito aberta e plana. Os potes *jian* (鉴) chegavam a alcançar um metro de diâmetro.

Como foi dito, devido à influência de uma moralidade estranha aos Shang, instauraram-se novas práticas cerimoniais durante a dinastia Zhou, o que teve como consequência uma redução no uso ritual de vinho (um líquido escuro feito a partir de painço fermentado). Os recipientes destinados a desempenhar essa função diminuíram drasticamente. Nos conjuntos encontrados em túmulos da dinastia Shang, eram recipientes que dominavam em número, em complexidade formal e decorativa, sugerindo a ingestão de álcool como uma prática central dos rituais. Mas, aos olhos dos Zhou, os Shang abusavam do álcool tanto durante as cerimónias fúnebres quanto fora delas. O resultado foi que algumas das formas mais comuns de recipientes para vinho, como o *jue* (爵), o *jia* (斚) e o *gu* (觚), assim como variedades do *zun* (尊), se tornaram cada vez mais raras até desaparecerem por completo. No final da dinastia, caíram igualmente em desuso os recipientes *zhi* (觶) e *you* (卣). O número de recipientes para cozinhar, pelo contrário, aumentou, em especial os do tipo *ding* (鼎), os tripés, tal como aumentou o número de recipientes para armazenar alimentos, sobretudo o *gui* (簋). Este tornou-se o mais comum, ganhando em tamanho e em peso. Foram introduzidos os recipientes para servir e conservar alimentos *fu* (簠), *xu* (盬) e *yu* (鬲).

No final da dinastia Zhou, às armas em bronze somaram-se fivelas, espelhos, instrumentos musicais e moedas. As fivelas e espelhos são as peças que melhor representam a mudança qualitativa de finais da Idade do Bronze, que coincidiu com o aparecimento do ferro. As fivelas, em grande variedade de tamanhos, eram objectos de uso comum e adquiriram formas de animais. Os espelhos, de forma circular e ornamentação variada, mantiveram a sua tipologia até ao séc. XIX.

A decoração Shang

Para os Shang, como para os Zhou, a decoração devia ter tido grande importância e significado. Os xamãs, enquanto mediadores entre o céu (antepassados, mundo dos mortos e das divindades) e a terra (mundo dos vivos), faziam oferendas de animais (物 *wu*, termo usado para designar “oferendas animais” ou “animais com poder”), e de recipientes rituais (器 *qi*), ambos essenciais àquela mediação. O objectivo era descobrir quais os espíritos auspiciosos e quais os espíritos maléficos para a vida humana, de modo a estabelecer-se harmonia entre o céu e a terra. Nesse sentido, os animais representados nas decorações dos bronzes eram considerados benéficos porque capazes de ajudar os xamãs na sua tarefa de comunicação com o Além. Esses mesmos animais eram aqueles que se sacrificavam durante as cerimónias. Os seus espíritos libertavam-se então dos seus corpos e podiam realizar com o xamá uma ascensão ao reino superior (Chang, 1983).

Os bronzes rituais de Erlitou (sécs. XXI a XVII-XVI a.C.), província de Henan, não ostentavam ainda, em geral, qualquer decoração e, ostentando, era muito simples, constituída por linhas e pontos. Quanto à forma, assemelhavam-se aos modelos de cerâmica. Na etapa seguinte (sécs. XVII-XVI a XIV a. C.), na estação arqueológica de Erligang, em Zhengzhou, Henan, foram descobertos bronzes mais elaborados, com decoração composta por figuras zoomórficas e máscaras estilizadas de animais fantásticos. Em meados deste período, o *taotie* (饕餮) é já perfeitamente reconhecível. Foi encontrado num grande número de peças. Trata-se de uma figura estilizada, quase abstracta, que compõe um motivo geométrico. Assinalando a presença de poderes mágicos, encara fixamente o observador. Provoca uma certa inquietação, a sensação vaga de algo maléfico pairando no ar.

A obra Anais da Primavera e de Outono do Senhor Lü (Lüshi Chunqiu 呂氏春秋), compilada no séc. III a. C., refere o *taotie* como tendo cabeça mas não corpo. Tenta devorar o homem mas, antes de o engolir, o seu próprio corpo é destruído. A expressão *taotie shiren*, 饕餮食人, “*taotie* devorador de homens”, surge na mesma obra e foi retomada pelos antiquários chineses. Estes, a partir da dinastia Song, começaram a chamar *taotie*

à figura, independentemente de apresentar corpo ou não. Era o glutão que devorava os alimentos e os levava para o mundo dos espíritos¹¹.

Knightley (1978) sublinha que não sabemos o que é o taotie. No entanto, como defende Chang (1983), uma vez na posse de conhecimento suficiente acerca dos Shang e dos Zhou e ainda acerca da mitologia universal, é possível conjecturar sobre o seu significado. Assim, julga-se que simbolizava o caos primordial de onde brota a vida e que acabará por a tragar de novo.

Depois de 1300 a. C., a tendência foi para aumentar a área da decoração do taotie até ocupar toda a superfície do recipiente. Os chifres, a crista, as garras, são apresentados separados do corpo por deformação, ao ponto de se tornarem quase irreconhecíveis. A máscara foi expandida e, por vezes, desmembrada, preenchendo-se os interstícios com espirais *leiwen* (雷文), ou “padrão do trovão”. O padrão leiwen foi o ornamento decorativo secundário mais frequente dos recipientes Shang e do início dos Zhou Ocidentais.

As decorações de animais ocorrem muitas vezes aos pares, dispendo-se simetricamente na superfície do objecto. O ornamento mais básico era uma banda que rodeava o recipiente. Era dividida em unidades através de saliências, cada unidade contendo um animal de perfil. Se a cabeça deste apontava para a esquerda, na unidade seguinte apontava para a direita. Observado a partir da linha central, os dois perfis podem ser descritos tanto como um único animal dividido em duas metades ou como dois animais unidos pela linha mediana da face. Nos recipientes em bronze mais antigos, o taotie aparece repetido pelo menos duas vezes no interior de bandas em relevo acentuado nos ombros e nos lados.

Se taparmos metade do taotie, surge um dragão *gui* (夔) de perfil dividido em dois. Tradicionalmente, os antiquários designavam por gui a figura de um animal mitológico de perfil com uma só perna, pé ou pata. De acordo com o *Shuowenjiezi* (說文解字, séc.II), designa-se por gui o espírito divino que se assemelha a um dragão sobre um só pé. No *Shanhaijing* (山海經, séc. II a.C.) afirma-se do gui que “quando penetra ou emerge da

¹¹ O primeiro carácter de taotie, 饕, é composto do determinativo “comer” 食, e de hao 號, “chorar” ou “rugar como o vento” e pode significar tanto “ferocidade” como “avidez”. O segundo carácter, 餮 também tem como determinativo 食, “comer”, a que se junta tian, 殄, “aniquilar” “exterminar” e significa “devorar completamente”.

água haverá tempestade. Brilha como o sol e a lua e a sua voz soa como um trovão.” À medida que a figura do taotie se estilizava cada vez mais, os gui puderam ser dele separados, mostrando-se adequados para preencher as bandas decorativas mais estreitas no pescoço ou nos pés dos recipientes.

O gui com duas pernas, pés ou patas era designado por dragão *long* (龍). O dragão é dos animais míticos mais importantes da humanidade, mas é-o especialmente na China. Foi amiúde mencionado nos textos antigos chineses. Reúne características de diversos animais, recebendo com isso os seus variados poderes. Dado ser capaz tanto de voar como de mergulhar, transita entre o Céu, a Terra, os mares e o Oceano Cósmico. É guardião das portas do submundo e a sua figura, poderosa e terrífica, afugenta os espíritos do mal.

Animais mitológicos como o *feiyi* (飛蛇), o *long* (龍) e o *gui* (夔) constituem a maioria das figuras decorativas dos Shang e início dos Zhou Ocidentais no âmbito da arte dos bronzes. Simbolizam as forças devastadoras do cosmos, como a seca, as inundações, os incêndios e as epidemias. A sua representação no bronze apaziguá-las-ia.

A decoração das peças Shang, em parte com antecedentes nos jades ou nas cerâmicas neolíticas era, pois, muito densa e elaborada e variava desde padrões geométricos a figuração proveniente do reino animal e mitologia até às referidas máscaras taotie. Nas últimas décadas da dinastia, deu-se um importante desenvolvimento: a tridimensionalidade da decoração. Os recipientes passaram a configurar verdadeiros objectos esculturais, sem prejuízo da sua função. Esta fase alcançou todo o seu esplendor já sob os Zhou.

Surgem, já não gravados mas moldados, efeitos plásticos surpreendentes que parecem ser “invenções do modelador do bronze, e exploram as potencialidades especiais do metal” (Watson 1962, 47). As decorações de animais, tanto mitológicos como reais, tornaram-se muito complexas e variadas: dragões, fénixes (mensageiras dos deuses), rinocerontes, corujas (muito importantes para os Shang, tida como a ave que fazia a ponte entre vivos e mortos), lebres, peixes (que se podiam transformar em dragões imperiais), pássaros, serpentes (símbolo de transformação e renascimento) elefantes (um dos motivos mais raros e, portanto, mais preciosos das decorações Shang), veados, sapos, bois, búfalos de água, carneiros, tigres, ursos,

cavalos, javalis, tartarugas (auspicioso símbolo de longevidade, mediadora entre os mundos humano e divino), bichos-da-seda (símbolos de metamorfose e de bom augúrio) e cigarras, que serão um elemento predominante na decoração da dinastia Zhou, símbolo de pureza, ressurreição e comunicação com os espíritos ancestrais.

A decoração Zhou

Durante a fase inicial dos Zhou, os seus bronzes rituais eram decorados com os mesmos animais do que os Shang, com ênfase para cabras e búfalos asiáticos, mas também o taotie e o dragão. A máscara taotie foi depois passando para segundo plano, dando lugar a outros motivos, como bandas padronizadas em sulcos baseadas no motivo de grandes pássaros com bico proeminente, crista elaborada e longa cauda, muito estilizado, desenvolvimento que se deu a partir de meados do séc. X até meados do séc. VII a.C. Capazes de voar, os pássaros eram veículos de acesso ao céu e a esferas superiores, ao mundo sobrenatural. Estavam associados ao ritual no qual se pedia ao Céu mudanças climáticas. Podiam representar ainda a viagem espiritual do morto ou do próprio xamã. Mas, por essa época, os bronzes, embora utilizados ainda nas cerimónias fúnebres, ganharam uma função sobretudo comemorativa: receber uma honra especial, comemorar a vitória numa guerra, etc.

O número de fundições multiplicou-se no período dos Zhou Ocidentais, sendo os bronzes produzidos em muito maior quantidade do que no passado. O apuramento técnico aumentou, em especial nos motivos decorativos, que se tornaram contidos e refinados. Surgiu também um gosto por novos elementos decorativos, tanto geométricos como zoomórficos. Os elefantes tornaram-se frequentes. Os animais eram retratados de uma forma mais natural, mais viva e mais cómica do que no passado, quando conservavam uma aura misteriosa e mesmo aterradora. Vagas e espirais e outros motivos puramente geométricos foram uma tendência que permaneceu tanto entre os Zhou Ocidentais (sécs. XI-XII a 770 a.C.) como Orientais (770 a 256 a.C.).

Chang (1983) chama a atenção para um pequeno número de bronzes Shang e Zhou onde surgem figuras humanas acompanhadas de figuras

animais: a boca do animal, ou animais, está aberta e a cabeça humana (às vezes, de corpo inteiro) encontra-se em baixo, perto da boca. O animal assemelha-se a um tigre. No entanto, o acto de devorar não é óbvio. A cabeça nunca surge dentro da boca do animal e, num dos recipientes, o homem surge a abraçá-lo. Como frisa o autor, é sempre sugerida uma proximidade entre homem-xamá e animal, nunca um antagonismo. A boca aberta significará antes a separação entre dois mundos, superior e inferior. Os animais também poderiam produzir vento através das bocas abertas para ajudar o xamá a ascender ao plano superior. O homem seria a representação do xamá.

Outro desenvolvimento muito importante foram as introduções de inscrições (金文 *jinwen*). Situadas no interior do recipiente, na base, nas asas, no pescoço, as inscrições surgem inicialmente, muito breves, ainda sob os Shang (séc. XIII a. C.). Geralmente, num recipiente sacrificial, a inscrição constava do nome do autor do vaso; a seguir, do nome do seu proprietário; depois, vinha o nome do antepassado seguido do carácter fu (父, pai) e de um símbolo do calendário; por fim, a designação do recipiente, em geral precedido de *bao* (寶, precioso) (Watson, 1962, 77). Nos finais dessa dinastia, as inscrições começaram a perder o carácter funerário e a ganhar novas conotações relacionadas com o poder ou o estatuto social. Incluíam mais dados sobre a peça e sobre o doador ou futuro proprietário. Com os Zhou, as inscrições aumentaram em número e em extensão, dando origem a uma documentação de valor histórico inestimável. Calcula-se que existam mais de 3000 bronzes Zhou contendo inscrições, algumas com cerca de 500 caracteres. Dizem respeito a expedições militares, caçadas, cerimónias oficiais.

A partir do Período dos Estados Combatentes, os reinos desfragmentaram-se e o bronze adquiriu novo significado, o qual se reflectiu na forma, decoração e uso. Este foi-se paulatinamente secularizando. Começaram a ser olhados, já não como objectos mágicos, mas como objectos artísticos e símbolos de poder social, o que deu origem à multiplicação das suas formas.

No final da dinastia Zhou, as técnicas de fundição e trabalho em metal conheceram desenvolvimentos, tendo o repertório decorativo aumentado graças à introdução da incisão, da cinzelagem, da douradura e da

incrustação a prata, ouro, cobre, malaquita e turquesa. A representação de animais reais e fantásticos ganhou novo alento e foi reintroduzida a máscara *taotie*, muitas vezes combinada com dragões que se entrecruzam.

Durante a dinastia Han (206 a.C.- 220 d.C.), a produção de objectos de luxo de uso quotidiano, de recipientes a espelhos e lamparinas, conheceu um período áureo. O bronze perdeu valor como veículo para o mundo sobrenatural, embora mantivesse sempre, ao longo da história da China, a associação com o poder e o prestígio. O trabalho em bronze não cessou, mas tornou-se cada vez mais dispendioso e raro e a qualidade baixou ostensivamente, excepto nas peças destinadas a uso imperial. Perdido o valor mágico-religioso, o bronze converteu-se num suporte sobre o qual se podiam realizar profusas decorações que anulavam o valor do material ao recobri-lo de ouro, prata e incrustações de pedras preciosas e semi-preciosas. Os recipientes rituais foram simplificados, visto estarem agora destinados a usos mais profanos; ao mesmo tempo, introduziram-se outras tipologias, mais adequadas para as novas funções. O único motivo tradicional que se continuou a usar na decoração dos recipientes em bronze foi o *taotie*.

SECÇÃO 2.

Bronzes arcaicos chineses em Portugal.

As colecções portuguesas.

Coleccionar bronzes chineses

Para coleccionar bronzes chineses arcaicos há que entender profundamente a sua cronologia, manufactura, função específica e decoração. Para além disso, há que usar de grande prudência no acto de aquisição das peças, uma vez que os orientais são conhecidos por uma certa indulgência em relação à imitação em arte. O coleccionador, porém, costuma ser cauteloso por natureza e suficientemente perspicaz para topar com trabalhos de restauro camuflados com astúcia. Ainda assim, autenticar bronzes é bastante mais difícil do que autenticar cerâmicas, por exemplo. É por essa razão que, entre os coleccionadores, os bronzes são muito menos populares do que as

cerâmicas. No bronze, o restauro só é geralmente detectado com uma luz ultra-violeta. Assim, para não ter dúvidas acerca da autenticidade dos bronzes, é necessária não só a avaliação de um especialista como levar a cabo testes científicos.

Os bronzes devem ser manuseados o mínimo possível, em particular no caso daqueles que apresentam uma boa pátina. Alguns coleccionadores de bronzes chineses dão grande importância à pátina. Embora o bronze seja conhecido pela sua estabilidade e resistência à corrosão e ao uso, há, no entanto, uma forma nociva de pátina, a chamada ‘doença do bronze’. Revela-se através de manchas verdes claras no interior da pátina e necessita de tratamento especializado. Como consequência de terem sido enterrados sob determinadas condições, pode ainda dar-se o aparecimento de certos efeitos na superfície, como uma crosta ou tinta em pó de cor verde, azul ou arroxeada.

Quanto aos preços, o negociante Christian Deydier, especialista em bronzes chineses arcaicos, comenta: “Uma vez que o jade, a pintura e a porcelana são agora muito caros, muitos dos coleccionadores de topo estão a descobrir que os bronzes são extremamente baratos. Para o Período dos Estados Combatentes, os preços são razoáveis, e apenas os que têm uma forma rara ou excepcional apresentam preços extremamente elevados.” (Art & Antiques, 2014)¹²

Colecções portuguesas

As colecções de bronzes arcaicos chineses em Portugal escasseiam e, em geral, contam com um número muito reduzido de peças. Essas colecções são a do poeta Camilo Pessanha, que se encontra no Museu Machado de Castro, em Coimbra; a do macaense António Manuel dos Santos Sapage, actualmente património do Museu do Centro Científico e Cultural de Macau, em

¹² Preços “razoáveis” significa aqui que raramente um bronze atinge a quantia de 9.2 milhões de dólares, como um fanglei de primeira categoria vendido pela Christie’s. Peças de segunda ou terceira categoria apresentam um valor bastante mais razoável. Por exemplo, no caso de serem vulgares, taças ou recipientes para vinho Shang ou Zhou Ocidental podem custar \$30,000 e, caso sejam bastante elaborados, \$100,000. Mas bronzes Zhou, se forem lisos, sem incisões, adquirem-se por \$10,000 a 20,000.

Lisboa; a Colecção da Fundação Oriente, em Lisboa; a colecção de João Lourenço Estrada, que se encontra no Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes; e a colecção de José de Guimarães que se encontra no Centro Internacional de Artes José de Guimarães (CIAJG), em Guimarães.

As principais colecções de arte chinesa constituídas antes da Segunda Guerra Mundial em Macau foram as de Camilo Pessanha, Manuel da Silva Mendes e José Vicente Jorge. Só duas se conservaram praticamente intactas: a de Camilo Pessanha e a de Manuel da Silva Mendes. Mas a colecção de Manuel da Silva Mendes permaneceu em Macau, encontrando-se actualmente no Museu de Arte de Macau. E a colecção de José Vicente Jorge foi vendida aos EUA na sua maior parte, na sequência da II Grande Mundial, tendo o que restou, ao que consta, sido dividido pelos descendentes. Construída ao longo de cinquenta anos, compreendia cerca de dez mil peças e era, de longe, superior às outras duas.

Registe-se ainda que o escritor, sinólogo e professor macaense Luís Gonzaga Gomes publicou um artigo na revista *Renascimento*, em Maio de 1943, intitulado “Curiosidades Chinesas: o Museu do Senhor José Vicente Jorge”, no qual menciona uma colecção de bronzes, sem informar, todavia, de que tipo de bronzes se trata:

Nos tempos mais recentes podemos citar o nome de várias pessoas que se dedicaram a formar com paixão colecções de objectos de arte antiga, principalmente da arte chinesa, como Camilo Pessanha, Silva Mendes e o Sr. José Jorge. Dos novos apraz-nos lembrar o Sr. Dr. José Ferreira de Castro, possuidor de uma interessantíssima colecção escolhida com delicado gosto e em que predominam os bronzes e o Sr. Dr. Pedro Guimarães Lobato, cuja ecléctica colecção azul e branco, é constituída por peças meticulosamente seleccionadas. (citado em Botas, 2014)

Acerca da colecção de bronzes mencionada não encontrei mais notícias, a não ser que o Dr. Ferreira de Castro era professor efectivo do Liceu Nacional Infante D. Henrique, em Macau, do qual o Dr. Pedro Guimarães Lobato era director.

Quando residia em Macau, Camilo Pessanha (1867-1926) reuniu quase quatrocentas peças de arte chinesa, entre exemplares de pintura e

caligrafia, têxteis, jóias e objectos religiosos, bronzes diversos e esculturas em madeira e marfim, embutidos e cerâmica dos mais diversos períodos. Cerca de uma década antes de falecer e na sequência da exposição ‘Colecção de Camilo Pessanha’ que teve lugar no Palácio do Governo, a 7 de Fevereiro de 1915, o poeta doou 125 peças da sua colecção ao Museu de Arte Antiga que, no entanto, nunca as chegou a expor. O Museu Nacional Machado de Castro acabou por acolhê-las. Mais tarde, em 1925-6, foram oferecidas mais 220 peças a este último museu. Apesar de não estar integralmente exposta, a colecção Pessanha ocupa hoje duas salas do percurso expositivo. As duas peças em bronze que estão em exposição são da dinastia Han: trata-se de um tambor e de um sino. No que toca ao sino, só o sino é Han. A pega e a estrutura são posteriores.

O macaense António Manuel dos Santos Sapage (1949) reuniu uma colecção constituída por um conjunto de objectos de arte chinesa datando desde o Neolítico até ao último imperador. Foi adquirida a partir de 1968, em leiloeiras e antiquários da China, Hong Kong, Nova Iorque, Londres, Amesterdão e Mónaco. A colecção Sapage inclui apenas sete bronzes arcaicos, nomeadamente: um jarro para vinho *jue* (爵) da dinastia Shang; um recipiente para alimentos *gui* (簋), um recipiente para bebidas *hu* (壺), uma fivela para cinto, um punhal e um dragão da dinastia Zhou; e uma tartaruga da dinastia Han.

O acervo de João Lourenço Estrada (1923), hoje na posse da Fundação Ernesto Lourenço Estrada & Filhos, possui um núcleo dedicado à China. Neste último encontram-se seis bronzes arcaicos. Três deles são da Dinastia Shang: um *hu*, 壺, recipiente para vinho, em forma de elefante; um *ding*, 鼎, recipiente para comida; um *guang*, 光, recipiente para vinho, em forma de dragão). Um *hufu*, (虎符, salvo-conduto em forma de tigre em bronze damasquinado¹³) é da dinastia Zhou Oriental; e um *hu*, 壺, e uma lanterna funerária em forma de touro são da Dinastia Han do ocidente.

No Museu da Fundação Oriente expõem-se apenas três peças de bronze que aqui interessam: um tambor (depósito do Museu Nacional Machado de Castro da colecção de Camilo Pessanha) e dois espelhos, todos da

¹³ Objectos constituídos por duas peças que representavam uma autoridade política ou militar.

dinastia Han (há ainda outro espelho, mas da dinastia Tang). O tambor era utilizado por etnias do sudeste em ritos sacrificiais. Os espelhos circulares, transportados tanto em vida como no túmulo, eram objectos de protecção pessoal para afugentar espíritos malignos.

Em face deste panorama, conclui-se que as colecções portuguesas são extremamente reduzidas e, em geral, pouco representativas das tipologias e da notável qualidade decorativa dos bronzes rituais chineses. Não que seja necessário um grande número de peças para se formar uma boa colecção. Da colecção do advogado de Nova Iorque Daniel Shapiro constam apenas catorze peças, adquiridas ao longo de vinte e cinco anos. Datam, na sua maioria, da dinastia Shang e são de qualidade excepcional, rivalizando com as que se encontram em museus de renome.

Quanto à quantidade de peças, a relativa excepção é a colecção de bronzes de José de Guimarães, que se encontram actualmente no CIAJG, em Guimarães. As demais colecções de portugueses percorrem várias dinastias chinesas e incluem mobiliário, porcelanas, vestuário, marfins, etc., contando com um número residual de peças de bronzes rituais. No caso da de José de Guimarães, o interesse é dirigido para a arte funerária: no que diz respeito à China, para as terracotas, os bronzes e os jades das Dinastias Shang, Zhou e Han. Daí os bronzes ascenderem a trinta e uma peças.

A colecção de José de Guimarães

José de Guimarães (José Maria Fernandes Marques, 1939), artista plástico e coronel reformado do Exército Português, da arma de engenharia, começou a coleccionar arte chinesa em 1988, quando se deslocou à Coreia do Sul para construir uma escultura no Parque Olímpico de Seul, a convite do crítico de arte Pierre Restany. Aproveitou então para conhecer os países vizinhos:

Foi nessa altura que adquiri as primeiras peças chinesas de terracota, depois vieram os jades e os bronzes, sempre no gosto das culturas arcaicas e com a ideia de as compreender. (Dantas, 2011,19)¹⁴

¹⁴ Depoimento recolhido em conversa com Nuno Faria.

A época era auspiciosa para começar a coleccionar bronzes arcaicos chineses. Desde há quarenta anos atrás e a velocidade crescente, tem vindo a ser descoberto na China um grande número de estações arqueológicas. Como consequência, não só aumentou o conhecimento na área como aumentou a quantidade de objectos tumulares disponíveis.

Em 2011-2012, José de Guimarães deu a conhecer ao público a sua colecção de jades e bronzes arcaicos chineses, numa exposição no Museu do Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa, com o patrocínio da Fundação Jorge Álvares. Comissariada por Nuno Faria e Rui Oliveira Lopes, a exposição reuniu mais de cem objectos datando do Neolítico até à dinastia Han. Lado a lado com as peças, foram expostas obras do próprio José de Guimarães que reflectem o seu processo de aproximação à cultura chinesa.

A colecção de José de Guimarães está completamente inventariada e consta do catálogo dessa exposição, *Bronzes e jades da China Antiga. Colecção José de Guimarães*. Um erro na numeração (salta de 12 para 16) perfaz erroneamente o total de 36, quando são, na verdade, 31 peças de bronze. Uma única fotografia de cada peça, ocupando uma página inteira, é antecedida por um breve texto com a ficha técnica, assim como a descrição da tipologia, a que acresce, episodicamente, uma descrição dessa peça específica. Teria sido vantajoso apresentar mais fotografias de cada peça, dando conta de pormenores interessantes, como o taotie ou inscrições. Em cada descrição, seria ainda vantajoso apresentar, para comparação, a referência actualizada a bronzes semelhantes (quanto às inscrições, quanto à decoração, quanto à tipologia, etc.) recentemente escavados na China ou presentes noutras colecções. Além disso, o registo de cada peça deveria ser acompanhado da sua biografia cultural, informando o leitor acerca dos seus anteriores possuidores e dos locais nos quais esteve exposta e obras nas quais foi mencionada. Em falta está ainda a apresentação dos resultados de análises laboratoriais, identificando a composição elementar das peças e sua densidade (ligas químicas) e os rácios de isótopos de chumbo.

O catálogo contém ainda três artigos, em português e inglês. Principia com um ensaio teórico do curador Nuno Faria, actual director artístico do CIAJG, acerca da importância da viagem, física e espiritual, na obra de José de Guimarães. Segue-se um texto muito extenso de Elisabetta Colla, do CCCM, sobre a história da China antiga, desde o Neolítico até à Dinastia

Han. Rui Oliveira Lopes, da FBAUL, debruça-se sobre o imaginário espiritual e a simbologia da autoridade política presente nos jades e bronzes rituais chineses. Mas falta um texto informativo e crítico acerca da colecção em causa, no qual fossem apontados os seus méritos, deficiências e características e se estabelecessem comparações com outras colecções internacionais. Também não existem fotografias acerca da exposição em si, isto é, o catálogo não reflecte o projecto da exposição em termos de imagem.

Quanto a recipientes para cozinhar, existe um *li* (鬲) e um *ding* (鼎), mas nenhum *liding* (鬲鼎), nenhum *fangding* (方鼎) e nenhum *yan* (甗). Quanto a recipientes para alimentos, existe um *dou* (豆), mas nenhum *gui* (簋), nenhum *dui* (敦), nenhum *fu* (簠), nenhum *xu* (盬) e nenhum *yu* (鬲). Quanto a recipientes para água, existe um *jian* (鉴), mas nenhum *pan* (盤) e nenhum *yi* (匜). Quanto a recipientes para aquecer bebidas, existe um *he* (盃), mas nenhum *jue* (爵), nenhum *jiao* (角) e nenhum *jia* (罍). Quanto a recipientes para servir bebidas, existem sete *hu* (壺), três *guang* (光), um *gu* (觚), um *zun* (尊), mas nenhum *fangyi* (方彝), nenhum *you* (卣), nenhum *lei* (罍) e nenhum *bu* (甗). As formas mais frequentes nas colecções de todo o mundo são os *ding* (鼎) e *fangding* (方鼎), os *jue* (爵), os *zun* (尊) e os *gu* (觚). Da colecção de José de Guimarães não consta, todavia, nenhum *fangding* (方鼎) nem nenhum *jue* (爵). Existem ainda um espelho *jian* (鉴), três salvo-condutos em forma de tigre *hufu* (虎符), quatro animais, duas lanternas e um incensório.

A dinastia Zhou é, de longe, a mais representada, com 22/24 objectos (14 recipientes para vinho, 2 recipientes para alimentos, 3 salvo-condutos, 3 animais, 1 lanterna e 1 espelho). No interior da Dinastia Zhou, o Período dos Estados Combatentes é, também de longe, o mais representado (19 peças). Existem apenas 5/6 peças Shang (um recipiente para alimentos e os restantes para vinho, além de uma figura animal) e 2/3 peças Han (lanternas e incensório).

A história e natureza da colecção

É interessante perceber aqui a figura do artista-coleccionador, o facto de se tratar da colecção de um artista plástico, um artista plástico ‘pop’ que

colecciona arte tribal e arqueológica, e não arte contemporânea. Ora, um artista plástico decerto colecciona arte arqueológica de modo diferente de um historiador ou de um negociante.

Em ‘Collecting reconsidered’, Susan Pearce distingue três grandes tipos de colecções. Não se excluem umas às outras nem significa que sejam os únicos tipos existentes. São elas: as colecções de lembranças (souvenirs), as colecções fetichistas e as colecções sistemáticas.

As colecções de lembranças são conjuntos de objectos através dos quais o coleccionador autentifica o seu próprio passado. Trazem, de algum modo, esse passado específico, individual, para o presente. O papel principal pertence ao sujeito coleccionador e à sua história pessoal; os objectos desempenham um papel secundário. Em geral, estas colecções não são expostas pelos museus porque são importantes apenas para aquele que as adquiriu.

Nas colecções fetichistas, o coleccionador comporta-se como se estivesse enfeitiçado pelo objecto, sejam caixas de fósforos, selos ou latas de refrigerantes. O que acontece com as colecções fetichistas é a mera aquisição obsessiva do mesmo tipo de objectos, isto é, de amostras. Aqui o papel principal pertence aos objectos, que são venerados e definem a personalidade do coleccionador. Aos olhos dos curadores, estas colecções parecem estéreis, descontextualizadas e falhas de todo o esforço de compreensão. Daí que “nos museus, por isso, surjam como dissociadas e estáticas, flutuando numa espécie de limbo sem propósito” (Pearce, 1994, 201).

As colecções sistemáticas são geralmente levadas a cabo na área das ciências naturais, das expedições antropológicas planeadas, das escavações arqueológicas ou na procura de material histórico para criar uma sala de época. Apresentam um carácter racional, isto é, dependem de princípios de organização. Os coleccionadores sistemáticos procuram, não amostras, mas exemplares que representem todos os outros objectos do mesmo tipo de modo a completar séries. Neste caso, “Coleccionar é geralmente um acto intelectual positivo projectado no sentido de demonstrar um ponto de vista” (Pearce, 1994, 202). Uma vez que assim é, estas colecções requerem o olhar público. Além disso, pela sua natureza, clamam por um espaço organizado no qual a sequência das suas séries apareça como óbvia. Não admira, portanto, que sejam as colecções mais desejadas pelos curadores.

Ainda de acordo com Pearce, todas as colecções são um reflexo de nós próprios: perante colecções de lembranças, olhamos para o nosso passado; perante colecções fetichistas, olhamos para as nossas obsessões; perante colecções sistemáticas, olhamos para o nosso conhecimento, tal como ele é construído pela nossa cultura particular.

Será que as colecções de José de Guimarães se inserem cabalmente em algum destes três grandes modelos? Não podem ser reduzidas a meras colecções de lembranças, embora traduzam momentos passados da sua vida. E também não podem ser reduzidas a colecções fetichistas, embora espelhem as obsessões do coleccionador. Mas serão colecções sistemáticas? Procurou José de Guimarães exemplares que representem todos os objectos do mesmo tipo no intuito de completar séries? Uma vez que me debruço aqui somente sobre um segmento das suas colecções – os bronzes arcaicos chineses – não posso atrever-me a responder a essa questão. Seria preciso analisá-las no seu conjunto. É certo que Guimarães partilha com o coleccionador sistemático o desejo de exhibir a sua colecção.

No entanto, no caso particular dos bronzes chineses, se a sistematicidade foi o propósito de Guimarães, não terá sido totalmente bem sucedido. Há muitas lacunas a preencher quanto às diferentes tipologias dos recipientes funerários e, por outro lado, repetições de tipologias aparentemente inexplicáveis.

Embora seja obviamente importante para José de Guimarães o papel histórico que os recipientes desempenharam, a linha de orientação que preside à escolha dos objectos no interior desse papel histórico é, de acordo com Nuno Faria, a seguinte:

A escolha dos objectos é ditada, em primeira instância, pela intensidade formal e simbólica do objecto – a sua presença, energia e qualidade de mistério –, prevalecendo sobre uma preocupação de abrangência ou de incidência, tantas vezes associadas a montagens das mais variadas colecções. (citado em Dantas, 2011).

É a vibração formal e simbólica proveniente do objecto que primeiro atrai José de Guimarães, serem peças funerárias condutoras de uma energia que estabelece uma relação entre a terra e o céu, o visível e o invisível, o material e o espiritual.

Trata-se, portanto, não de um coleccionador antes de mais racionalista, sistemático, que tenderia a procurar exemplares de cada uma das tipologias de objectos ou a seguir uma outra qualquer linha condutora, mas de um coleccionador no qual o afecto desempenha um papel importante. ‘Afecto’ no sentido em que Guimarães se deixa afectar pelo objecto e que é essa capacidade de se sentir afectado que o move enquanto coleccionador e dita primeiro a escolha dos objectos. Tratar-se-á esta, então, não de uma colecção pertencente aos três grandes modelos de Pearce, mas uma colecção de um tipo mais raro, uma colecção de artista, ou seja, uma colecção cuja razão de ser está intimamente relacionada com a própria obra artística do coleccionador.

Esta característica talvez explique as lacunas e aparentes incoerências na colecção, por exemplo, o número desproporcionado de recipientes para vinho e o número desproporcionado de objectos Zhou. Haverá naturalmente, além disso, condicionantes de outro tipo na escolha dos objectos. De acordo com Rita Bertrand, as colecções de Guimarães “são construídas lentamente, sobretudo graças a «compras acessíveis» em feiras, onde também tem adquirido retratos antigos e bonecos.” (Bertrand, 2016). A expressão “compras acessíveis” não é clarificada: tanto pode referir acessibilidade económica como acessibilidade de locais ou processos. Acresce que nem todos os bronzes chineses adquiridos pelo artista constam da colecção tornada pública, pelo que existe a possibilidade de as peças melhores estarem ainda na sua posse.

Conclusão

Devido ao virtuosismo técnico e à excelência artística e ainda devido à importante função social e à riqueza simbólica de que fazem prova, os bronzes arcaicos chineses são um tema aliciante. Das muito recuadas dinastias Shang e Zhou não restou nenhuma arquitectura nem escultura monumental. São os bronzes rituais que constituem o grande testemunho da qualidade técnica e artística alcançada nos alvares da civilização chinesa.

Desafortunadamente, como se viu, estas peças rareiam em Portugal; e a colecção mais numerosa, a de José de Guimarães, conta com várias limitações. Para finalizar, portanto, serão de seguida indicados museus de outros países onde poderão ser apreciadas colecções de bronzes chineses

arcaicos de grande qualidade e ter assim um vislumbre do mundo remoto e fascinante dos Shang e dos Zhou.

A China em primeiro lugar, onde os bronzes arcaicos são uma das grandes estrelas do Museu de Xangai. Em Pequim, são a estrela do Poly Art Museum. A visitar também o Beijing National Museum. E ainda o Museu Provincial de Henan., o Museu Provincial do Hubei e o Museu de Sanxing-dui. Em Taipé, Taiwan, o Museu do Palácio Nacional conta com peças de vulto.

No Japão, existem igualmente colecções dignas de nota, como a colecção Sakamoto de 380 peças do Museu Nacional de Nara; a da família Fujita no Museu Fujita, em Osaka; a da família Sumitomo no Museu Sen-oku Hakukokan, em Quioto; a colecção Kanō no Museu de Belas-Artes Hakutsuru, em Kobe; e a da família Nezu no Museu Nezu, em Tóquio. Ainda em Tóquio, algumas peças podem ser apreciadas no Museu Nacional.

Mais perto, o Museu Cernuschi e o Museu Guimet são os locais a rumar em Paris; no Reino Unido, o Museu Ashmolean e o Museu Britânico, assim como as Chinese Galleries de Compton Verney, no Warwickshire; em Estocolmo, o Museu das Antiguidades do Extremo-Oriente onde a colecção do Rei Gustavo VI da Suécia e a colecção Hellstrom estão alojadas.

Por fim, nos EUA, a ver a importante colecção Arthur M Sackler no Metropolitan Museum of Art e no The Sackler Collections em Nova Iorque; no Art Museum, em Princeton; na Galeria The Sackler Gallery, no Smithsonian Institute, em Washington, D.C.; e no Museu Foog dos Museus de Arte de Harvard. A colecção de Avery Brundage encontra-se no Asian Art Museum de San Francisco; e a colecção de Alfred F. Pillsbury no Minneapolis Institute of Arts. Ainda a ver, o City Art Museum of St.Louis.

Reference list:

- Art & Antiques* (Março de 2014) *Winning Bronze*. Retirado de:
<http://www.artandantiquesmag.com/2014/03/chinese-bronzes/>
- Bertrand, Rita (20-1-2016) José de Guimarães, o Operário Pop. In *Sábado*. Retirado de:
<https://www.sabado.pt/gps/detalhe/jose-de-guimaraes-o-operario-pop>
- Botas, João (22-12-2014) “Notas sobre a Arte Chinesa” de J. V. Jorge, in *Macau Antigo*. Retirado de: http://macauantigo.blogspot.pt/2014_12_01_archive.html
- Bronzes e jades da China antiga. Coleção José de Guimarães*. Newsletter do CCCM. Retirado de: <file:///C:/Users/123/Desktop/BronzeGuimaraesc20120228213642.pdf>
- CCCM-FJA (2011) *Bronzes e jades da China antiga. Coleção José de Guimarães* Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau
- Bussagli, Mario (1966) *Chinese Bronzes*, Londres: Cassel London, 1987
- Catálogo do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes*. Retirado de:
<http://miaa.cm-abrantes.pt/catalogo1.pdf>
- Cervera, Isabel (1989) *Historia del Arte n. 23: El Arte Chino*, Madrid
- Chang, K.C. (1983) The Animal in Shang and Chou Bronze Art, in *Art, Myth and Ritual: the Path to Political Authority in Ancient China*, Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press, pp. 527-554.
- Chase, W.T. (2007), Chinese Bronzes: Casting, Finishing, Patination, and Corrosion, in Scott, David, Jack A., Podany, Jerry, Considine, Brian B. (eds.) *Ancient and Historical Metals. Conservation and Scientific Research*, Singapura: Electronic Edition. The J. Pail Getty Trust, pp. 85-117
- CIAJG (Site do) (s/d). Retirado de: http://www.ciajg.pt/_missao_3
- Colla, Elizabetta (2011) A China Antiga, do Neolítico à Dinastia Han, in *Bronzes e Jades da China Antiga na Coleção José de Guimarães*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, pp. 21-50
- Dantas, Rui Abreu (ed.) (2011) *Bronzes e jades da China antiga. Coleção José de Guimarães*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- Deydier, Christian (2016) *Initiation aux Bronzes Archaiques Chinois. Leur importance dans la culture chinoise, leurs formes, leurs fonctions et leurs décors*, Paris : Christian Deydier.
- Do Neolítico ao último imperador. A perspectiva de um colecionador de Macau* (1994), catálogo da exposição no Palácio Nacional de Queluz, IPPAA e Governo de Macau.
- Faria, Nuno (2011) A Viagem como Exercício Espiritual no Trabalho de José de Guimarães, in *Bronzes e Jades da China Antiga na Coleção José de Guimarães*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, pp. 9-20.

- Hesemann, Sabine (1999) “La edad del bronce y la dinastía Shang” e “Zhou: una dinastia, três épocas y los grandes filósofos de China”, in Fahr-Becker, Gabriell (ed.) *Arte Asiático*, Kohlín: Köneman, Ed. Espanhola, 2000, pp. 22-59
- Hoving, Thomas (1997) Fakebusters, Fakery and How to Tell a Fake, in *False Impressions. The Hunt for Big-Time Art Fakes*, Nova Iorque: Touchstone, pp. 19-23
- Knightley, David E (1978) Sources of Shang History, Berkeley and LA: Univ. of California Press, p. 137
- Lopes, Rui O. (2011) Imaginário espiritual e símbolos da autoridade política nos jades e bronzes rituais da China Antiga, in *Bronzes e Jades da China Antiga na Coleção José de Guimarães*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, pp. 51-85
- Moorhouse, Judith (1985) *Collecting Oriental Antiques*, Londres: Hamlyn
- Pearce, Susan M., (1994) Collecting reconsidered, in Pearce, Susan M. (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*, Londres & Nova Iorque: Routledge, pp. 193-204.
- Rawson, Jessica (2007) *The British Museum Book of Chinese Art*, Londres: The British Museum Press.
- Reinhardt, Katrinka (1997) Mining and Smelting Technology and the Politics of Bronze in Shang and Western Zhou China: An Inquiry into the Bronze Age Interaction Sphere, Montreal: East Asian Studies Department, McGill University. Tese de Mestrado.
- Ribeiro, José Diogo Henriques Seco (2002) A Coleção de Arte Chinesa do Poeta Camilo Pessanha, in Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal, vol. XXXV; pp. 115-283.
- Shapiro, Daniel (2014) *Chinese Archaic Bronzes. The Collection of Daniel Shapiro*, Nova Iorque: J.J. Lally & Company. Retirado de: file:///C:/Users/123/Desktop/bronze_catalogue.pdf
- Stourton, James (2007) Bronzes and ceramics in Taiwan, in *Great Collectors of Our Time. Art collecting since 1945*, Londres: Scala, pp. 283-287
- Watson, William (1962) *Ancient Chinese Bronzes*, Londres: Faber and Faber, 2ª edição, 1977
- Wen Fong (ed.) (1980) *The Great Bronze Age of China. An Exhibition from the People's Republic of China*, Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art.

Uma Intersecção entre Riscos Ambientais, Migrações e Vulnerabilidade Social: o caso das Filipinas | An Intersection of Environmental Risks, Migration and Social Vulnerability: a case study of the Philippines

Luiz Guilherme Natalio de Mello

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado. Curitiba, Paraná, Brasil. Email: luizngmello@gmail.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.47-72

Resumo:

O presente artigo vislumbra a relação entre os riscos ambientais (especialmente causados pelos desastres naturais), migrações internas (com especial atenção às migrações rural-urbana) e vulnerabilidade social nas Filipinas, almejando detalhar como as mudanças climáticas podem recrudesacer os efeitos negativos sob a população filipina (sobretudo, aqueles que pertencem a camadas sociais mais baixas e aos que vivem na zona rural). Para tanto, este trabalho se embasará em casos concretos, como os fluxos migratórios que chegam até Metro Manila, uma das principais regiões urbanas do país que abarca a capital Manila, assim como das vulnerabilidades sociais e problemas ambientais surgidos a partir do Tufão Haiyan em 2013.

Palavras-Chave: *Filipinas, Riscos Ambientais, Desastres Naturais, Migração, Vulnerabilidade Social.*

Abstract:

This article aims to bring the relation between environmental risks (especially caused by natural disasters), internal migrations (with particular attention on rural-urban migrations) and social vulnerability in the Philippines, and also describing how climate change can worsen the negative effects on the Filipino population (especially those who belong to lower-class income as well as rural dwellers in the Philippines). To this end, this work will be based on real cases, such as the migration flows coming to Metro Manila, one of the main urban regions of the country that covers the capital Manila, as well as the social vulnerabilities and environmental problems arising from the Typhoon Haiyan in 2013.

Keywords: *Philippines, Environmental Risks, Natural Disasters, Migration, Social Vulnerability.*

Introdução

Desde 1970, mais de 9,800 desastres naturais ocorreram no mundo, ocasionando em prejuízos de mais de 1,7 trilhão de dólares em danos estimados (Kellenberg, Mobarak, 2011, p. 298).

Ademais, os desastres naturais mataram cerca de 62 milhões de pessoas em todo o mundo desde 1990. Outrossim, 85% das mortes ocorreram entre 1900 e 1950 e em torno de um milhão de mortes desde 1990. Atenta-se que o relativo pequeno número de mortes na década de 1990 se deve aos esforços da comunidade global, os recursos utilizados e pela efetividade na atuação para a mitigação dos desastres naturais (Cohen, Werker, 2008, p. 797).

Contudo, apesar dos avanços em termos de prevenção e mitigação, é incontroverso que os desastres naturais representam um dos maiores perigos para diversos países, trazendo efeitos que podem se tornar mais intensos em decorrência das mudanças climáticas.

O presente artigo terá como objeto de pesquisa as Filipinas, um dos países do mundo que mais estão propensos aos desastres naturais. Assim, em que pese o vertiginoso crescimento econômico (GDP) de 6,2 % registrado em 2018 (World Bank, 2019), colocando-o próximo de países como China (6,6%) e Índia (7,0%), atingiu em 2017 um índice de desenvolvimento humano de 0,699 (IDH), número este correspondente aos países de desenvolvimento humano médio, estatística a qual implícita (e conforme será aprofundado neste artigo) que as Filipinas não são apenas um país ambientalmente vulnerável, entretanto, de igual medida, socialmente vulnerável.

Deste modo, o trabalho pesquisará a congruência entre desastres naturais com os fluxos migratórios de pessoas que se deslocam das zonas rurais até as cidades.

Destarte, em um primeiro momento, o artigo tecerá explicações do que se entende por risco, ressaltando o seu aspecto ambiental e as suas respectivas percepções, utilizando como base sociólogos como Ulrich Beck e Raymond Murphy. Em ato contínuo, serão contextualizados os desastres naturais nas Filipinas, apresentando dados geográficos e estatísticos sobre as suas

frequências, ao lado de estudos acadêmicos e de organismos internacionais sobre como afetam este país (especialmente metrópoles como Metro Manila, região da capital das Filipinas).

Em uma segunda parte, este trabalho abordará a intersecção entre desastres naturais, migrações internas e vulnerabilidade social nas Filipinas, descortinando de forma resumida as diferenças entre “migrantes” e “refugiados”, haja vista que diversos organismos internacionais frequentemente utilizam termos como “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas”, termos estes que, como será explicitado, trazem impactos substanciais na prática. Logo, será traçado um breve histórico da migração interna (com especial atenção à migração rural-urbana) nas Filipinas, descrevendo como isto ocorre e em qual intensidade. De maneira paralela, o presente artigo mostrará as vulnerabilidades sociais que atingem aqueles afetados por desastres naturais e que decidem migrar para as cidades, destacando, a título de exemplificação, o caso do Tufão Haiyan.

Uma Compreensão dos Riscos

É inequívoco que a ciência e a tecnologia trouxeram diversas inovações que permitem melhorias da vida em sociedade. Mas, há de se ressaltar que novos perigos também surgiram de maneira paralela, como os riscos advindos da energia nuclear, lixo em excesso e muitos outros.

Dentro deste contexto, o sociólogo alemão Ulrich Beck, elucidada em sua obra *Risk Society: Towards a New Modernity*, que os riscos têm uma capacidade de se globalizarem, tendo em vista que atingem mesmo aqueles que os produzem (Beck, 2011, p. 43).

Neste ponto, Ulrich Beck explica que os riscos não são situações de classe, visto que afetam a todos, havendo uma separação, na melhor das hipóteses, entre aqueles que já foram afetados pelos riscos e aqueles que ainda não foram (Beck, 2011, p. 47).

Em muitos casos, as ameaças de desastres naturais não são facilmente perceptíveis, de maneira que isto torna as pessoas irresolutas sobre como prevenir riscos.

Destarte, as situações de ameaça não são evidentes, sendo universais e inespecíficas, já que as pessoas ouvem e leem sobre as ameaças. Porém, é geralmente nos países mais desenvolvidos que a consciência do risco, bem como a mobilização para preveni-lo ou mitigar seus efeitos, se desenvolve (Beck, 2011, p. 63).

Deste modo, Beck cita que não obstante o “feitiço da invisibilidade do risco” possa ser quebrado por meio de experiências das próprias pessoas (planejamento de construção de usina nuclear em dada região), esta sensibilidade dos riscos não tem o condão de criar uma unidade social entre elas (Beck, 2011, p. 63).

Como corolário disto, o sociólogo alemão indica que isto significa uma mudança de paradigmas da capacidade de sobrevivência. Na medida em que na antiga sociedade industrial bastava as pessoas se preocuparem em combater a carência material e evitar o rebaixamento social, na sociedade de risco, as pessoas devem adquirir novas capacidades (Beck, 2011, p. 93). Em outras palavras, estas capacidades seriam antecipar perigos, suportá-los e lidar com eles (inclusive em termos políticos) (Beck, 2011, p. 93).

Por consequência, Ulrich Beck admite que a sociedade passe a se deparar com questões básicas, sendo elas, dentre outras: como aprender a superar o medo, conquanto não seja possível resolver a sua causa? Como lidar com os medos e incertezas? (Beck, 2011, p. 93).

Sobre a vulnerabilidade social (que no caso das Filipinas será mais explorada a seguir), Zygmunt Bauman, em seu livro *Liquid Fear*, pontua que ela se torna muito visível em frente aos desastres naturais exemplificando que embora o Furação Katrina não tenha sido seletivo em quais grupos realmente atingiria, acabou afetando os mais pobres, já que os mais ricos podiam buscar refugio em outros lugares, sem necessariamente perder todo o seu patrimônio (Bauman, 2008, p. 104).

Com base no pensamento de Bauman, extrai-se um ponto interessante: os desastres naturais acabam sendo “seletivos” a partir do momento em que alguns países investem em meios de prevenção aos desastres naturais, enquanto outros não o fazem.

Desta maneira, Bauman prossegue ao afirmar que a proteção da humanidade perante aos desastres naturais costumava ser um elemento integral

da promessa moderna. Contudo, esta proteção (que para Bauman é uma pauta de construção de ordem e progresso econômico) não tornou os desastres naturais menos cegos e inconstantes. Em verdade, houve a distribuição dos medos, dividindo a humanidade em duas categorias: a) aqueles que merecem atenção ao serem protegidos de desastres naturais e; b) aqueles que não merecem e não estão sob nenhuma tutela (Bauman, 2008, p. 107).

O sociólogo canadense Raymond Murphy assinala que existe uma problemática relação entre a percepção dos riscos e as pessoas (Murphy, 2010, p. 279). Deriva-se disto que, em um cenário ideal, muito embora as pessoas não quisessem sofrer um desastre, em alguns casos são ignorantes ou imprudentes quanto à sua prevenção (Murphy, 2010, p. 279).

Portanto, menciona que diante de um distúrbio da natureza, os riscos podem ser percebidos ou não. Logo, perante esta última hipótese, o risco pode ser imprevisível devido ao estado da previsão ou não reconhecido por causa de práticas sociais, culturais ou econômicas (Murphy, 2010, p. 279).

Obviamente, existem ainda aquelas hipóteses que a perturbação da natureza pode não estar aparecendo, mas a população acredita que ela existe. Todavia, apesar deste falso discurso de risco gerar distúrbios sociais, este último se origina de uma dinâmica social ao invés da natureza (Murphy, 2010, p. 279).

Assim, para Raymond Murphy existem algumas categorias de riscos, dentre as quais: a) risco não percebido; b) risco imprevisível; c) risco não reconhecido e; d) risco percebido e reconhecido.

Os tsunamis são exemplos clássicos de criação de riscos não percebidos. Para tanto, o sociólogo recorda que no tsunami do Oceano Índico de 2004, momentos antes das ondas atingirem as praias, muitas pessoas observavam as recessões da água (ou recuos de água) e, por conseguinte, viam com curiosidade as partes expostas do fundo do mar, imaginando erroneamente que isto tratava-se de uma maré baixa não programada (e não de um indício de tsunami). Elas não perceberam o perigo de uma crista de onda de 10 metros que os atingiriam em 10 ou 15 minutos, em uma velocidade de um carro de fórmula 1 (Murphy, 2010, p. 280).

Em 2004, monitoramentos de tsunami tinham sido desenvolvidos, mas isto foi considerado demasiado caro e eram raros os tsunamis no

Oceano Índico. Com efeito, quando o tsunami atingiu a costa de diversos países asiáticos, sobretudo do Sudeste Asiático, ninguém foi evacuado, algo que resultou na morte de milhares de pessoas. Logo, vislumbra-se que em casos como este, as percepções estabelecem ações. Sendo assim, as ações inapropriadas ocorrem quando riscos são percebidos de forma equivocada ou mesmo não compreendidos (Murphy, 2010, p. 281).

Por sua vez, os riscos imprevisíveis de certa forma relacionam-se com os riscos imperceptíveis na medida em que não são percebidos em razão do conhecimento científico que se tem em dado período (Murphy, 2010, p. 281). Nesse âmbito, Pompeia foi destruída e seus moradores mortos pela erupção de um vulcão, porque não dispunham de um desenvolvimento científico capaz de prever erupções vulcânicas. Assim sendo, imprevisões de algumas dinâmicas da natureza fazem com que as pessoas ajam sob o incerto, de modo que a previsibilidade de um distúrbio natural varia, mas sempre havendo diferentes graus de incerteza em todos os desastres (Murphy, 2010, p. 281).

Os riscos não reconhecidos se aproximam muito das situações vistas em países em desenvolvimento, posto que se referem a aquelas ocasiões em que a natureza fornece indícios de que um desastre pode ocorrer. Mas mesmo assim, as pessoas rejeitam estes sinais de um distúrbio natural, fazendo isto motivados por fatores culturais e da estrutura social da sociedade.

Sob estes termos, Raymond Murphy define os riscos não reconhecidos, afirmando que nestas hipóteses os governantes geralmente afirmam que o risco é imprevisível. Ainda assim, uma análise aprofundada mostraria que estes riscos, em verdade, previsíveis, não são percebidos pelos governantes porque estes não reconhecem os indícios de riscos (Murphy, 2010, p. 282).

Como exemplo, o Furação Katrina resultou em um desastre quando atingiu New Orleans em 2004, visto que esta cidade estava construída abaixo do nível do mar, rodeado pelo mar, um grande rio e um lago, bem como situada em uma região propensa à furações. Em paralelo destes fatores, os diques não estavam reforçados e a evacuação não foi preparada (Murphy, 2010, p. 282).

Alguns países (sobretudo os mais desenvolvidos) estão mais preparados aos riscos, construindo infraestruturas próprias para a prevenção dos desastres naturais, suportando altos custos para tanto. Por certo, determinados países em desenvolvimento usualmente não dispõem de orçamento, conhecimento ou simplesmente se negam em reconhecer os riscos.

Sob este alicerce, os riscos que são percebidos e reconhecidos permitem que as pessoas se preparem para elas. Isto ocorre em algumas cidades no Canadá e na Holanda que, após serem atingidas por enchentes, construíram diques para prevenirem-se deste desastre natural. No Japão, foi elaborado um código de construção para novas edificações almejando a prevenção dos danos causados por terremotos. Consequentemente, as experiências envolvendo a prevenção e reconhecimento de desastres naturais evitam mortes e danos de propriedade. Certamente, o custo da prevenção é elevado e a sociedade nem sempre está disposta ou pode pagar, optando por recusar o reconhecimento dos riscos (Murphy, 2010, p. 285).

Por fim o sociólogo aponta outras duas características atinentes aos riscos, como o falso discurso do risco (segurança não percebida) e a sorte, sendo que o primeiro se refere a aqueles casos os quais causam alarmismo (com o apoio da mídia), embasado em uma equivocada compreensão dos riscos, fazendo com que as pessoas gastem dinheiro com formas de prevenção e mitigação dos riscos. Por sua vez, o segundo se trata das situações em que fatores culturais (tipo de construção e defesas planejadas, por exemplo) inadvertidamente podem mitigar ou agravar a capacidade de destruição de uma catástrofe natural (Murphy, 2010, p. 286).

Com base nisto, como os desastres naturais afetam as Filipinas? Qual a relação entre catástrofes naturais e as migrações internas neste país do Sudeste Asiático? Serão estes os pontos explorados nas próximas partes deste artigo.

As Filipinas e os Riscos Ambientais: a Propensão aos Desastres Naturais

As Filipinas registraram no censo de 2015 (último realizado no país) que sua população estava em torno de 100.981.437 milhões de pessoas

(Philippine Statistics Authority, 2015). Ainda de acordo com este mesmo censo, a densidade populacional do país aumentou de 308 para 337 pessoas por km² (Philippine Statistics Authority, 2016).

Estes dados revelam que muitas pessoas vivem em um espaço reduzido, fazendo com que um desastre natural possa atingir um número substancial da população.

Ao passo disto, consoante o World Risk Report de 2019, publicado pela Bündnis Entwicklung Hilft e Ruhr University Bochum – Institute for International Law of Peace and Armed Conflict (IFHV), o qual indica o risco de desastres naturais em 180 países, considerou as Filipinas como o nono país mais vulnerável do mundo (Mucke, 2019, p. 56).

Importante lembrar que as Filipinas estão localizadas no Círculo de Fogo do Pacífico ou também conhecido como Anel de Fogo do Pacífico, fator geográfico este que explica o porquê das Filipinas terem tantos terremotos e atividades vulcânicas em seu território, implicando no aumento de desastres naturais.

Mas não é só isto. Como destacado anteriormente, é importante analisar a associação dos desastres naturais com fatores sociais. Assim, como serão explicados no decorrer desta parte do artigo, os desastres naturais tendem a causar danos ainda maiores na população quando atingem as Filipinas, país este em desenvolvimento, tendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,699, alcançando a 113ª colocação (United Nations Development Programme, 2019).

Ressalta a socióloga filipina Emma Porio (Porio, 2014, p. 79) que tufões, enchentes, terremotos, deslizamentos de terras e outros riscos relacionados ao clima sempre têm sido uma parte do ciclo anual de eventos e desastres nas Filipinas. Porém, o número e a escala de desastres naturais induzidos pelo homem têm aumentado (Porio, 2014, p. 79).

Sob este contexto, destaca a socióloga que enquanto todo o país é atingido por uma média de vinte tufões, a região de Metro Manila (que abarca a capital das Filipinas), é atingida por uma média de dez tufões, os quais trazem fortes chuvas e enchentes para a metrópole (Porio, 2014, p. 79).

Logo, o Banco Mundial estima que as Filipinas percam 15 bilhões de pesos ou 367 milhões de dólares anualmente por desastres naturais causados por tufões e inundações, o que representa 0.7% do produto nacional bruto (PNB) (Porio, 2014, p. 79).

Ademais, a socióloga também salienta que a brusca urbanização somada com a expansão econômica nas Filipinas são fenômenos os quais culminam no aumento da demanda por água neste país. (Porio, 2019, p. 187). Neste contexto a extração de água subterrânea poderá causar a subsidência de terras nas áreas costeiras nas metrópoles das Filipinas (Metro Manila, Metro Cebu e Metro Iloilo). Adicionalmente, a ausência de serviços públicos de fornecimento de água potável acaba recrudesando o problema da seca neste país do Sudeste Asiático (Porio, 2019, p. 187).

Posto isto, é plausível de se vislumbrar que áreas urbanas são vulneráveis para o impacto de desastres ambientais. E sob esta circunstância, Manila, capital das Filipinas, apresenta dentre as capitais dos países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), o mais alto risco de terremotos, enchentes e de ciclones tropicais (Gupta, 2010, p. 125).

Acerca do clima, devido a sua proximidade com a Linha do Equador, as Filipinas apresentam um clima de monção tropical, tendo uma curta temporada de seca que dura de Janeiro até Abril e um longo período úmido, começando normalmente em Maio e terminando em Dezembro (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Em Metro Manila, os meses secos geralmente são entre Novembro até Abril, ao passo que as chuvas ocorrem em todo o ano (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Entretanto, de acordo com dados recentes, os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas sugerem uma tendência por condições mais úmidas durante o período de seca, de modo que a frequência de tempestades pesadas neste período tem aumentado (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Ocorre que as pessoas de camadas socialmente mais desfavorecidas que residem nas cidades das Filipinas estão concentradas nas maiores áreas urbanas. Isto porque, a perspectiva de emprego abundante e oportunidades educacionais são as principais atrações destas regiões urbanas,

como Metro Manila, que é o centro urbano mais densamente povoado (Aldaba, 2009, p. 19).

No entanto, o crescimento populacional pressiona a infraestrutura e a capacidade destas cidades providenciarem serviços básicos para a sua população (Aldaba, 2009, p. 19).

Ainda, não raramente estes moradores não possuem uma posse segura do terreno, tendo problemas de falta de saúde adequada e instalações educacionais, além da incapacidade do acesso ao crédito e seguridade social. (Aldaba, 2009, p. 19).

Logo, estas pessoas são expostas a riscos de saúde como resultado da habitação improvisada, água não potável, saneamento básico precário, inundações súbitas e outras questões (Aldaba, 2009, p. 19).

O Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres (Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED), organização sem fins lucrativos e localizada na Escola de Saúde Pública da Universidade Católica de Louvain (Université Catholique de Louvain – UCL), disponibiliza dados de desastres naturais ocorridos no mundo desde 1900.

Por exemplo, o CRED mostra que em 2016 os desastres naturais afetaram em torno de 4,416,499 milhões de pessoas nas Filipinas:

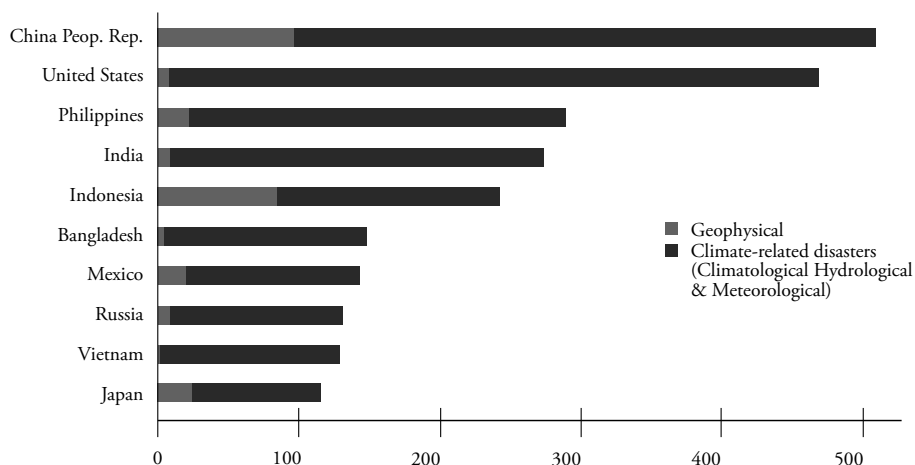
Tabela 1 – Número de pessoas afetadas por desastres naturais em 2016

Country	Total affected
India	333,816,813
United States of America (the)	85,123,038
China	72,387,822
Ethiopia	10,693,080
Malawi	6,702,800
Haiti	5,794,943
Somalia	4,700,000
Viet Nam	4,567,721
Philippines (the)	4,416,499
Zimbabwe	4,302,128

Fonte: Guha-Sapir, D., Hoyois, P., Wallemacq, P., Below, R, 2016, Table 5.

Sobre os desastres naturais em si o CRED também mostrou que, entre 1994 e 2013, as Filipinas contaram com mais desastres relacionados com o clima (climatológico, hidrológico e meteorológico) do que geofísicos (como os terremotos):

Tabela 2 – Desastres relacionados ao clima vs. desastres geofísicos: grupo dos 10 países mais afetados por desastres naturais nos anos de 1994-2013



Fonte: Wallemacq, P., Herden, C., Delbiso, T., Hoyois, P., Below, R., McClean, D., Landelle, S., 2015, Figure 6.

O Banco de Desenvolvimento da Ásia (Asian Development Bank – ADB) aponta que em tempos de grandes desastres naturais, países com instituições frágeis não conseguem manejar adequadamente os recursos de mitigação de desastres naturais ou estes valores são capturados por elites locais (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Isto faz com o que os mais pobres sejam abandonados, levando muitos deles para uma profunda situação de vulnerabilidade social (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Destarte, o ADB também observa que embora os filipinos tentem mitigar os impactos dos desastres através da evacuação, migração temporária e outros planos, poucos estão preparados para os super tufões ou vários tufões sucessivos. Logo, a imediata necessidade por parte dos municípios de financiamento

vindo dos orçamentos do governo pode gerar um grande problema para a sustentabilidade fiscal (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Com efeito, o ADB menciona que o risco fiscal dos desastres naturais pode ser reduzido pela criação de um fundo de contingenciamento advindo do governo central, permitindo a imediata disponibilização de crédito quando houver desastres naturais, podendo o governo transferir parte dos custos para seguradoras em hipóteses em que o fundo não seja o suficiente (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 20).

No tocante à resiliência em países em desenvolvimento, devem existir investimentos na infraestrutura municipal e serviços. No mesmo caminho, é importante que haja programas de treinamento, não descartando a alocação de recursos de outras áreas de desenvolvimento do país e regiões bem desenvolvidas ou menos usualmente afetadas por desastres naturais para aquelas que são mais propensas a estes riscos ambientais (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 20).

Como resposta às mudanças climáticas, as Filipinas aprovaram o Republic Act 9729, também conhecido como Climate Change Act of 2009. Desta forma, dentre outros pontos, esta legislação estabelece em sua section 4 a Comissão de Mudanças Climáticas, a qual se constitui como um corpo independente e autônomo que possui o mesmo status de uma agência nacional do governo e está sob as diretrizes do Escritório do Presidente (Congress of the Philippines, 2009, p. 6).

Dentre as suas funções (elencadas na section 9), destaca-se: recomendar políticas para assegurar os objetivos nas diretrizes e estratégias de programas sobre mudanças climáticas, supervisionar a disseminação de informações sobre mudanças climáticas, vulnerabilidades locais e riscos, leis e protocolos sobre adaptação e medidas de mitigação (Congress of the Philippines, 2009, pp. 10-12).

Dada a emergência e frequência dos desastres naturais, Mark Pelling e Sophie Blackburn (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211) lembram que a Section 12 do Republic Act 10121, conhecido como Philippine Disaster Risk Reduction and Management (DRRM) Act of 2010, requer que as cidades e municipalidades criem seus próprios planos de redução e manejo de riscos de desastres.

No mesmo âmbito, Mark Pelling e Sophie Blackburn também afirmam que, no caso da região da capital do país, Metro Manila, a administração é feita pela Metropolitan Manila Development Authority (MMDA) (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211).

Esta agência é de caráter administrativo regional, a qual de acordo com o Republic Act 7924 é responsável pelo planejamento, monitoramento, regulação, supervisão de vários serviços urbanos (como o gerenciamento de resíduos sólidos), controle de inundação, segurança pública, o que está diretamente ou indiretamente relacionado com a adaptação às mudanças climáticas (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211).

Migração e Vulnerabilidade Social Pós-Desastres Naturais em Regiões Periféricas nas Filipinas

Quando Abdelmalek Sayad escreveu o seu livro *La Double Absence: Des Illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré* (*The Suffering of the Immigrant* na tradução inglesa), ao analisar os imigrantes (principalmente argelinos) na França, comenta que ao invés de estudá-los somente enquanto residentes no país europeu, é necessário estabelecer, dentre outros objetivos, a investigação das trajetórias destes imigrantes (Sayad, 2004, p. 29).

Em outras palavras, o sociólogo propõe reconstruir a trajetória destes para entender o processo de emigração ao qual passaram (Sayad, 2004, p. 29).

A proposição de Sayad é deveras sensata, vez que restaria incompleto analisar fluxos migratórios sem examinar o contexto em que os imigrantes estavam inseridos nos locais que vieram antes de migrarem. Pesquisar isto é compreender o que ensejou a saída destas pessoas de seus lugares de origem.

Sem embargo, o debate dos migrantes que se deslocam devido aos desastres naturais é ainda mais complexo por diversas razões. Em primeiro lugar, é certo chamar de “migrantes ambientais” as pessoas que se mudam induzidos por desastres naturais? A terminologia em si usualmente divide-se em “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas”.

A nomenclatura traz impactos bastante substanciais na prática, dado que os refugiados são aquelas pessoas que fogem de conflitos armados ou

perseguições. Ainda, são definidos e protegidos pelo direito internacional (Convenção dos Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e outras disposições legais, como a Convenção dos Refugiados da QUA de 1969). Por fim, geralmente não podem retornar com segurança para as suas casas (Edwards, 2016).

Por outro lado, os imigrantes escolhem se mudar para outros lugares voluntariamente, pretendendo melhorar as suas vidas, buscando oportunidades de trabalho, estudo, familiares ou outros. Em acréscimo, continuarão recebendo a proteção dos governos de seus países nativos caso desejem retornar (Edwards, 2016).

O antropólogo americano Anthony Oliver-Smith escreve que os obstáculos que os pesquisadores encontram para relacionar meio ambiente e migrações derivam-se da dificuldade em estabelecer que catástrofes naturais sejam as causas de dado fluxo migratório (Smith, 2012, p. 1061).

Em outras palavras, é difícil verificar se os migrantes são realmente migrantes ambientais ou migrantes econômicos. De igual forma, existem diversos óbices em mensurar as pessoas que foram ou ainda serão afetadas por desastres naturais (Smith, 2012, p. 1061).

A dificuldade em se abordar o tema dos deslocamentos populacionais ensejados por desastres ambientais também não pode servir como restrição à busca de soluções, porquanto já existem tentativas de resolvê-lo.

A Organização Internacional de Migração (International Organization for Migration – IOM) já abarca a existência dos migrantes ambientais. De fato, em 2015, a IOM fundou a Environmental Migration Portal: Knowledge Platform on People on the Move in a Changing Climate dentro da Migration, Environment and Climate Change: Evidence for Policy, plataforma que intenciona pesquisas sobre a relação entre migrações e meio ambiente (Environmental Migration Portal, 2019).

Em 2018, o governo neozelandês propôs um plano de ação direcionado para os países das Ilhas do Pacífico, o qual consiste em acolher futuros deslocados ou imigrantes advindos desta região os quais podem vir a se mudar devido aos impactos das mudanças climáticas (New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2018, p. 2).

O plano de ação relata que os países das Ilhas do Pacífico são vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, além de não terem infraestrutura adequada para tanto. Além disto, o governo neozelandês registra que esta vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas se traduz por várias maneiras, como, por exemplo: o aumento do nível do mar, aumento da frequência e intensidade de tempestades e ciclones, redução da disponibilidade de água potável, doenças e outros (New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2018, p. 2).

O posicionamento da Nova Zelândia revela uma preocupação em como tratar aquelas pessoas que saem de suas casas como consequência dos desastres naturais causados por mudanças climáticas.

Boa parte da chamada migração induzida ambientalmente cobre distâncias pequenas e dentro dos próprios países, visto que uma migração internacional pode ser algo caro e de certa forma inacessível para muitos daqueles que são afetados por desastres naturais (geralmente pertencentes a classes mais socialmente vulneráveis) (Carmin, Tierney, Chu, Hunter, Roberts, Shi, 2015, p. 183).

A vulnerabilidade e a capacidade de se adaptar com a migração variam de acordo com as famílias, gênero, raça, classe e outros fatores sociais. Por exemplo, no Furacão Katrina, famílias mais pobres eram mais suscetíveis a não retornarem para o local em que viviam, já que em muitos casos haviam perdido tudo (Carmin, Tierney, Chu, Hunter, Roberts, Shi, 2015, p.184).

O presente artigo trata das migrações internas nas Filipinas (cujo fenômeno já possui uma terminologia pacificada). Desta forma não será abordada a divergência acostada acima.

Todavia, ainda sim as expõe porque, como exemplificado, com cada vez mais frequência organismos internacionais e até países têm utilizado termos como “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas” para fazer referência a aqueles que saem de seus lugares de origem como resultado dos desastres naturais, fator este que pode alterar o modo como governos abordam tal problemática.

Como já exposto no decorrer da parte anterior, as Filipinas historicamente constituem-se como um país sob riscos ambientais.

Sobre possíveis fluxos migratórios internacionais causados por riscos ambientais desde as Filipinas, pela ausência de dados estatísticos, ainda é difícil mensurar quantos filipinos saem deste país em decorrência dos desastres naturais. Como assinala Saskia Sassen, as Filipinas são um famoso exemplo de país com altas taxas de emigração, sobretudo de filipinos buscando oportunidades de trabalho em outros lugares (Sassen, 2007, p. 157).

Deste modo, os dados de imigração internacional das Filipinas acabam retratando somente esta dinâmica de filipinos em busca de emprego (migração econômica).

Contudo, uma relação interessante entre migração internacional e desastres naturais se dá com a análise das remessas internacionais destinadas para as famílias das Filipinas que residem em regiões rurais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) verificou que as remessas internacionais enviadas por imigrantes filipinos para seus familiares que residem nas regiões rurais das Filipinas cumprem um papel importante na diversificação da renda destes (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017, 48).

Como a renda das famílias nas zonas rurais das Filipinas é intimamente relacionada com a agricultura (atividade suscetível aos riscos ambientais), as remessas internacionais acabam por complementar ou compensar a renda não ganha das plantações de arroz (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017, p. 49).

Acerca das áreas urbanas, nota-se que entre 1980 e 1990, o número de crianças acima de cinco anos que não nasceram na cidade em que residiam aumentou de 2,85 para 3,24 milhões (Quisumbing, McNiven, 2005, p. 1).

Porém, esta tendência pode aumentar com as mudanças climáticas e seus efeitos negativos (seca, aumento do nível do mar, maior frequência de tempestades e furacões e outros).

Depois da Segunda Guerra Mundial a população filipina aumentou, acompanhado de um nível de migração rural-urbana de 5% que se manteve por toda a década de 1960. Ainda sob este ponto, falhas na busca de soluções para problemas sociais, econômicos e da reforma agrária exacerbaram os números da migração rural-urbana (Warren, 2013, p. 3).

Não bastasse isto, um terço da população filipina que quase dobrou em menos de um quarto de século (crescendo de 11 milhões em 1948 para 27 milhões em 1960 e quase 37 milhões em 1970) estava concentrada em Manila e em outros pontos nas adjacências de Luzon, piorando a já sensível desigualdade social neste país (Warren, 2013, p. 3).

A elevada população das zonas rurais que migravam para Manila conseguiam apenas empregos de baixa remuneração, pressionando serviços públicos de saneamento que se mostravam insuficientes para cobrir os novos moradores (Warren, 2013, p. 4). Em paralelo, quando conseguiam se estabelecer em Manila, passavam a viver em áreas vulneráveis (terrenos localizados no caminho de tufões e mais propenso às inundações) (Warren, 2013, p. 4).

O fato era que Manila estava enfrentando um problema habitacional e de emprego para todos aqueles migrantes deslocados de províncias mais pobres, sendo que estes construíam suas casas e barracos em quaisquer lugares, sem que houvesse um direcionamento ou qualquer outro auxílio por parte da administração pública. Havia ainda a participação de construtoras e especuladores imobiliários que construíam casas sem se preocuparem em respeitar as regulações ambientais (Warren, 2013, p. 6).

Através dos dados do Internal Displacement Monitoring Centre, com sede em Genebra, constata-se que no primeiro semestre de 2019, foram registrados 484,000 mil deslocamentos populacionais nas Filipinas causados por desastres naturais (Internal Displacement Monitoring Centre, 2019, p. 4). Neste campo, imperioso destacar as enchentes e desmoronamentos de terra ocorridos em Davao (Internal Displacement Monitoring Centre, 2019, p. 10).

A produção de arroz, que desempenha uma importante função na agricultura e economia das Filipinas, é influenciada pelo aumento das temperaturas e mudança dos padrões de precipitação em decorrência das mudanças climáticas (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290). De fato, o próprio El Niño (que causa um aumento anormal nas temperaturas) causa uma diminuição na colheita deste cereal (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290).

É plausível que as Filipinas e outros países tropicais sejam afetados por uma queda na colheita do arroz (e outras culturas) no final do século XXI,

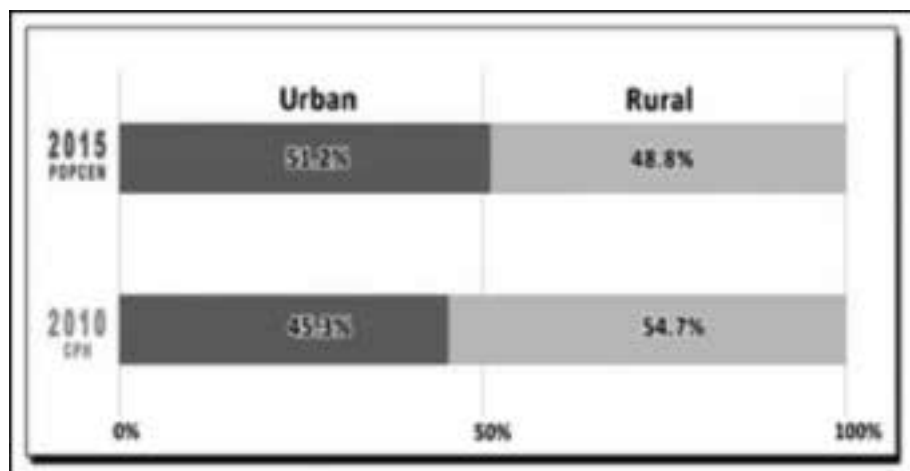
efeito este advindo das mudanças climáticas ensejadas por fatores antropogênicos. Em vista disto, efeito claro é de que os moradores das zonas rurais de países em desenvolvimento (incluindo as Filipinas) vislumbram na migração uma forma de buscar segurança em face dos riscos das mudanças climáticas que pode afetar, sobretudo, a renda familiar (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290).

Disto se extrai que os impactos negativos nas colheitas nas zonas rurais das Filipinas podem gerar fluxos migratórios (que neste país do Sudeste Asiático, congruente ao já mencionado acima, é majoritariamente interno) (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 291).

A urbanização sem planejamentos nas Filipinas vem sendo outro problema, já que as próprias cidades deste país têm enfrentado problemas ambientais, conforme exposto brevemente na parte anterior deste artigo (sobre as dificuldades ao acesso à água nas metrópoles das Filipinas).

A despeito do aumento da urbanização, no censo de 2015 constatou-se que quase a metade da população filipina ainda residia na zona rural (48,8%), aspecto que de certa maneira corrobora que parte expressiva da população deste país do Sudeste Asiático depende da agricultura, estando suscetíveis aos efeitos negativos das mudanças climáticas (Philippine Statistics Authority, 2015):

Tabela 3 – Nível de Urbanização das Filipinas nos anos de 2010 e 2015



Fonte: Philippine Statistics Authority, 2015, Imagem 1.

Sendo assim, é inegável que os riscos ambientais além de atingirem as regiões urbanas, igualmente trazem impactos para aquelas pessoas que moram em regiões rurais (como será explorado no exemplo abaixo no caso de Visayas Central e Visayas Oriental, duas pequenas cidades localizadas em regiões rurais das Filipinas) e dependem da agricultura para sobreviverem.

O problema do tráfico de pessoas também pode surgir a partir deste processo de migração rural-urbana sob o contexto das mudanças climáticas e, por consequência, dos desastres naturais.

O IOM publicou um estudo sobre a relação entre mudanças climáticas e o tráfico de pessoas deslocadas por desastres naturais, destacando que dentre as mais vulneráveis são as mulheres, já que não raramente, por residirem em favelas, sem renda, educação ou outras habilidades para assegurar um emprego, são aliciadas a trabalharem em bordeis para serem sexualmente exploradas (Coelho, 2016, p. 4).

Quando o Tufão Haiyan atingiu as Filipinas no ano de 2013, o IOM monitorou as possíveis tendências de tráfico de pessoas juntamente com a violência sexual e de gênero, criando medidas preventivas e o programa Victim Centered Counter-Trafficking Awareness in Typhoon Haiyan Affected Areas in the Visayas, no qual se constitui como um programa de apoio e de conscientização para garantir que as tendências de tráfico de pessoas não continuariam nos anos após o desastre natural. Assim, este Organismo Internacional atentou-se especialmente com aquelas mulheres que haviam perdido os seus pais no desastre natural (Coelho, 2016, p. 6).

Estima-se que os traficantes de pessoas veem nas mulheres e nas crianças deslocadas por desastres naturais como um alvo mais fácil, vez que alguns perdem as suas famílias e frequentemente tem o acesso impossibilitado à comunicação, serviços públicos e justiça (Calma, 2017).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos lançou em 2019 o Trafficking in Persons Report, levantamento anual que mostra as tendências de tráfico de pessoas pelo mundo e o que os governos de vários países vêm fazendo para combatê-lo.

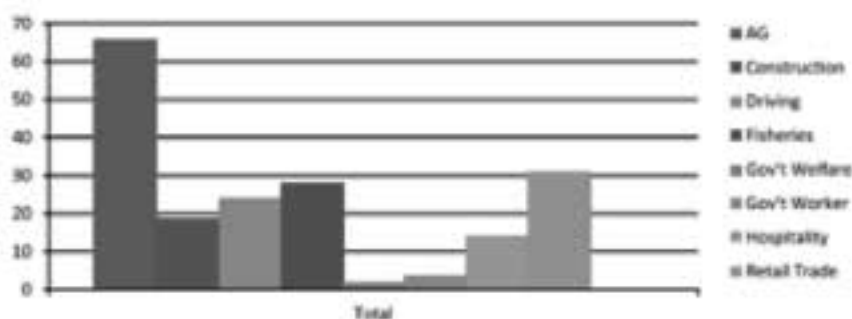
O estudo confirma que o Governo Filipino tem traçado medidas, políticas e legislação que atendem plenamente os padrões para a redução do tráfico de pessoas, havendo como exemplos a criação de legislações que

combatem o tráfico sexual e do trabalho (notadamente o 2012 anti-traffic-king act) e aumento no orçamento do Philippine National Police Women and Children's Protection Center (centro da polícia das Filipinas que se dedica na proteção dos direitos das mulheres e das crianças) (United States Department of State, 2019, p. 380-381).

A IOM detectou que após o Tufão Haiyan foram documentados casos de mulheres e meninas que saíram de Leyte e Samar (ilhas localizadas em Visayas) para trabalharem em Manila e Cebu (algumas das principais cidades das Filipinas), as quais, inicialmente eram recrutadas para serem garçonetes. No entanto, acabavam sendo coagidas a ingressar no tráfico sexual (Tesfay, 2015, p. 34).

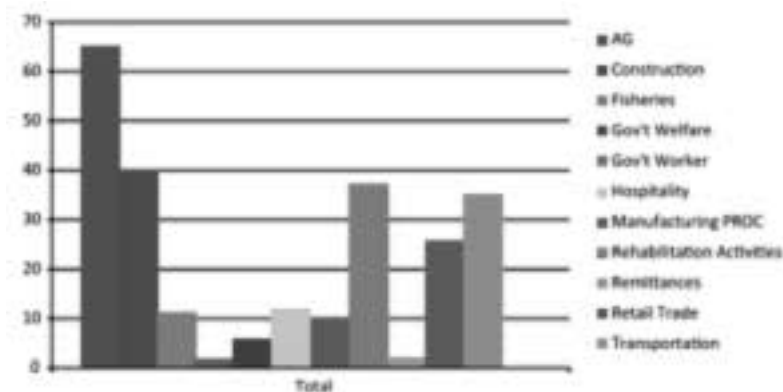
Por outro lado, o IOM também percebeu melhorias em alguns aspectos. Quanto à reconstrução dos lugares afetados pelo Tufão Haiyan, dentre os lugares afetados por este desastre natural, em um estudo realizado após o impacto deste, o IOM analisou dados de moradores de Visayas Central e em Visayas Oriental, percebendo que muitas famílias diversificaram os seus meios de subsistência, não dependendo somente da agricultura, mas combinando esta com outras atividades, como a construção e a pesca, por exemplo, (Tesfay, 2015, p. 60-61):

Tabela 4 – Atividades de subsistência antes do Tufão Haiyan nas regiões de Visayas Central e Visayas Oriental



Fonte: Tesfay, 2015, Figure 5.

Tabela 5 – Atuais atividades de subsistência nas regiões Visayas Central e Visayas Oriental



Fonte: Tesfay, 2015, Figure 6.

Possivelmente, a reconstrução dos lugares afetados pelo Tufão Haiyan podem reduzir eventual migração rural-urbana motivada por catástrofes naturais e ainda minorar vulnerabilidades sociais.

Considerações Finais

Com o passar dos anos, pesquisadores, governos e organismos internacionais têm concordado que o meio ambiente possui uma íntima relação com outros fenômenos sociais e econômicos, como migrações, crises econômicas, guerras e outros.

De fato, teoriza-se que as migrações na Síria (ainda que em um primeiro momento fossem internas) já eram uma questão presente neste país mesmo antes da Guerra Civil. Isto porque, a seca teria encorajado mais de um milhão de sírios a se dirigirem para as principais cidades sírias. A vulnerabilidade social recrudescu-se quando o presidente Bashar al-Assad decidiu cortar os subsídios a alimentos e combustíveis (Park, J., 2011).

Em que pese o rápido crescimento econômico das Filipinas (circunstância que poderia refletir em maiores incrementos em métodos e ações concretas de prevenção aos desastres naturais), nota-se que este país asiático continua sendo um dos mais vulneráveis aos riscos ambientais.

Percebe-se isto na medida em que de acordo com os recentes dados estatísticos apresentados no desenvolvimento teórico, parte expressiva da população filipina continua sofrendo os efeitos dos desastres naturais.

Acerca da migração internacional, pela falta de fontes e dados, ainda é difícil verificar quantos filipinos saem de seu país em decorrência dos desastres naturais. Por ser um país em que o plano de imigrar é amplamente difundido em sua população, não existem estatísticas que individualizem aqueles que se deslocam unicamente por terem sofrido os efeitos de desastres naturais.

Quanto às migrações internas (em especial a migração rural-urbana) representam casos que fazem jus a serem estudados pelos mais diversos países do mundo (sobretudo aqueles localizados nas regiões tropicais e que sofrem dos efeitos dos desastres naturais).

O filme *Metro Manila* mostra vagamente as dificuldades de um casal com os seus filhos que decidem sair da zona rural das Filipinas, pois as suas plantações de arroz já não eram mais lucrativas, rumo para *Metro Manila*, uma das principais zonas urbanas deste país do Sudeste Asiático. Parte do longa-metragem foca na chegada desta família nas favelas do distrito de Manila, lugar com problemas de violência e expondo os problemas que o casal enfrenta em seus trabalhos (segurança de carro-forte e recepcionista de bar em uma boate).

Algumas questões surgem desta problemática das migrações internas. Com o possível recrudescimento das mudanças climáticas e estando sob o contexto da globalização, os deslocamentos populacionais nas Filipinas, e da mesma forma outros países em condições similares ou piores, causarão fluxos de pessoas em direção a outros países? Em acréscimo, os governos vão acolher estas pessoas como migrantes internacionais ou refugiadas?

Cabe destacar que os riscos ambientais representam uma ameaça ora para as populações das zonas urbanas, ora para as zonas rurais. Neste campo, chama a atenção os riscos ambientais que afetam as populações rurais (como pode ser observado no exemplo trazido de Visayas Oriental e Visayas Central), pois apesar da migração interna, até 2015, 48,8% dos filipinos ainda viviam em regiões rurais.

Assim, quanto a estes últimos, restou discutido no artigo que os desastres naturais afetam igualmente a vida daqueles que vivem nas zonas rurais

e cuja subsistência provém de plantações, bem como moradores de grandes cidades como Manila.

Valido ressaltar que os deslocamentos populacionais causados por desastres naturais não são uma exclusividade das Filipinas ou do Sudeste Asiático. De fato, as pessoas que residem nos países do Triângulo Norte da América Central (que corresponde à El Salvador, Guatemala e Honduras), região que também é propensa aos desastres naturais e de igual maneira tem a sua economia fortemente embasada na agricultura, estão se retirando de seus países e se dirigindo rumo ao México e Estados Unidos.

As Filipinas são ainda um caso paradigmático porque é possível vislumbrar que os desastres naturais são um problema de todos que ali residem. Por um lado, aqueles que se retiram das zonas rurais, o fazem, em muitos casos, porque perderam as suas plantações devido aos desastres naturais, deixando de possuir um importante alicerce para a subsistência. Entretanto, quando se dirigem para as cidades (principalmente metrópoles com expressiva densidade populacional como Manila), são novamente afetados por desastres naturais.

O presente trabalho pretende contribuir para os debates concernentes à intersecção de deslocamentos populacionais e meio ambiente, convergência esta que frequentemente abre espaço para o aumento das desigualdades sociais e casos de tráfico de pessoas.

As discussões atinentes a este tema prescindem uma análise interdisciplinar, de forma que é primordial entender o porquê dos fluxos migratórios. Isto é, forçoso entender quais fatores estão fomentando estes fluxos.

Nesta perspectiva, Saskia Sassen em seu artigo *Three Emergent Migrations: an epochal change*, chama a atenção que fluxos migratórios revelam dinâmicas mais amplas, como guerras civis, violência urbana causada por gangues, conflitos religiosos e mudanças climáticas, este último que por sua vez, segundo a socióloga, resultará na redução de solos habitáveis (Sassen, 2016, p. 30-31).

Ademais, em um contexto de fluxos migratórios, é igualmente importante pesquisar a resiliência das cidades, seja delas em face de desastres naturais, seja como pretendem integrar populações de migrantes de zonas rurais ou mesmo de outros países que buscam formas de melhorarem a qualidade de suas vidas.

Reference list

- Aldaba, F. (2009). *Poverty in the Philippines: causes, constraints and opportunities*. Mandaluyong City: Asian Development Bank.
- Bauman, Z. (2008). *Miedo líquido: la sociedade contemporânea y sus temores*. Buenos Aires: Paidós.
- Beck, U. (2011). *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Calma, J. (2017). Climate Change has created a New Generation of Sex-Trafficking Victims. Retrieved from <https://qz.com/970394/climate-change-has-created-a-new-generation-of-sex-trafficking-victims/>. [Accessed September 22, 2019].
- Carmin, J., Tierney, K., Chu, E., Hunter, L., Roberts, J., Shi, L. (2015). Adaption to Climate Change. In: Dunlap, R., Brulle, R. (Eds.), *Climate Change and Society: Sociological Perspectives*. (pp. 164-198). New York: Oxford University Press.
- Coelho, S. (2016). *The Climate Change-Human Trafficking Nexus*. Retrieved from https://publications.iom.int/system/files/pdf/mecc_infosheet_climate_change_nexus.pdf. [Accessed September 22, 2019].
- Cohen, C., Werker, E. (2008). The Political Economy of “Natural” Disasters. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 52, n. 6, p. 795-819. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022002708322157>.
- Congress of the Philippines. (2009). *Republic Act No. 10174*. Retrieved from <https://drive.google.com/file/d/0B35ePJ5EjR1GcFZyV1haa0N4TjQ/view>. [Accessed September 20, 2019].
- Department of Environment and Natural Resources. (2019). *National Capital Region*. Retrieved from <http://ncr.denr.gov.ph/index.php/about-us/regional-profile>. [Accessed September 19, 2019].
- Edwards, A. (2016). *UNHCR viewpoint: ‘Refugee’ or ‘migranti’ – Which is right?*. The United Nations High Commissioner for Refugees Retrieved from <https://www.unhcr.org/news/latest/2016/7/55df0e556/unhcr-viewpoint-refugee-migrant-right.html>. [Accessed September 17, 2019].
- Environmental Migration Portal. (2019). *About the Portal*. Retrieved from <https://environmentalmigration.iom.int/about-portal>. [Accessed September 17, 2019].
- Guha-Sapir, D., Hoyois, P., Wallemacq, P., Below, R. (2016). *Annual Disaster Statistical Review 2016: The numbers and trends*. Retrieved from https://emdat.be/sites/default/files/adsr_2016.pdf. [Accessed September 15, 2019].
- Gupta, S. (2010). *Synthesis Report on Ten ASEAN Countries Disaster Risks Assessment: ASEAN Disaster Risk Management Initiative* [E-Reader version]. Retrieved from http://www.unisdr.org/files/18872_asean.pdf. [Accessed September 20, 2019].
- Internal Displacement Monitoring Centre. (2019). *Internal Displacement from January to June 2019*. Retrieved from <http://www.internal-displacement.org/sites/default/files/>

inline-files/2019-mid-year-figures_for%20website%20upload.pdf. [Accessed September 21, 2019].

- Jha, S., Martinez, A., Quising, P., Ardaniel, Z., Wang, L. (2018). *Natural Disasters, Public Spending, And Creative Destruction: A Case Study of the Philippines* [E-Reader version]. Retrieved from <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/408351/adbi-wp817.pdf>
- Kellenberg, D., Mobarak, A. (2011). *The Economics of Natural Disasters. Annual Review of Resource Economics*, v. 3, pp. 297-312. Retrieved from: http://faculty.som.yale.edu/mushfiqmobarak/papers/disasters_annreview.pdf. [Accessed September 16, 2019].
- Mishra, P., Oppenheimer, M., Cai, R., Feng, S., Licker, R. (2017). *Climate Variability and Migration in the Philippines. Population and Environment*, v. 38, n. 3, pp. 286-308. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-016-0263-x>. [Accessed September 21, 2019].
- Mucke, P. (2019). Logistics, infrastructure and risk analysis. In: Mucke, P., Kirch, L., Walter, J. (Eds.), *WorldRiskReport 2019*. Focus: Water Supply (pp. 56). Berlin: Druckerei Conrad.
- Murphy, R. (2010). Environmental hazards and human disasters. In Redclift, M., Woodgate, G. (Eds.), *The International Handbook of Environmental Sociology* (pp. 276-291). Cheltenham: Edward Elgar.
- New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade. (2018). *Pacific climate change-related displacement and migration: a New Zealand action plan*. Retrieved from <https://www.mfat.govt.nz/assets/Uploads/Redacted-Cabinet-Paper-Pacific-climate-migration-2-May-2018.pdf>. [Accessed September 18, 2019].
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2017). *Interrrelations between Public Policies, Migration and Development in the Philippines*. Retrieved from <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264272286-6-en.pdf?expires=1574622369&id=id&accname=guest&checksum=3184500520F1B61C0B07933ABCFB0C47>. [Accessed November 24, 2019].
- Park, J. (2011). *Environmental Migrants: More than Numbers*. Retrieved from <https://ourworld.unu.edu/en/environmental-migrants-more-than-numbers>. [Accessed September 21, 2019].
- Pelling, M., Blackburn, S. (2013). Case studies: governing social and environmental transformation in coastal megacities. In: Pelling, M., Blackburn, S. (Eds.), *Megacities and the Coast: risk, resilience and transformation* (pp. 220-235). Oxon: Routledge.
- Philippine Statistics Authority. (2015). *Population and Housing*. Retrieved from <https://psa.gov.ph/statistics/census/population-and-housing>. [Accessed September 22, 2019].
- Philippine Statistics Authority. (2015). *Urban Population in the Philippines* (Results of the 2015 Census of Population). Retrieved from <https://psa.gov.ph/content/urban-population-philippines-results-2015-census-population>. [Accessed September 22, 2019].

- Philippine Statistics Authority. (2016). *Philippine Population Density (Based on the 2015 Census of Population)*. Retrieved from <https://psa.gov.ph/content/philippine-population-density-based-2015-census-population>. [Accessed September 22, 2019].
- Porio, E. (2014). Climate Change Vulnerability and Adaptation in Metro Manila: challenging governance and human security needs of urban poor communities. *Asian Journal of Social Science*, v. 42, n. 1-2, pp. 75-102. Leiden: Brill.
- Porio, E., Bercilla, J., Narisma, G., Cruz, F. (2019). Drought and Urbanization: The Case of the Philippines: Methods, Approaches and Practices. In: Ray, B, Shaw, R. (Eds.), *Urban Drought: Emerging Water Challenges in Asia* (1st ed., Chapter 12, pp. 183-208). Springer: Singapore.
- Quisumbing, A., McNiven, S. (2005). *Migration and the Rural-Urban Continuum: Evidence from the Rural Philippines*. Washington: International Food Policy Research Institute.
- Sassen, S. (2007). *A Sociology of Globalization*. New York: W.W. Norton & Company.
- Sassen, S. (2016). *Three Emergent Migrations: an epochal change*. *The Sur on Migration and Human Rights*, v. 13, n. 23, pp. 29-41. Retrieved from <https://sur.conectas.org/en/three-emergent-migrations-epochal-change/>. [Accessed September 14, 2019].
- Sayad, A. (2004). *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity.
- Smith, A. (2014). Debating Environmental Migration: society, nature and population displacement in climate change. *Journal of International Development*, v. 24, n. 8, pp. 1058-1070. Doi: 10.1002/jid.2887.
- Tesfay, N. (2015). *Impact of Livelihood Recovery Initiatives on Reducing Vulnerability to Human Trafficking and Illegal Recruitment: Lessons from Typhoon Haiyan*. Retrieved from https://publications.iom.int/system/files/impacts_of_livelihood.pdf. [Accessed September 21, 2019].
- United Nations Development Programme. (2019). *Human Development Reports: Philippines*. Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/PHL>. [Accessed September 14, 2019].
- United States Department of State. (2019). *Trafficking in Persons Report June 2019*. Retrieved from <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/2019-Trafficking-in-Persons-Report.pdf>. [Accessed September 22, 2019].
- Wallemacq, P., Herden, C., Delbiso, T., Hoyois, P., Below, R., McClean, D., Landelle, S. (2015). *The Human Cost of Natural Disasters 2015: a global perspective*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/317645955_The_Human_Cost_of_Natural_Disasters_-_A_global_perspective
- Warren, J. (2013). A Tale of Two Decades: Typhoons and Floods, Manila and the Provinces, and the Marcos Years. *The Asia-Pacific Journal*, v. 11, n. 3, pp. 1-21. Retrieved from <https://apjif.org/-James-F--Warren/4018/article.pdf>. [Accessed September 21, 2019].
- World Bank. (2018). *GDP growth (annual %)*. Retrieved from https://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mktp.kd.zg?name_desc=false. [Accessed September 18, 2019].

O *Soft* e o *Sharp Power* no Estudo de Área da China: um olhar sobre a diplomacia pública chinesa a partir da Rede de Cidades Criativas UNESCO | *Soft and Sharp Power in Area Studies of China: the Chinese public diplomacy in the UNESCO Creative Cities Network.*

Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos

Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal. É graduada e mestre em direito. Como secretária adjunta de desenvolvimento econômico e inovação em Santos, Brasil, coordenou a aplicação da cidade à Rede de Cidades Criativas UNESCO, além de ser responsável, como diretora de inovação da mesma cidade, pela candidatura do município à sede da conferência UNESCO 2020 das cidades criativas, a ser realizada pela primeira vez na América Latina. Email: niedjasantos@icloud.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.73-101

Resumo

O estudo da diplomacia pública chinesa revela uma dicotomia. De um lado, é exaltada sua mestria no uso do soft power, especialmente através da cultura e tradições chinesas. De outro, é apontada como exemplo no exercício do sharp power, modelo ideológico que privilegia o autoritarismo em detrimento da atração e influência, próprias ao soft power. Este artigo, produzido no domínio das relações internacionais com a lente interpretativista, na perspectiva dos estudos de área, visa contribuir para a compreensão do papel do soft e do sharp power na diplomacia pública chinesa. É adotado o estudo de caso como método, centrado na atuação de três cidades chinesas no contexto da UNESCO Creative Cities Network. A recolha de dados deu-se por observação direta em visitas às cidades objeto do estudo, entre 2016 e 2019, acrescida de consulta documental. A análise dos dados é realizada pelo método de combinação de padrão, usando indicadores e variáveis operacionalizados a partir dos conceitos chave da investigação.

Palavras-chave: *China, diplomacia pública, soft power, sharp power, relações internacionais, estudo de área.*

Abstract

The public diplomacy of China has a dichotomy. On one side, its mastery in the use of soft power is exalted, especially through Chinese culture and traditions. On the other side, it is taken as an example because of the use of sharp power in the international sphere, the ideological model that privileges authoritarianism over attraction and influence, characteristics of soft power. This article, with interpretative lens, in the field

of international relations, from the perspective of area studies, aims to contribute to a better understanding of the role of soft and sharp power in China's public diplomacy. The case study is its method, focused on the performance of three Chinese cities in the UNESCO Creative Cities Network. The data collection was done by direct observation in visits to those cities between 2016 and 2019, as well as by document consultation. The clustering method guided the data analysis, using indicators and variables from operationalized key concepts as categories.

Keywords: *China, public diplomacy, soft power, sharp power, international relations, area studies.*

Introdução

“It is somewhat in the order of the contemporary history of nations, covering all fields: economics, trade, exchange, movement of production, of goods, of currency, as well as politics and culture. ... The factor uniting the problems which form the science of international relations is their international character, that is to say, the tie which is created among all domains of social life when that life transgresses the limits of one single nation and influences the relations among nations.” (Morgenthau, 1952, p. 648).

Como refere Morgenthau, no texto em epígrafe extraído de seu artigo “Area Studies and The Study of International Relations”, a importância dos estudos de área das relações internacionais é sobrelevada quando os fatos sociais de uma nação passam a influenciar as relações entre nações, seara habitada pela diplomacia. No referido artigo, o autor relata a origem do formato dos estudos de área, a partir da integração entre vários ramos de aprendizagem, como economia, ciências sociais, cultura, ciências políticas, história, ampliando a perspectiva intelectual dos investigadores. Um de seus principais resultados é a compreensão cultural de realidades até então estranhas ou alheias, enquanto que o estudo tradicional das relações internacionais é monocular, normalmente desenvolvido apenas a partir da história e do direito internacional (1952, 647-655).

Os estudos de área têm sua gênese na necessidade funcional de preparação dos homens para a guerra (Morgenthau, 1952, p. 647; Derichs, 2015, p. 29), mas Modelski lhes atribuiu duas funções contemporâneas principais: a de permitir a análise dos processos políticos internacionais no caso concreto e a de servir como ponto de partida para a análise de proposições teóricas (1961, p. 143). A presente investigação situa-se na segunda hipótese.

A China é reconhecida internacionalmente pelo exercício da diplomacia pautada em ações bilaterais focadas na cultura chinesa, sobretudo através do cinema, gastronomia, pintura, caligrafia, literatura, medicina chinesa, acupuntura e artes marciais (D’Hooghe, 2005). Este cenário levou Wang a mencionar que “nowhere else has the idea of “*soft power*” been as

widely discussed, embraced, and appropriated as in China” (2011, p. 1), fazendo referência aos esforços chineses de diplomacia pública para aprimorar sua identidade global. Contudo, quando o assunto é a emissora internacional de televisão chinesa, a CCTV, é constatada a dificuldade para conquistar “minds and hearts” em virtude do modelo estatocêntrico, que controla a circulação de informação, prejudicando fortemente a audiência, tal como ocorre no Reino Unido (Zhang, 2011).

Nesse domínio, cientistas das relações internacionais têm acompanhado a emergência do *sharp power*, modelo ideológico que privilegia o poder autoritário do Estado em detrimento da atração e influência, comuns ao *soft power*, sendo hostil à liberdade de expressão, ao debate aberto e ao pensamento independente (Walker & Ludwig, 2017b, p. 7). De um lado, o padrão tem sido apontado por especialistas para exemplificar a atuação e o comportamento da China nas relações internacionais (Nye, 2019, p. 16-19; Leonova, 2019), enquanto que, de outro lado, autores, especialmente de origem oriental, afirmam que tais assertivas são narrativas ocidentais sobre a China, sem o devido lastro (Peng, 2019; Si, 2018; Jun, 2017).

Assim, hodiernamente, o *soft power* e o *sharp power* são apresentados como os modelos de atuação internacional da China na diplomacia pública. Recentemente, Melissen & Wang constataram a carência de estudos mais específicos sobre os impactos do *sharp power* em tais domínios (2019, p. 4).

A partir do paradigma interpretativista, essa pesquisa, realizada no âmbito dos estudos de área das relações internacionais, adotando o estudo de caso como método, tem por objetivo contribuir para a melhor compreensão da atuação da China na diplomacia pública, através das ferramentas *soft power* e *sharp power*. A pesquisa põe foco na análise das cidades chinesas na rede de cidades criativas da UNESCO, para obter a melhor compreensão do fenômeno. Assim, o estudo de área serve como ponto de partida para a investigação dos referidos modelos teóricos (Modelski, 1961, p. 143).

Para tanto, os tópicos do artigo são desenvolvidos apresentando a operacionalização conceitual de diplomacia pública, *soft power* e *sharp power*; o enquadramento teórico; as considerações metodológicas; para, então, apresentar o estudo de caso da UNESCO Creative Cities Network

(UCCN), analisando o *soft* e *sharp power* na atuação diplomática de três cidades chinesas nas suas interações internacionais, a partir de indicadores e variáveis escolhidos. No fim, espera-se atingir a conclusão, evidenciando como os estudos de área podem colaborar para o entendimento das relações internacionais, através do olhar sobre a atuação da China na diplomacia pública.

Operacionalização conceitual: diplomacia pública, *soft* e *sharp power*

Os conceitos chave dessa pesquisa são três: “diplomacia pública”, “*soft power*” e “*sharp power*”, pelo que serão operacionalizados, com indicadores e variáveis.

O termo diplomacia pública tem história relativamente recente. Ele teria sido usado pela primeira vez em 1856 pelo jornal britânico *The Times*, com sentido de civilidade para referir-se ao 14º presidente americano, Franklin Pierce. Em 1871, foi citado pelo congressista e embaixador americano para o império otomano, Samuel Cox, com o significado de política de comunicação entre o governo e o grande público, ao criticar o modo de agir dos Estados Unidos em relação à anexação de Santo Domingo¹⁵ (Cull, 2009, p. 19). No ano de 1918, o famoso discurso *Fourteen Points*, do presidente americano Woodrow Wilson fez referência ao termo diplomacia pública no ponto um, opondo-a à diplomacia secreta: “I. Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view”¹⁶ [grifo nosso] (United States, 1918, p. 5). Assim, fácil notar que o termo foi construindo seu significado ao longo do tempo.

A partir da década de 50, a atividade diplomática passaria a ser percebida e exercida predominantemente com foco no desempenho público, com aspecto de propaganda. Na ocasião, o jornal o *New York Times* usou

¹⁵ Como era então chamada a atual República Dominicana.

¹⁶ Em carta escrita ao Secretário de Estado Robert Lansing, em 12 de março de 1918, Woodrow Wilson viria a esclarecer, a respeito da “open diplomacy”: “I meant not that there should be no private discussions of delicate matters, but that of any sort should be entered into and that all international relations, when fixed, should be open, above-board, and explicit.” Recuperado em: <https://tile.loc.gov/image-services/iiif/service:mss:mss46029:mss46029_154:0242/full/pct:100/0/default.jpg>.

o termo com conotação positiva para referir-se ao carisma de John Kennedy. Contudo, na mesma época, o comentarista político americano Walter Lippmann viria a referir-se ao termo como praga, na coluna *Today and Tomorrow* do jornal *Washington Post* (Cull, 2009, pp. 20-21).

Embora a ideia de exercer diplomacia através do poder de influência da opinião pública sempre tenha existido (Melissen, 2005, p. 5-6), Edmund Gullion é apontado como aquele que cunhou o termo diplomacia pública ao referido significado (Mendes, 2017, p. 160; Schneider, 2005, p. 184; Cull, 2009, p. 21). O feito deu-se através da brochura do Centro de Diplomacia Pública Edward R. Murrow:

Public diplomacy . . . deals with the influence of public attitudes on the formation and execution of foreign policies. It encompasses dimensions of international relations beyond traditional diplomacy; the cultivation by governments of public opinion in other countries; the interaction of private groups and interests in one country with another; the reporting of foreign affairs and its impact on policy; communication between those whose job is communication, as diplomats and foreign correspondents; and the process of intercultural communications (Cull, 2009, p. 19).

Já o jornalista americano Edward Murrow, que cedeu seu nome ao centro de estudo da diplomacia retro mencionado, definiu diplomacia pública como “interactions not only with foreign governments but primarily with nongovernmental individuals and organizations, and often presenting a variety of private views in addition to government views” (Nye, 2008, p. 101).

Na década de 70, a diplomacia pública já era amplamente entendida e praticada, sobretudo nos Estados Unidos, como uma construção complexa de relacionamentos de longo prazo destinada a transmitir informações e imagem, criando o ambiente favorável à política externa do governo (Nye, 2008, p. 95).

Nye define a diplomacia pública como a forma pela qual os governos mobilizam os valores, cultura, práticas e políticas internas atraentes, essencialmente a radiodifusão, exportações culturais, intercâmbios,

dentre outros, para se comunicar e atrair públicos estrangeiros, além de seus governos (2008, p. 95). Na mesma linha, Sharp (2005, p. 106) a define como o processo pelo qual relações diretas são mantidas com pessoas de um país para alavancar os interesses e valores daqueles que são representados. Cull atribui ainda à diplomacia pública a garantia da segurança reputacional do Estado (2019, p. 135), o que confere à entidade estatal a defesa e proteção pelos stakeholders internacionais.

De tais visões, depreende-se que, para uns, o conceito de diplomacia pública está mais associado aos interesses e valores dos que são representados (Sharp, 2005, p. 106; Zaharna 2010, p. 1). Para outros, aos esforços de gerar *soft power*, criando atratividade, através da mobilização de cultura, políticas internas, intercâmbios e outras ações (Nye, 2008, p. 94-95), sendo assim, uma evolução natural da diplomacia (Melissen, 2005, p. 3), fincada em pressupostos como a credibilidade, a autocrítica e a participação da sociedade civil (Nye, 2019, p. 7). As principais ferramentas da diplomacia pública são as diretrizes de política externa; atividades culturais; políticas públicas; intercâmbios; reuniões, discursos e videoconferências com autoridades e experts; disseminação das mensagens-alvo em diversos idiomas; entrevistas para os media; meios de comunicação escrita e audiovisual tradicionais; meios de comunicação digital e redes sociais; ou seja, canal de diálogo e feedback (Melissen, 2001, p. 10; Zaharna, 2010, pp. 31- 52; Cull, 2019, pp. 18-21). Assim, podem ser consubstanciadas em cultura, comunicação, intercâmbios e políticas.

Os Estados, associações de Estados, entes subnacionais e não estatais são os principais atores da diplomacia pública (Melissen, 2001, p. 10), com reforço do importante papel do público interno na consolidação da política externa (Pisarska, 2016). Para efeitos da presente pesquisa, o foco será mantido nos atores subnacionais, especificamente as cidades. Hodiernamente, o exercício da diplomacia pública pelas cidades tem grande notoriedade e é referido como a “‘foreign policy’ of cities to consist in a city’s formal strategy in dealing with other governmental and non-governmental actors on an international stage (Curtis & Acuto, 2018, p. 8). Nessa esteira, Pluijm & Melissen conceituam a atuação diplomática das cidades como: “institutions and processes by which cities, or local governments in general,

engage in relations with actors on an international political stage with the aim of representing themselves and their interests to one another” (2007, p. 6), sendo uma das formas de diplomacia pública do Estado.

Assim, a definição para o conceito chave de diplomacia pública nessa pesquisa, operacionalizada na Tabela 1, fica consolidada como o instrumento da política externa, alicerçando a atividade diplomática do Estado, sendo exercida por este e outros atores subnacionais, como as cidades, com o objetivo de desenvolver interesses internacionais do Estado, construir relacionamentos de longo prazo, transmitir informações, consolidar a imagem, influenciar e engajar a audiência. Para tanto, utiliza como principais ferramentas: a cultura, comunicação, intercâmbios e políticas.

Tabela 1 – Operacionalização do conceito chave diplomacia pública

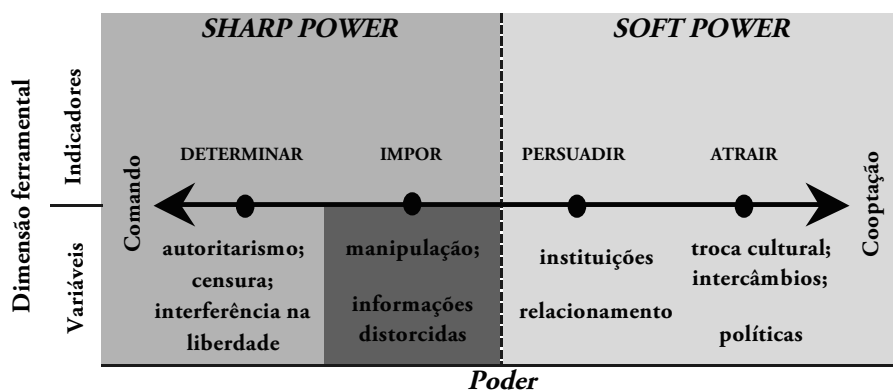
Definição do conceito	Dimensão	Indicadores	Variáveis
instrumento da política externa, alicerçando a atividade diplomática do Estado, sendo exercida por este e outros atores subnacionais, como as cidades	Sujeitos	Rol de atores da DP	<ul style="list-style-type: none"> - Estados - Atores subnacionais
com o objetivo de desenvolver interesses internacionais do Estado, construir relacionamentos de longo prazo, transmitir informações, consolidar a imagem, influenciar e engajar a audiência.	Motivação	Escopo da Política Externa	<ul style="list-style-type: none"> - Interesses internacionais - Relacionamentos de longo prazo - Transmissão de informações - Influenciar e engajar a audiência
Para tanto, utiliza como principais ferramentas: a cultura, comunicação, intercâmbios e políticas.	Ferramental	Rol de estratégias da DP	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura - Comunicação - Intercâmbios - Políticas

Fonte: tabela elaborada pela autora conforme Martins (2017)

É fácil notar que a noção de influência é central para o referido conceito. Nesta seara, o *soft power* é apontado como norteador da diplomacia pública (Santos & Ferreira, 2012, pp. 125-126; Nye, 2008, p. 95). Cunhado em 1990 por Joseph Nye, *soft power* significa uma estratégia de atingir os objetivos estatais através da atração, persuasão e admiração (Nye, 2004a, p. 5), servindo como multiplicador das ações realizadas internacionalmente. Contudo, o pai do *soft power* lembra: “*soft power* alone is rarely sufficient” (Nye, 2019, p. 8).

Dentre os possíveis complementos ao *soft power*, está o *sharp power*. Nada obstante ser uma prática identificada anteriormente, como por exemplo, por Zhang, em 2011, ao tratar do caso do controle de informações pela emissora internacional chinesa CCTV, o termo foi usado pela primeira vez em novembro de 2017 por Walker & Ludwig em artigo da Foreign Affairs (Walker & Ludwig, 2017a), ao analisarem o comportamento internacional da Rússia e da China (NED, 2017). O *sharp power* é afeto ao autoritarismo na cena internacional, principalmente perfurando a política e o ambiente de informações nos países alvo, hostil à liberdade de expressão e à independência de pensamento. Normalmente, reveste-se da manipulação de informações, censura e abstração da realidade para atingir seus objetivos políticos (Walker & Ludwig, 2017a). Nye afirma que o *sharp power* guarda proximidade com o *hard power*, distinguindo-se desse ao limitar escolhas voluntárias, inclusive na information warfare (Nye, 2018).

Para os efeitos dessa pesquisa, o *soft power* fica definido como a habilidade de um corpo político, como por exemplo o Estado, de influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros estados com posturas baseadas essencialmente na persuasão e atração, através de recursos como as instituições, relacionamento, trocas culturais, intercâmbios e políticas (Nye, 2014b). Já o *sharp power* fica definido como a estratégia de influenciar politicamente a audiência internacional, através de imposições ou determinações, usando recursos como autoritarismo, censura, interferência na liberdade, manipulação e informações distorcidas (Walker & Ludwig, 2017a). O quadro da Figura 1 representa a relação e diferenças entre ambos poderes na dimensão ferramental, especificando indicadores e variáveis.

Figural – Quadro da dimensão ferramental do *sharp power* e o *soft power*

Fonte: elaborado pela autora, com inspiração em Nye (2004a, p. 8) e Martins (2017)

Para o atingimento de seus objetivos, essa pesquisa mantém o foco na variável intercâmbio da diplomacia pública, entendido como os contatos entre estrangeiros e nacionais, promovidos pelo governo chinês com objetivo técnico ou cultural. No campo dos intercâmbios, a presente investigação procura identificar os elementos de soft e *sharp power* observados nas práticas da China, no caso concreto, no campo da atração, persuasão, autoritarismo, censura, manipulação de informações e interferência na realidade, a partir do ponto de vista do realismo neoclássico, conforme desenhado no próximo capítulo.

Enquadramento Teórico

A presente investigação adota o realismo neoclássico, teoria das relações internacionais, como o quadro teórico geral de observação. A corrente teórica, considerada uma versão atualizada do realismo clássico (Santos & Ferreira, 2012, p. 100), foi cunhada por Gideon Rose no artigo “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy” (1998), no qual revisou quatro trabalhos (Christensen, 1996; Schweller, 1998; Wohlforth, 1993; Zakaria, 1998). Tratando de temas de política externa de grandes potências, esses trabalhos procuram explicar o comportamento do Estado a partir da distribuição de poder em um sistema de poder relativo (Rose, 1998). Rose

resume a visão geral sobre o realismo neoclássico em uma frase: “neoclassical realists argue that relative material power establishes the basic parameters of a country’s foreign policy” (1998, p. 146).

O paradigma teórico realista acompanha as relações internacionais desde o seu nascimento, logo após a primeira guerra mundial, como disciplina autônoma, com o objetivo de estudar e limitar a conflitualidade internacional (Santos & Ferreira, 2012, pp. 22-27). Entre os realistas, Hans Morgenthau é considerado o principal referencial teórico (Lebow, 2013, p. 60; Wohlforth, 2008, p. 132). Na obra *Politics Among Nations*, publicada pela primeira vez em 1948, estabeleceu os seis princípios do realismo político: 1. A política obedece a leis objetivas que resultam da natureza humana (pessimismo); 2. O interesse dos Estados é sempre definido em termos de poder (interesse nacional); 3. A preservação dos Estados é o requisito mínimo das políticas externas; 4. Os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados (diferenciação entre moral e política); 5. As aspirações morais de um Estado não podem ser confundidos com os preceitos universais; e 6. Autonomia da política: ações políticas avaliadas conforme critérios políticos (Sardenberg, 2003, p. XIX-XX; Lebow, 2013, p. 63; Santos, 2014, p. 442).

Tabela 2 – Quadro sinótico das versões do Realismo

Teoria	Principais características	Autores	Obra chave
Realismo (Realismo Clássico)	<ul style="list-style-type: none"> visão pessimista da natureza humana; anarquia internacional permanente; Estados como atores das relações internacionais; busca pela maximização do poder pelos Estados; interesse calculado em termos de poder e moral subjacentes à decisão política fortalecimento do interesse nacional; e separação entre política interna e política externa. 	Hans Morgenthau, Raymond Aron, Edward Carr, Reinhold Niebuhr	<p><i>Politics Among Nations</i> (Morgenthau, 2003)</p>

Realismo Estrutural (Neorealismo)	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura nos relacionamentos internacionais (relação agente/estrutura); • estrutura como fator condicionante da ação dos atores e da mudança; • visão sistêmica do ambiente internacional e não atomística; • anarquia internacional baseada no <i>self-help</i>; • estatocêntrica, mas com admissão de novos atores na cena internacional; • além da política, relevância aos aspectos econômicos, sociais e culturais; • racionalidade: privilégio aos ganhos relativos (custo/benefício); • prioridade ao interesse nacional (questões globais dependem do plano nacional); • separação entre política interna e política externa. 	Kenneth Waltz	Theory of International Politics (Waltz, 2002)
Realismo Defensivo	<ul style="list-style-type: none"> • mesmas características do realismo estrutural; • Estado como “maximizador de segurança”; • Estados reativos, não tendencialmente preventivos; • imperativo internacional: <i>take care of yourself e self-help</i>; • sistema de “balança de poderes” e “hierarquização das potências”. 	Kenneth Waltz	Theory of International Politics (Waltz, 2002)
Realismo Ofensivo	<ul style="list-style-type: none"> • mesmas características do realismo estrutural; • Estado como “maximizador de poder”; • sistema de “balança de ameaças”. • principal interesse do Estado: hegemonia, para garantir sobrevivência; • Estados tendencialmente voltados ao ataque. 	John Mearsheimer	The Tragedy of Great Power Politics (Mearsheimer, 2001)
Novo Realismo	<ul style="list-style-type: none"> • visão estatocêntrica, com relevante papel de outros atores e da estrutura; • relações de poder com papel preponderante; • atualização histórica, considerando a relevância da estrutura e outros atores. 	Charles Beitz, Robert Cox	Political Theory and International Relations (Beitz, 1999)
Realismo Neoclássico	<ul style="list-style-type: none"> • visão estatocêntrica; • perspectiva de realismo defensivo; • relevância da política, economia, sociedade e cultural; • desigualdade nos interesses estatais: a exclusividade da segurança cede lugar às variáveis estruturais (ex. percepções dos líderes políticos sobre a relação de fatores de poder; transnacionalização dos relacionamentos; interação sociedades/Estado; identidade do Estado) e não estruturais, relacionadas ao plano doméstico (“força de Estado” (Zakaria, 1998, p. 35)); • não há completa distinção entre política doméstica e política internacional; • admite a governação transnacional, mas com a preponderância do Estado. 	Gideon Rose, Fareed Zakaria, William Wohlforth, Thomas Christensen, Randall Schweller	Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy (Rose, 1998)

Nota. Tabela elaborada pela autora com base em Santos & Ferreira (2012); Cox (1997); Rose (1998); Wohlforth (2008); Dunne & Schmidt (2014); Lamy (2014); Mearsheimer (2013); Lebow (2013); Ripsman, Taliaferro & Lobell (2016); Zakaria, (1998)

Contudo, especialmente a partir da segunda metade do século xx, a hegemonia do realismo nas relações internacionais passou a ser desafiada por outras teorias como o neoliberalismo e o construtivismo. Além disso, estudiosos realistas passaram a empreender esforços para adaptar o realismo clássico à diferenciação e ampliação de atores, ao pluralismo da interdependência e às profundas mudanças estruturais no ambiente internacional, o que originaria versões atualizadas do realismo (Santos & Ferreira, 2012, p. 87). Nada obstante as subcorrentes não capturarem toda a diversidade das faces realistas, servem para categorizar argumentos semelhantes e evidenciar o progresso acadêmico (Wohlforth, 2008, p. 141). As versões do realismo comumente apresentadas na literatura, a saber: o clássico, o estrutural, o defensivo, o ofensivo, o novo e o neoclássico (Wohlforth, 2008, pp. 135-143; Dunne & Schmidt, 2014, pp. 103-111; Santos & Ferreira, 2012, pp.90-103), estão sumarizadas na Tabela 2, com informações sobre os principais autores, características e obras de referência.

Assim, o realismo neoclássico, que oferece o quadro teórico geral para a investigação, pode ser definido como a versão teórica mais recente do realismo, procurando incorporar os desafios contemporâneos ao realismo estrutural, através de uma ponte entre os fatores estruturais e os fatores nas unidades de nível, visando explicar o comportamento dos Estados no ambiente internacional (Dunne & Schmidt, 2014, p. 106). Principalmente em virtude da combinação das variáveis de diferentes níveis, é uma teoria promissora para entender o comportamento ambivalente da China, oscilando entre o *soft* e o *sharp power* na diplomacia pública.

O realismo neoclássico assume a variável independente primária do realismo estrutural que parametriza o comportamento geral dos Estados: a anarquia internacional (Wohlforth, 2008, p. 140). A novidade são as variáveis intervenientes de nível das unidades (Estados), ou seja, as políticas domésticas, normalmente classificadas em quatro categorias: percepção dos líderes, cultura estratégica, padrões das relações sociedade/Estado e instituições domésticas (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p. 117). Elas fluem entre os parâmetros do sistema internacional e a política externa dos Estados, interferindo nesta (Rose 1998, 147-148). Cada Estado possui um interesse próprio (Dunne & Schmidt, 2014, p. 106), definido pelo lugar

ocupado no sistema internacional e suas capacidades de poder material relativas, também afetadas pelo sistema (Rose, 1998, p. 146).

Adaptada ao presente estudo, a análise realista neoclássica parte de uma linha de base estrutural (Ripsman, Taliaferro & Lobell 2016, 114-117), composta pelos estímulos sistêmicos que, no exemplo presente, incluem primordialmente as diretrizes da UNESCO para as cidades criativas. Em seguida, desce para o nível de unidade (Estados) em busca das variáveis compreendendo características domésticas da China que impactam a linha de base. Os fatores do nível de unidade podem fortalecer ou enfraquecer a influência das forças do sistema no comportamento dos estados (Rose, 1998, p. 147).

Figura 2 – Modelo Realista Neoclássico de Política Externa aplicado ao caso da China sob estudo



Fonte: Elaborado pela autora com inspiração em Ripsman, Taliaferro & Lobell (2016, p. 59).

O esquema demonstrado na Figura 2 posiciona a China como grande potência, procurando firmar seu espaço no sistema internacional, em posição estrutural paralela a outras potências (Mearsheimer, 2013, pp. 84-86), tendo sua política externa baseada nos interesses construídos no plano doméstico, acrescido dos estímulos sistêmicos. A diplomacia pública chinesa, praticada no âmbito da rede de cidades criativas da UNESCO, envolve claramente a combinação de variáveis sistêmicas e não-sistêmicas evidenciando a relevância do quadro realista neoclássico, uma vez que nem os fatores sistêmicos, nem as variáveis intervenientes do plano doméstico chinês separadamente seriam suficientes para oferecer o suporte à compreensão da dinâmica sob estudo.

Dentro desse enquadramento teórico geral, a pesquisa analisará, de um lado, os elementos de *soft power*, e de outro lado, os elementos de *sharp power* utilizados pela China na variável intercâmbio da diplomacia pública no contexto da rede de cidades criativas da UNESCO, conforme perfil metodológico a seguir delineado.

Nota Metodológica

Duroselle define os estudos de área como “the scientific study of a region presenting a certain politico-social unity with a view to understanding and explaining its place and its role in international society”, enfatizando que tal resultado normalmente é obtido “by the systematic use of all branches of study that may provide valid explanations.” (1952, p. 636).

O estudo de área da China é a perspectiva da presente investigação. Porém, sem a pretensão de ser um amplo estudo, envolvendo áreas diversas da ciência, mas sim, de servir à análise dos processos políticos internacionais no caso concreto, ou seja, a observação do *soft* e do *sharp power* na diplomacia pública da China (Modelska, 1961, p. 143). Portanto, o foco disciplinar está nas relações internacionais, com o objetivo responder à questão de partida: “Em quais tipos de situação o *soft power* inerente à diplomacia pública, cede lugar ao *sharp power* nas relações diplomáticas da China?”.

Considerando o argumento de que a capacidade de persuadir é determinante do nível de interações na esfera internacional, contexto em que o *soft power* é o modelo norteador da diplomacia pública (Santos & Ferreira, 2012, pp. 125-126), a pesquisa tem por objetivo a melhor compreensão sobre o uso do *sharp power* e do *soft power* na prática diplomática chinesa. Aqui, cabe esclarecer que a atuação através do *sharp power* não é algo assumido claramente pela China, mas um comportamento identificado e interpretado por estudiosos e observadores (Leonova, 2019; Melissen & Wang, 2019; NED, 2017; Ney, 2019; Walker & Ludwig, 2017a; Walker & Ludwig, 2017b). Assim, é nesta perspectiva, a da interpretação da autora sobre as práticas da China no âmbito da diplomacia pública, que referido conceito é tratado na investigação.

Não havendo a pretensão de promover generalizações sobre a prática ou o conceito, o método adotado é o estudo de caso (Yin, 2015, p. 4), em que o *sharp* e o *soft power* na diplomacia pública chinesa são o *subject* e as cidades chinesas no âmbito da rede de cidades criativas da UNESCO são o *object*.

Atualmente, a China está representada na UCCN¹⁷ por 14 cidades¹⁸, que ingressaram na rede entre 2010 e 2019, sendo que cinco já apresentaram relatório de monitoramento, a saber: Beijing, Chengdu, Hangzhou, Shanghai e Shenzhen (UNESCO, 2019c). Além disso, há cidades em fase preparação de candidatura para concorrer ao ingresso na rede, como é o caso de Meishan. Nesse sentido, o estudo de caso será do tipo múltiplo (Thomas, 2017, p. 160), com análise comparativa da atuação de três cidades chinesas, com diferentes estágios em relação à UCCN: Meishan, que é cidade em fase de preparação de candidatura para 2021; Qingdao, que ingressou na rede em 2017; e Beijing, capital da China, que ingressou na rede em 2012. A comparabilidade das cidades está no compromisso com os objetivos de cooperação internacional que a UNESCO estabelece para a UCCN, manifestado no ingresso ou desejo de ingresso das cidades na rede, situação das três selecionadas. Além disso,

¹⁷ Maiores detalhes sobre a rede de cidades criativas da UNESCO (UCCN) são ofertados no capítulo sobre o estudo de caso.

¹⁸ Incluindo a Região Administrativa Especial de Macau.

as variáveis em observação nesta pesquisa colocam objetividade na análise, levando à equivalência das situações sob comparação (Thomas, 2017, pp. 160-161, 183-184).

A pesquisa adota o estudo de caso tipo snapshot paralelo, com a recolha de dados relativos às três cidades no período de tempo compreendido entre 2016 e 2019, com objetivo de enxergar o todo, estabelecendo o retrato da situação (Thomas, 2017, pp. 160-162).

O estudo de caso é desenvolvido basicamente em três etapas: recolha de dados, análise e discussão dos achados. A recolha de dados adotou as técnicas da observação direta, análise de documentação e análise de registro de arquivos. A observação direta é uma técnica intimamente ligada aos estudos etnográficos, criada por antropólogos (Thomas, 2017, p. 163), mas usada contemporaneamente, em especial nas situações em que o investigador está em situação familiar, da qual faz parte (Thomas, 2017, p. 166). Este é o caso da autora, que como representante de uma das cidades criativas da rede UNESCO, pôde coletar dados diretamente nas cidades que estão sob análise, pelo que as fontes neste caso são: duas visitas à cidade de Beijing (junho de 2016 e setembro de 2017), duas à cidade de Qingdao (junho de 2017 e agosto de 2019) e uma à cidade de Meishan (junho de 2019). Para cada uma das visitas foram preparados relatórios parametrizados com os dados colhidos (Santos, 2016; Santos, 2017a; Santos, 2017b; Santos, 2019a; Santos, 2019b). Quanto às demais técnicas, as fontes são os relatórios de monitoramento das cidades e os sítios de internet das cidades analisadas e da UNESCO. Por sua vez, a análise de dados adota a técnica de combinação de padrão, a partir das variáveis selecionadas da diplomacia pública (intercâmbio) e do *soft power* e *sharp power* (elementos observados).

Estudo de caso: cidades chinesas na UNESCO Creative Cities Network

Panorama geral

A UNESCO Creative Cities Network (UCCN) foi criada em 2004 pela organização internacional visando reunir cidades que adotam a criatividade como fator estratégico de desenvolvimento urbano sustentável, distribuindo as 246 cidades de mais de 70 países diferentes em sete clusters: cinema, design, literatura, música, artesanato, gastronomia e mídia arte, visando promover a cooperação internacional (UNESCO, 2019a).

Para ingressar na UCCN, as cidades passam por rigoroso processo de seleção, baseado em critérios como a potencial contribuição para a rede; a qualidade e diversidade das atividades educacionais e treinamentos profissionais; a infraestrutura dedicada à produção e disseminação das atividades e serviços; programas envolvendo públicos socialmente vulneráveis; envolvimento da sociedade civil; dentre outros (UNESCO, 2019b). Ao serem selecionadas para a UCCN, as cidades assumem o compromisso de compartilhar as melhores práticas, participar dos encontros anuais e desenvolver parcerias para promover o desenvolvimento sustentável com base na criatividade e cultura, apresentando relatório de monitoramento quadrienal (UNESCO, 2019b).

A primeira cidade chinesa a ingressar na UCCN em 2008 foi Shenzhen. Nos anos seguintes, a iniciativa foi seguida por outras 13 cidades: Chengdu, Shanghai, Beijing, Hangzhou, Jingdhezhen, Shunde, Suzhou, Changsa, Macau¹⁹, Qingdao, Wuhan, Nanjing e Yangzhou. Outras cidades estão em fase de preparação da candidatura para os próximos processos seletivos, como é o caso de Meishan.

Como já exposto no capítulo das opções metodológicas, o estudo de caso múltiplo está centrado na análise da variável intercâmbio da diplomacia pública e da variável elementos observados no *soft power* e no *sharp power*, a serem verificados nas cidades de Beijing, Qingdao e Meishan.

¹⁹ Nada obstante o estatuto diferenciado de Região Administrativa Especial, para efeitos da UCCN, Macau é considerada cidade chinesa.

A diplomacia pública: variável intercâmbios

Conforme definição orientadora da pesquisa, a diplomacia pública praticada pelas cidades chinesas, alicerçando a atividade diplomática da China como instrumento de sua política externa, é passível de análise em pelo menos três dimensões: sujeitos, motivação e ferramental, sendo a última o objeto de análise ora selecionado, em sua variável intercâmbios.

Entre as cidades sob estudo, Beijing, uma das mais experientes na qualidade de cidade criativa UNESCO na China, declara que o intercâmbio de conhecimento com especialistas estrangeiros é uma prática adotada para o aprimoramento de seus projetos urbanísticos, fortalecimento da sua premiação em design conferida anualmente no China Red Star Design Award, bem como para o fortalecimento de sua imagem como cidade do design, acelerando inclusive o seu poder de influência junto às demais províncias chinesas (Dongliang, 2017, p. 9-10).

Conforme dados colhidos pela técnica de observação direta, que permite uma melhor compreensão acerca das cidades sob estudo, o intercâmbio promovido por tais cidades chinesas normalmente desenvolve-se em seis etapas ou aspectos: formulação do convite, trâmites de visto, recepção na China, visão oferecida da cidade, realização do objetivo, ferramentas usadas para efetivação do intercâmbio.

O convite pode ocorrer por correio eletrônico, telefone ou através do aplicativo de mensagens wechat, bastante popular no país. Normalmente, vem acompanhado da solicitação de envio antecipado dos materiais que serão abordados pelos estrangeiros durante a estadia na China (Santos, 2016; Santos 2017a; Santos, 2019b). Em algumas oportunidades, o convite é formulado diretamente pela cidade chinesa, mas não é rara sua formulação por terceiros, nomeadamente experts estrangeiros ou organizações internacionais, como a UNESCO, na qualidade de intermediários (Santos, 2016; Santos, 2017b; Santos, 2019a). O processo de visto costuma ser acompanhado pela cidade chinesa, que, normalmente, prefere limitar a carta convite ao período do intercâmbio, sem intenção em reter o estrangeiro por mais tempo na cidade ou no país. A recepção tende a ser burocrática e protocolar. Para promover a visão desejada, as cidades utilizam

ferramentas como o envolvimento com as tradições e cultura chinesa, através da experimentação de caligrafia, literatura, confecção de papel, seda, trabalhos de papel recortado, teatro de marionetes, música e gastronomia (Santos, 2017a; Santos, 2019a); visitas técnicas a áreas para as quais a cidade deseja lançar luz, como o design em Beijing, o cinema em Qingdao e as vilas históricas em Meishan e vídeos institucionais. A utilização de city tour turístico e genérico não é um instrumento usual (Santos, 2017b), assim como as apresentações institucionais sobre a cidade, com apoio em power point também não são usuais (Santos, 2019b).

De forma geral, o objetivo do intercâmbio é claro e pragmático, sendo informado no convite, mas pode ser implícito, como exemplificativamente praticou Beijing, em 2016 (Santos, 2016), ocasião em que a demonstração do poder político e econômico não estava explícito como objetivo do intercâmbio, contudo, tendo sido observado pela investigadora como a principal razão do encontro promovido. No geral, é notória a preocupação das cidades chinesas com sua dimensão interna, especialmente destacando o número de estrangeiros presentes na cidade (Santos, 2017a; Santos, 2019b; Santos 2019a). Na perspectiva da investigadora, a atração de estrangeiros parece simbolizar poder para as cidades chinesas.

As principais ferramentas usadas para efetivação do intercâmbio são momentos de networking, proferimento de speeches e apresentações, oitiva de sugestões e conselhos de experts estrangeiros sobre programas chineses, visitas técnicas, entrevistas pela mídia chinesa sobre a impressão dos estrangeiros e envolvimento destes na concepção de programas e projetos chineses. A partir de 2019, também tem sido observado o envolvimento de voluntários universitários chineses, com a promoção de sua estreita interação com os estrangeiros (Santos, 2019b; Santos, 2019a). Curiosamente, é frequente que as sessões de debates não tenham a participação de representantes chineses (Santos, 2017a; Santos, 2017b), protagonizadas apenas por estrangeiros. A razão disso não é clara, mas possivelmente relacionada ao desejo de conter exposição, mantendo a postura mais reservada sobre planos institucionais.

Por fim, vale destacar que a excelência dos serviços de receptivo, a sofisticação dos locais de evento, a presença de autoridades políticas chinesas, a preocupação com a dimensão interna, revelada na comunicação e

identidade visual dos eventos divulgados pelas ruas das cidades, somado à preocupação em divulgar o número de estrangeiros presentes, podem ser destacados como elementos comuns identificados nos intercâmbios promovidos pelas cidades chinesas.

A infraestrutura, aeroportos, estradas, qualidade das instalações e tecnologia são pontos comuns observados nas visitas à China consideradas na pesquisa, assim como a capacidade de investimento, foco, disciplina, trabalho e realização, executados através da excelente visão chinesa, bom planejamento, resiliência, determinação e capacidade de execução e efetivação de planos e metas. Paradoxalmente, tais pontos positivos observados nas cidades chinesas, normalmente, ficam em segundo plano, sem serem colocadas em evidência, nada obstante sejam, inegavelmente, uma potencial fonte de reputação para a China na comunidade internacional, levando à admiração, podendo certamente influenciar comportamentos e interesses dos demais corpos políticos.

O *soft power*: elementos observados

A verificação do *soft power* é realizada pela identificação e análise das variáveis persuasão e atração, verificados pela identificação de elementos enquadráveis nas respectivas variáveis, através da observação direta nas visitas às cidades chinesas objeto desse estudo.

No que se refere à persuasão, as principais ferramentas adotadas são a narrativa sobre o número de estrangeiros atraídos para os eventos chineses; a comunicação e identidade visual espalhadas pela cidade; visitas técnicas; vídeos institucionais; e apresentação institucional com apoio em power point. Para promover a atração, o próprio convite aos estrangeiros é uma medida por excelência. Além disso, as cidades chinesas podem fazer valer-se da demonstração do poder político e econômico revelado na suntuosidade dos locais de evento, banquetes de gala e autoridades nacionais e internacionais atraídas para os eventos; o envolvimento de estrangeiros em atividades culturais e tradições chinesas, bem como em assinaturas e cerimônias; a pessoalidade e aproximação de contato, o que poderia ser traduzido na diplomacia do cidadão e seu poder civil (Clinton, 2010).

Adicionalmente é frequente que os estrangeiros sejam envolvidos e ouvidos sobre programas e projetos chineses. Também são promovidas visitas a patrimônio histórico e cultural; e frequentemente realizada ampla cobertura dos media chineses, entrevistando estrangeiros. Um forte exemplo de medida de atração foi o grande evento promovido pela cidade de Wuhan em Beijing em 2017. Em fase de aplicação ao ingresso na rede UNESCO, Wuhan contou com o apoio de Beijing para a promoção de um grande evento, com conteúdo prático, como apresentações de música e mídia arte, desfile de moda com produção de designers de Wuhan, exposição de jogos e alimentos típicos da cidade, jantar com comida tradicional chinesa da região, além da disponibilização de um representante da cidade para estar durante todo o tempo do evento ao lado de cada convidado, reforçando o discurso sobre a cidade, além de esclarecer dúvidas (Santos, 2017a).

Assim, não há dúvida de que mesmo não assumindo expressamente a prática do *soft power*, as cidades chinesas empregam, com bastante fluência, as ferramentas de poder suave nas suas interações com representantes estrangeiros convidados.

O *sharp power*: elementos observados

Da mesma forma, a observação do *sharp power* é realizada pela identificação e análise de variáveis que, neste caso, consubstanciam-se em medidas e elementos de autoritarismo, censura, manipulação de informações e interferências na liberdade, verificados no trabalho em campo.

Nesta linha, o autoritarismo foi verificado pela pesquisadora de forma evidente em duas situações em Meishan: o impedimento de acesso de chineses locais ao recinto do evento, que contava com a presença de estrangeiros, além de ter sido promovido o represamento de moradores locais durante visita técnica, impedindo o contato com estrangeiros. A censura é observada de forma contundente no acesso restrito a websites estrangeiros, nada obstante a medida possa ser comumente ultrapassada pela utilização dos servidores de VPN (virtual private network). Além disso, o controle prévio de materiais a serem divulgados por estrangeiros na China e o acompanhamento constante dos estrangeiros por representantes chineses

(Santos, 2017b; Santos, 2019a), além do forte aparato de câmeras de vigilância e a restrição de circulação (Santos, 2019a) são medidas adotadas ligadas ao *sharp power*.

Já a manipulação de informações ocorre com a censura à internet, fortalecendo as narrativas chinesas; ou no impedimento de contato entre estrangeiros e moradores locais; e possivelmente se faz com o controle de conteúdo que é traduzido do inglês para o chinês nas interpretações simultâneas²⁰ (Santos, 2017b; Santos, 2019b). Por fim, a variável interferências na liberdade verifica-se no acesso controlado à internet, no controle de circulação de estrangeiros e no monitoramento de estrangeiros em território chinês.

Destarte, nada obstante o *sharp power* não ser uma prática deliberadamente assumida pelas cidades chinesas ou pelo governo chinês, sendo mesmo negada por autores daquele país (Peng, 2019; Si, 2018; Jun, 2017), os elementos colhidos na observação direta nas cinco cidades analisadas envidenciam que é uma estratégia a que a China frequentemente recorre.

Conclusão

Vede como César insiste em nos revelar sua capacidade de construir pontes e máquinas de guerra e como se mostra relativamente discreto ao comentar seus feitos e gestos de soldado, sua valentia, e sua maneira de comandar os exércitos. Quer mostrar se excelente na engenharia, de que entende pouco, quando seus atos testemunham a grandeza do capitão (Montaigne, 1595/1984, p. 40).

A reflexão de Montaigne no século XVI, em ensaio intitulado “Maneira de agir de alguns embaixadores”, é representativa de nossa conclusão sobre a diplomacia pública chinesa. A China é uma grande potência, procurando firmar seu espaço no sistema internacional entre outras potências, onde provavelmente, um de seus principais trunfos é o desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura, aliados à capacidade de investimento, trabalho e realização, impulsionados pela forte disciplina. Inegavelmente, de forma

²⁰ As reações do público em algumas das ocasiões levam a tais suposições.

mais relevante do que as tradições e cultura chinesa (D'Hooghe, 2005), tais aspectos constituem um importante ativo para exercício da atração e persuasão da China no ambiente internacional, contudo não explorado de forma consciente e pragmática.

A pesquisa, realizada na perspectiva de estudo de área, através da observação direta em cinco visitas a cidades criativas chinesas permitiu o melhor entendimento sobre as medidas específicas de diplomacia pública adotadas na prática corrente pela China, nas variáveis do *soft power* e do *sharp power*, revelando ainda o efetivo desejo do país em inserir-se como protagonista no ambiente internacional, já que as cidades chinesas trabalham integradas às estratégias de política externa do governo nacional, revelando uma atuação baseada nos interesses construídos e a construir no plano doméstico, acrescido dos estímulos sistêmicos, como as diretrizes da UNESCO, bastante presente na realidade chinesa, inclusive através da participação de suas cidades na UCCN, revelando a combinação de variáveis sistêmicas e não-sistêmicas, que são inerentes ao quadro realista neoclássico adotado para o enquadramento da pesquisa.

O estudo de caso realizado indica que, nada obstante as fortes vantagens observadas no caso da China na perspectiva do *soft power*, o fato é que as medidas de *sharp power* das quais efetivamente lança mão, como o controle de circulação dos estrangeiros, seu monitoramento constante em algumas estadias na China, além do controle de acesso a determinados websites ocidentais são práticas incorporadas ao modo de ser chinês, que, contudo, afrontam duramente os padrões a que estão habituados os não chineses, adquirindo relevância e importância capazes de superar a força de suas variáveis de *soft power*.

Retornando à questão de partida, concluímos esse estudo com a constatação de que o *soft power* não cede lugar ao *sharp power* em determinados tipos de situação, mas sim que os dois modelos caminham juntos, como a forma particular de ser e agir da China e de suas cidades nas suas relações internacionais. De toda forma, é notório que a China segue determinada a firmar seu espaço e posição entre as maiores ou como maior potência mundial e certamente atingirá o equilíbrio necessário entre o *soft* e *sharp power* na diplomacia pública para que seus objetivos sejam concretizados.

Reference List

- Beitz, C. R. (1999). *Political Theory and International Relations: with a new afterword by the author*. New Jersey: Princeton University Press.
- Castro, T. (2016). *Teoria das Relações Internacionais*. (3ª ed. rev.). Brasília: Funag.
- Christensen, T. (1996). *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. New Jersey: Princeton University Press.
- Clinton, H. R. (2010). Leading Through Civilian Power. *Foreign Affairs*. Retrieved from < <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-america/2010-11-01/leading-through-civilian-power>>.
- Cox, R. W. (1987). *Production, Power and World Order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press.
- Cox, R. W. (1997). Introduction. In R. W. Cox, *The New Realism: Perspectives on Multilateralism and World Order*. London: MacMillan Press.
- Cull, N. J. (2009). Public Diplomacy before Gullion: the Evolution of a Phrase. In N. Snow & P. M. Taylor (eds.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. New York: Routledge.
- Cull, N. J. (2019). *Public Diplomacy: foundations for global engagement in the digital age*. Cambridge, Medford: Polity Press.
- Curtis, S. & Acuto, M. (2018). The Foreign Policy of Cities. *The RUSI Journal*, 163(6), 8-17. doi:10.1080/03071847.2018.1562014.
- D’Hooghe, I. (2005). Public Diplomacy in the People’s Republic of China. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (88-105). New York: Palgrave Macmillan.
- Derichs, Claudia (2015). Shifting Epistemologies in Area Studies: from Space to Scale. *Middle East Topics & Arguments*, Vol. 4, 29-36. doi: 10.17192/meta.2015.4.2981.
- Dongliang, Chen. (2017). *Monitoring Report: Beijing City of Design*. Beijing: Beijing City of Design Coordination and Promotion Commission Office. Retrieved from < https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/monitoring-reports/2017%20beijing_mmr-compressed.pdf>.
- Dunne, T. & Schmidt, B. C. (2014). Realism. In J. Baylis, S. Smith & P. Owens, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. (6th ed.). (99-112). Oxford: Oxford University Press.
- Duroselle, J. B. (1952). Area Studies: Problems of Method. *International Social Science Bulletin*, vol. IV (4), 636-646.
- Jun, A. (2017). Why The Economist Failed to Grasp China’s Influence?. *Global Times*. Retrieved from < <http://www.globaltimes.cn/content/1081108.shtml>>.

- Lamy, S. L. (2014). Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In J. Baylis, S. Smith & P. Owens, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. (6th ed.). (126-140). Oxford: Oxford University Press.
- Lebow, R. N. (2013). Classical Realism. In Dunne, T., Milja K., Smith, S., *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. (3rd ed.) (59-76). Oxford: Oxford University Press.
- Leonova, O. (2019). *Sharp Power – the New Technology of Influence in a Global World*. *Mirovaia ekonomika i mezhdunarodnye otnosheniia*, 63(2), 21-28. doi: 10.20542/0131-2227-2019-63-2-21-28.
- Lobell, S. E., Ripsman, N. M. & Taliaferro, J. W. (2009). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. New York: Oxford University Press.
- Magalhães, J. C. de (1982). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: APRI.
- Martins, M. M. (2017). Utilidade das Perspectivas Teóricas: Um Exemplo Aplicado ao Estudo da Participação Política no Quadro da Perspectiva Funcionalista e da Perspectiva Sistémica. Documento não publicado, ISCSP, Lisboa.
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton.
- Mearsheimer, J. J. (2013). Structural Realism. In T. Dunne, M. Murki & S. Smith, *International Relations Theories: discipline and diversity*. (3rd ed.). (77-93). Oxford: Oxford University Press.
- Melissen, J. (2001). *Beyond the New Public Diplomacy*. [Working Paper. Clingendael Paper n. 3]. The Hague: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, Haia, Holanda.
- Melissen, J. (2005). The New Public Diplomacy: between theory and practice. In J. Melissen (Ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (3-27). New York: Palgrave Macmillan.
- Melissen, J. & Wang, Jian. (2019). *Introduction: debating public diplomacy*. *The Hague Journal of Diplomacy* 14(1), 1-5.
- Mendes, N. C. (2017). *História e Conjuntura das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Modelski, G. (1961). International Relations and Area Studies. *International Relations*, 2(3), 143–155. doi:10.1177/004711786100200303.
- Montaigne, M. E. de. (1984). *Ensaaios*. (S. Milliet, Trad.). (3ª ed.) São Paulo: Abril.
- Morgenthau, H. J. (1952). Area Studies and The Study of International Relations. *International Social Science Bulletin*, vol. IV (4), 647-655.
- Morgenthau, H. J. (2003). *A Política Entre as Nações*. (K. W. Thompson, Trad.). Brasília: Funag.

- National Endowment for Democracy (NED). (2017, dec., 5). *Sharp Power: rising authoritarian Influence. International Forum for Democratic Studies*. Retrieved from <<https://www.ned.org/sharp-power-rising-authoritarian-influence-forum-report/>>.
- Nye, J. S., Jr. (2004a). *Soft Power: The Means to Success in World Politic*. (4th ed.). New York: public Affairs.
- Nye, J. S. (2004b, feb., 8). *The benefits of soft power. HBS Working Knowledge*. Retrieved from <<https://hbswk.hbs.edu/archive/the-benefits-of-soft-power>>.
- Nye, J. S. (2008). *Public Diplomacy and Soft Power. Annals, AAPSS*, 616, pp. 94-109
- Nye, J., Jr. (2018, jan., 24). How Sharp Power Threatens Soft Power: the right and wrong ways to respond to authoritarian influence. *Foreign Affairs*. Retrieved from <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-01-24/how-sharp-power-threatens-soft-power>>.
- Nye, J., Jr. (2019). Soft Power and Public Diplomacy Revisted. Introduction: debating public diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy* 14(1), 7-20.
- Peng, W. (2019, may, 2). Unpacking Misconceptions. Beijing Review, 28. Retrieved from <http://www.bjreview.com/CHINA_INSIGHT_2019/MAY_2019/201907/t20190702_800172475.html>.
- Pisarska, K. (2016). *The Domestic Dimension of Public Diplomacy: evaluating success through civil engagement*. London: Palgrave MacMillan.
- Pluijm, R. van der & Melissen, J. (2007). *City Diplomacy: the expanding role of cities in international politics*. [Clingendael Diplomacy Papers n. 10]. The Netherlands Institute of International Relations Clingendael, Hague, Netherlands. Retrieved from <https://www.uclg.org/sites/default/files/20070400_cdsp_paper_pluijm.pdf>.
- Ripsman, N. M., Taliaferro, J. W. & Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rose, G. (1998). *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. World Politics*, Vol. 51, 1, 144-172.
- Santos, N. A. S. F. dos (2016, junho). Relatório Beijing. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2017a, setembro). Relatório Beijing. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2017b, junho). Relatório Qingdao. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2019a, junho). Relatório Meishan. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.
- Santos, N. A. S. F. dos (2019b, agosto). Relatório Qingdao. Unpublished manuscript, UCCN, Santos.

- Santos, V. M. dos & Ferreira, M. J. M. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Santos, V. M. dos. (2014). Realismo. In N. C. Mendes & F. P. Coutinho (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (441-443). Lisboa: ISCSP.
- Sardenberg, R. M. (2003). Prefácio: Hans J. Morgenthau: Política Entre Nações. In H. Morgenthau, *A Política Entre as Nações*. (K. W. Thompson, Trad.). Brasília: Funag.
- Schneider, C. P. (2005). Culture Communicates: US Diplomacy That Works. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (147-168). New York: Palgrave Macmillan.
- Schweller, R. (1996). Neo-Realism's Status-Quo bias: what security dilemma? *Security Studies*, 5, 90-121.
- Sharp, P. (2005). Revolutionary States: Outlaw Regimes and the Techniques of Public Diplomacy. In J. Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. (106-123). New York: Palgrave Macmillan.
- Si, L. (2018, feb., 13). Spotlight: who's behind the term "sharp power"? *Xinhua*. Retrieved from < http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/13/c_136972986.htm>.
- Thomas, G. (2017). *How to do your Research Project: a Guide for Students* (3rd ed.). London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: Sage.
- UNESCO. (2019a). *Creative Cities*. Retrieved from < <https://en.unesco.org/creative-cities/>>.
- UNESCO. (2019b). *UNESCO Creative Cities Network Call for Applications 2019: Application Guide*. Retrieved from <https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/2019-uccn-call_application-guide_en_1.pdf>.
- UNESCO. (2019c). *Reporting & Monitoring*. Retrieved from < <https://en.unesco.org/creative-cities/content/reporting-monitoring>>.
- United States. Wilson, W. (1918). *Address of the President of the United States: delivered at a joint session of the two houses of Congress*, January 8, 1918. Washington: USA Government Printing Office.
- Vasquez, J. A. (1999). *The Power of Power Politics: from classical realism to neotraditionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Walker, C. & Ludwig, J. (2017a, nov., 16). The Meaning of Sharp Power: how authoritarian states project influence. *Foreign Affairs*. Retrieved from <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power>>.
- Walker, C. & Ludwig, J. (2017b). *From 'Soft Power' to 'Sharp Power': rising authoritarian influence in the democratic world. Sharp Power: rising authoritarian influence*. National Washington: National Endowment for Democracy. Retrieved from < <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>>

- Waltz, K. N. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. (M. L. F. Gayo, Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Wang, J. (2011). Introduction: China's Search of Soft Power. In J. Wang (ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication*. (1-18). New York: Palgrave MacMillan.
- Wohlforth, W. (1993). *Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.
- Wohlforth, W. C. (2008). Realism. In C. Reus-Smith & D. Snidal (eds.), *The Oxford Handbook of International Relations*. (131-149). New York: Oxford University Press.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (C. M. Herrera, Trad.).
- Zaharna, R. S. (2010). *Battles to Bridges: US communication and public diplomacy after 9/11*. New York: Palgrave.
- Zakaria, F. (1998). *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. New Jersey: Princeton University Press. [Arquivo Kindle].
- Zhang, X. (2011). China's International Broadcasting: A Case Study of CCTV International. In J. Wang (ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication*. (57-72). New York: Palgrave MacMillan.

Fórum Macau: *Soft power* chinês nos PALOP | Forum Macau: Chinese soft power in the Portuguese-speaking African countries

Ricardo Filipe Aguiar Mateus Pereira

Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, exerce, desde Setembro de 2019, as funções de adido de embaixada no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Rua da Cabouca, nº47, Vale de Milhões 2855-425 Corroios ricardophilipe.pereira@gmail.com

O autor declara que o que é dito apenas o vincula a si mesmo e que o estudo que se apresenta foi anterior ao seu ingresso na carreira diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa.

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.102-131

Resumo:

A RPC tem vindo a fortalecer o poder e influência que detém num sistema progressivamente multipolar. O continente africano representa um dos mais atractivos pólos pelas oportunidades económicas, mas também pela receptividade que apresentam aos interesses chineses. Investigaremos o crescimento da influência chinesa, atendendo à centralidade que este Estado atribui aos PALOP. Tomaremos especial nota do contexto da criação do Fórum Macau e como delineou o Primeiro Plano de Acção, mantendo-o e reorganizando-o com os planos seguintes. Relacionaremos a existência de abundantes recursos naturais nos territórios africanos com um crescente investimento por parte da China, concluindo com um olhar crítico sobre o Fórum Macau como manifestação do soft power. Concluímos que o soft power chinês se tem manifestado pelo desenvolvimento de infra-estruturas, apoio financeiro e comercial, que em troca pede apoio político e promove uma narrativa de aproximação entre os países emergentes por oposição aos estados ocidentais.

Palavras Chaves: *China, Soft power, Fórum Macau, PALOP.*

Abstract

The PRC is moving towards increasing its power and influence in our increasingly multipolar world system. The African continent represents one of the most attractive beacons, not only due to the economic opportunities but also to being especially receptive to Chinese interests. We will investigate the growth in Chinese influence in the Portuguese speaking African countries. We shall take into account the context surrounding the creation of Forum Macau and the way in which it established its First Action Plan. The projects and subsequent plans will also be addressed. We will examine the relationship between abundant natural resources in the African territories and growing Chinese investment. For conclusion we will judge how Chinese soft power manifests through Forum Macau. We conclude that Chinese soft power is present through infra-structure, financial and commercial support that asks, in return, for political support and promotes a narrative where emerging countries thrive without western states.

Key words: *China, Soft power, Forum Macau, Lusophone Africa.*

Introdução

Estão amplamente documentadas as tentativas da República Popular da China para expandir o seu *soft power* através da crescente influência económica nas regiões do nordeste e sudeste asiático, assim como na Ásia central (aparecendo como o representante das economias destas regiões, todas antigas zonas subjugadas ao poder ocidental) assim como do maior envolvimento nas questões de ajuda ao desenvolvimento e estabilização (Beeson, 2018, p.13). As elites chinesas começam cada vez mais a acreditar não só nas suas capacidades, mas mesmo no seu direito em ocupar uma posição mais central nos mecanismos de governança global, algo que vêm como tendo-lhes sido negado (até agora) pela própria ordem mundial. Esta trabalha, na sua visão, para defender a hegemonia americana e limitar o sempre crescente poder e influência chineses (Zhao, 2013). Porém uma rápida análise da conjuntura revela que esta vontade se expande muito para lá das simples ambições regionais. A Belt and Road Initiative é, de resto, exemplo da vontade de estender a sua influência a outras zonas do globo, directamente relacionadas com a obtenção de recursos e rotas comerciais, como a vizinha Índia e o continente africano.

É na relação com o segundo que este estudo se focará, especificamente no papel do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa (Fórum Macau), em especial com os países africanos. Procuramos, essencialmente, aprofundar a centralidade da diplomacia desenvolvida através deste Fórum e as mudanças que tem produzido nas suas áreas de intervenção. Neste sentido interessa perceber de que forma o Fórum Macau tem contribuído para um aumento do *soft power* da RPC nos PALOP.

Quanto ao conceito de *soft power* nas relações internacionais é seguro afirmar que este já alcançou alargado consenso e tem-se por isso cimentado na literatura das relações internacionais. Joseph Nye (2011b, p.6) definiu, originalmente, Poder como “a capacidade para fazer coisas e em situações sociais influenciar os outros de modo a obter os resultados que procuramos”, acrescentando ainda a divisão entre Hard Power (ameaça e coacção pela via militar), *soft power* (atração voluntária) e, mais recentemente,

Smart Power (uma conjugação dos dois que é requerida para a verdadeira liderança) (Nye, 2008, p.x). Assim, para Nye, o *soft power* tem que ver com a atracção, a vontade própria que leva uma nação soberana a associar-se a outra, seja por motivos securitários, económicos, culturais ou políticos. O conceito foi originalmente aplicado aos EUA, sem dúvida o maior paladino desta forma de poder e o que melhor tem sabido capitaliza-lo. A China entra como um actor relativamente novo nesta dinâmica, apesar da sua cultura milenar e capacidade de exercer pressão política a verdade é que só através do seu poder económico é este país tem visto a sua atractividade crescer.

Fica assim claro que, para o estudo que se segue, importa considerar o Poder como a capacidade de levar outros a agir de um modo que se concilia com os nossos objectivos e o *soft power* especificamente como o Poder de Atracção que um actor exerce sobre os demais com o objectivo de os aproximar de si, das suas posições e acções. Para um Estado, como a República Popular da China, deter *soft power* significa ser um modelo em torno do qual (voluntariamente ainda que com eventuais benefícios) gravitam outros Estados que se poderão alinhar com os seus objectivos e que podem representar uma mais valia na arena internacional, para além de poderem gozar de uma maior proximidade económica e comercial. O *soft power* é importante para a China porque lhe permite fazer face a um “ambiente estratégico” criado pelos EUA com o objectivo de manter a China numa posição defensiva no seio da rivalidade estratégica que se tornou a norma (Li, 2010, p.213) (Courmont, 2007, p.1). Trata-se de um claro esforço no sentido de reforçar a identidade nacional, já que uma parte substancial da reestruturação chinesa inclui precisamente uma ideia de nacionalismo unificador, e apenas um país que projecte uma imagem clara, una e persuasora pode esperar capitalizar o *soft power* que detém e aumentar a sua atractividade.

Dada a importância, para as relações internacionais, da expansão de poder e influência de uma potência num continente do qual está geograficamente afastada e ao qual não possui laços históricos, vários têm sido os autores que estudam o fenómeno da presença chinesa no continente africano com especial atenção ao *soft power* (Cooke, 2009) (Fijałkowski, 2011)

(Fiori e Rosen, 2019) (Van Dijk, 2009) e (Wasserman, 2016). Entre a literatura disponível as conclusões giram, quase sempre, em torno da importância do poder económico chinês e da sua abordagem de “respeito para com a soberania”, ou seja, o apoio económico e comercial que não está dependente da mudança de factores que a China considera, essencialmente, de ordem interna – enquadram-se aqui as questões da democratização, liberalização de mercados e Direitos Humanos. A acção chinesa é tida como pragmática por investir, em grande medida, nas infraestruturas e outros projectos que impactam directamente a população ou o carácter nacional, extremamente visíveis e que parecem continuamente alinhados com as preocupações mais imediatas dos cidadãos.

Também não é nova a forma de atracção que aqui estudamos, nomeadamente a criação de um Fórum de cooperação entre a RPC e determinado grupo de países, existindo por isso literatura sobre similares formulações, nomeadamente sobre o Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) (Naidu, 2007) (Plessis, 2014) e (Taylor, 2012). Este fórum é enquadrado nas “parcerias estratégicas de novo tipo”, o que implica uma cooperação mais aprofundada, servindo ainda o interesse nacional chinês. Este tipo de fóruns representa uma institucionalização de relações bilaterais e multilaterais que vinham já a acontecer em planos informais e prossegue as mesmas linhas de acção. A literatura revela ainda que a análise dos Planos de Acção destes fora permite, ao investigador, uma visão holística sobre a acção chinesa, dando ainda espaço a que sejam focados projectos e intervenções específicos que podem ser confrontados com a realidade que se efectivou.

O estudo que apresentamos procura conjugar ambas as perspectivas, bebendo do trabalho até agora desenvolvido e aplicando uma visão analítica ao caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e à sua posição muito particular face à China. O estudo deste caso torna-se interessante pelos dados de que dispomos até agora, pela análise histórica que podemos fazer do trabalho do Fórum e pela comparação das propostas patentes nos Planos com aquilo que foi efectivamente realizado. Mais ainda, consideramos de grande importância os efeitos práticos desta relação, que se espelharam já em mudanças de política externa muito significativas e até mesmo mudanças de percepção interna dos países visados quanto à China. Por

tudo isto consideramos que se impunha o estudo que agora apresentamos, que procura descrever as mudanças e olhá-las de forma crítica, atendendo ao contexto mais vasto de expansão da influência chinesa.

O *soft power* chinês, pelo menos a parte que é baseada nas questões culturais, tem a particularidade de ter de navegar por entre alguns desafios expectáveis como são a sua língua, que é relativamente pouco falada fora da China, e uma cultura que, apesar de popularizada pela diáspora chinesa, não se tem tornado tão popular como a cultura norte-americana. Quer isto dizer que é a nível económico que o *soft power* chinês mais vai beber, visto ser a sua inegável prosperidade que lhe garante recursos para o apoio a outros estados. É necessário, nesta linha, vender uma narrativa (como de resto o fazem todos quantos investem em *soft power*) de superação, de economias emergentes que se podem unir para ultrapassar, em importância geopolítica e peso económico, por exemplo, os seus anteriores colonizadores. A China procura construir *soft power* nestes termos e a escolha de África, em especial os casos que à frente analisaremos, justifica-se pelos recursos estratégicos que possuem, o potencial regional de alguns deles, e as possibilidades que apresentam enquanto parceiros da China (como mercados emergentes, por exemplo).

O facto de o *soft power* chinês em África estar fortemente ligado ao poder económico, serve ainda objectivos internos e externos. De uma perspectiva chinesa, interna, o poder económico que se manifesta em apoios e cooperação em África é um sinal da estabilidade e importantes reformas da economia do país, em crescimento contínuo desde o final do século passado. Mais ainda, com a sociedade internacional a reconhecer um abrandamento do crescimento económico chinês é mais importante que nunca convencer os seus cidadãos do crescente poder económico, de tal forma impressionante que cativa outros estados, também eles com passados de colonização. A nível externo a promessa de apoio económico aumenta, em muito, a vontade de estabelecer parcerias e acordos formais, o que garante à China uma plataforma para partilhar as suas posições, com a certeza de que os países parceiros estarão receptivos.

A isto há que acrescentar uma recente mais-valia que a China encontra no seu *soft power*, especificamente a continuação de relações harmoniosas

que mantem e a forma como estas se manifestam através da sua disponibilidade para ser um parceiro activo, mas pacífico. Face áquilo que foi, no final do século xx e princípio do xxi, a superpotência dominante (EUA) muito envolvida na “pacificação e democratização” de estados terceiros, conseguido, não raras vezes, pela intervenção militar directa, a China procura ser vista como um parceiro responsável, ostensivamente bem intencionado e que não pretende a imposição do seu sistema de valores aos países com quem coopera. Para isto o *soft power* é a ferramenta por excelência, baseado na atractividade e escolha própria dos Estados (mais ou menos direccionados/condicionados), mas cujos resultados se coadunam com a possibilidade de apresentar uma nova China, pacífica, cooperante e conhecedora das realidades das economias emergentes.

Os primórdios da relação China-PALOP

A história dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e da China cruzou-se, inicialmente, quando estes eram ainda colónias portuguesas e importava (no âmbito das revoltas dos movimentos de independência) apoiar a descolonização dos últimos vastos territórios detidos por uma potência colonial em África. Se coube, em grande medida, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e aos Estados Unidos da América apoiar os movimentos na esperança de apoio internacional e novos aliados para a sua respectiva facção durante a Guerra-Fria, também é verdade que a China teve, desde 1949, interesse no continente africano (Alves, 2005, p.96). Primeiramente o interesse foi, como das restantes potências, de uma perspectiva ideológica, procurando marcar uma posição como Estado que representava o verdadeiro socialismo (em concorrência directa com a URSS que ambicionava ao mesmo). Porém, à medida que a situação evoluía as prioridades passaram a estar centradas no reconhecimento formal da República Popular da China enquanto “a verdadeira China”, ou seja, as diligências encetadas tinham o claro objectivo de conseguir (futuros) aliados que recusassem a República da China e auxiliassem na verdadeira cruzada que foi a recuperação do lugar enquanto membro permanente, com direito de veto, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colónias portuguesas em África a encetar relações diplomáticas com a República Popular da China, em Março de 1974 (tendo-as interrompido com um período de 1990 a 1998 em que estabelece laços com Taiwan, voltando, porém, a restabelecer relações com a RPC em Abril de 1998), tendo-se seguido Moçambique em Junho de 1975, Cabo Verde em Abril de 1976 e Angola em Janeiro de 1983. São Tomé e Príncipe foi, curiosamente, o único país que manteve um reconhecimento formal da República da China de 1997 até 2016 (após um período inicial, logo a seguir à independência, em que estabeleceu relações com a RPC), sendo dos poucos países africanos a fazê-lo. Para contextualizar, importa notar que Portugal reconheceu e manteve completas relações diplomáticas com a República da China desde 1928 e até 1975, tendo alterado a sua posição no seguimento da mudança de regime (Alves, 2009, p.24).

A RPC encontrou nas ex-colónias portuguesas em África um pólo de interesse, não só por terem sido dos últimos territórios a ser descolonizados (estando por isso entre os últimos locais onde poderia ser disputada a influência) mas também por já serem conhecidos alguns dos benefícios económicos e em termos de recursos que uma eventual ligação interestadual poderia trazer. Mais ainda, encontraram receptividade (como é muitas vezes o caso) por parte das elites e autoridades estatais inviabilizando mesmo algumas das críticas de neocolonialismo que são comuns. A relação entre autoridades/elites e os interesses chineses manifestaram-se através de parcerias que tentam aumentar a presença do Estado, assim como consolidar a soberania territorial nas periferias (Yeh, 2016, p.278).

RAE Macau, o seu contexto regional e os esforços de internacionalização

Macau representou desde o início da sua colonização uma mais valia para Portugal, não pelo território em si, nem pela particular abundância de recursos naturais ou humanos, mas porque sempre representou um ponto de entrada para um território infinitamente mais vasto, mais desconhecido e com quem as relações comerciais e culturais sempre importaram. No

entanto, podemos afirmar que, ao longo dos séculos, Macau espelhou o Império do qual fazia parte e foi gradualmente perdendo importância militar, estratégica e comercial, até se tornar uma província remota, mais ou menos esquecida. Esta mudança não se deveu necessariamente ao território, mas antes à exaustão estratégica em que Portugal se encontrava, preferindo as colónias de onde era possível a extracção de recursos àquelas que serviam principalmente como uma via de comunicação e entreposto. Durante o período de administração portuguesa, a região manteve-se como um ponto comum na agenda portuguesa e chinesa, sendo a face mais visível a cultura Macaense, fruto directo desse encontro e caracterizada usualmente por “euroasiática” (Gaspar, 2015, p.25).

Porém, nos finais da administração portuguesa, Macau iria redescobrir um propósito maior através da globalização e, no seguimento da entrega da administração à República Popular da China, o jogo e o turismo passariam a tomar um lugar de destaque. Clayton (2014, p.383) afirma que terá sido graças à globalização que Macau experienciou a sua maior revolução em 500 anos, passando de um território recém descolonizado, cuja já estabelecida indústria do jogo era monopolizada por Stanley Ho através da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, para um centro internacional de turismo e recreação cujos lucros superaram (em 2011) os de todo o estado do Nevada nos EUA.

A liberalização da indústria (aceite sob a política “um país, dois sistemas”) garantiu um boom da construção que foi suportado pela deslocação de trabalhadores vindos da China continental, de Hong Kong (de onde também chegam muitos dos turistas e jogadores que asseguram o rendimento), das Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietname, Nepal, dos EUA e da Austrália (Clayton, 2014, p.386). Estes factores contribuíram para a inquestionável internacionalização de Macau e vieram-se assim juntar-se à centenária cultura macaense, que privilegiava a adaptabilidade e o contacto com o estrangeiro de modo a renovar a vitalidade e importância da região.

Macau tem assim uma forte herança enquanto “ponte” capaz de um unir realidades geograficamente muito distantes. Não impressiona por isso que tenha sido a plataforma escolhida para, mais uma vez, fazer a ligação

da China a um outro continente (desta feito o africano). Em primeira instância isto deveu-se à sua localização geográfica estratégica e em segunda ao seu passado que se cruza com os PALOP através da administração comum.

O Instituto do Oriente (2004, p.160) acrescenta que a autonomia garantida a Macau (através da sua classificação como Região Administrativa Especial) permite-lhe ser “classificado como território internacionalizado”, mantendo “amplas e estreitas relações com diversos países e regiões do mundo”, tanto de carácter económico como em áreas de investigação e desenvolvimento. Severino (2018, p.317) aponta três principais linhas de acção externa, a “cooperação regional, significando a cooperação com outras regiões da RPC”, a “cooperação internacional com países lusófonos e a cooperação internacional, com outros países, regiões, inclusive, organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia”.

A nível regional Macau apresenta apenas dois vizinhos, a China e Hong Kong, sendo que está subordinada à primeira e em igualdade de circunstâncias (enquanto RAE) com a segunda. As relações que mantem com a totalidade da sua vizinhança são assim muito específicas e ainda que considerando o elevado grau de autonomia de que goza, não se pode dizer que sejam relações plenas, como entre três Estados independentes. Macau não possui, por exemplo, uma política externa individual, sendo esta da total responsabilidade do Governo Popular Central (Arnone e Cottrell, 2004, p.145). No entanto, mesmo sob a autoridade chinesa a RAEM pode (utilizando a designação Macau, China) tomar parte em organizações internacionais, gerindo os campos económico, comercial, financeiro e monetário (Neuwirth e Min, 2012, p.645).

Relativamente à China, importa primeiramente notar que, no contexto da internacionalização de Macau, podemos considerar, como Yee (2014, p.15), que o plano chinês para Macau (até 2049) será uma redução de facto da autonomia, conseguida através da quase total dependência energética, económica e de mão de obra, “sinais crescentes de aproximação à China continental”. A china tem ainda apostado na promoção da cultura, de tal modo que os cidadãos da RAE, se identificam progressivamente com os valores da RPC, chegando Yee (2014, p.17) a considerar que, apesar da

prosperidade da região se dever ao “capitalismo de casino”, cada vez aparenta haver maior tolerância para com os valores do modelo político socialista. Esta maior identificação poderá levar a um aumento das relações, prevendo-se mais estabilidade nesta relação bilateral, ainda que à custa da identidade própria.

A proximidade entre a RPC e Macau nasceu, não só da forma como se tem procurado uma aproximação cultural e económica, mas também do plano inicial de integração da ex-colónia portuguesa na região de Guangdong. Isto foi conseguido ao envolver Macau no projecto do Delta do Rio das Pérolas (DRP), hoje conhecido como Grande Baía, especialmente pensado para conter as cidades de Shenzhen, Zhuhai, Guangzhou, Zhongshan e Dongguan e transformar a província através das reformas especiais de 1979. Com recurso a políticas focadas no desenvolvimento e investimento neste DRP (obrigando a uma deslocação da força laboral da agricultura para as indústrias ligeiras) foi possível tornar Guangdong numa das mais prósperas províncias da RPC (Coissoró, 2000, p.15) (Chan e Rosário, 2012, p.29).

Os objectivos do DRP eram claros e podem ser facilmente enquadrados no plano que privilegiava a inovação e desenvolvimento da província, servindo ao mesmo tempo de base para fortalecimento de relações bilaterais e multilaterais, ou seja, conseguindo uma abertura criteriosa ao exterior. A isto juntou-se uma vontade de experimentar com novos modelos de desenvolvimento económico e social, abrindo caminho a reformas políticas, económicas, sociais e mesmo culturais. Estas deveriam ser suportadas por um tecido industrial forte, com boa implementação no território e capaz de beneficiar, não só, as populações que empregavam, mas as comunidades em que se implementavam. Mais ainda, deveriam fazer uso destas plataformas e oportunidades únicas para lançar produtos capazes de se internacionalizar, aumentando as probabilidades de sucesso, conquistando outros mercados e contribuindo para um reconhecimento positivo do investimento desenvolvido na província.

Macau insere-se claramente na zona geoeconómica do Triângulo do Delta do Rio das Pérolas, como aponta Romana (2000, p.115). A RAE tem “um papel específico a desempenhar na construção de um ímpeto

económico global, mas a partir de uma lógica local ou regional” (Romana, 2000, p.115). Explorando essa linha de projecção global, parece-nos vital mencionar a revolução geoeconómica para a qual Macau contribuiu e da qual também beneficiou, ou seja, a multipolarização, com a China a assumir uma clara posição de peso (Baracuh, 2014, p.127). Especificamente, observámos que “Macau (conhecida previamente como “Monte-Carlo do Oriente”) ultrapassou a sua homóloga americana [Las Vegas, Nevada]” sendo ainda de notar, a um nível macro, que “as receitas globais do jogo são lideradas pelos mercados asiáticos (Macau, Singapura e Cambodja)” (Zollinger, 2016, p.20). Sonny Lo (2014, p.94) chama também a atenção para a economia de Macau (no contexto do DRP) como uma frente unida utilizada por Pequim para atrair o investimento norte-americano e australiano, contribuindo assim para a relevância da região.

Criação do Fórum Macau

A Região Administrativa Especial de Macau surge assim como a plataforma mais adequada para uma tentativa de aproximação aos países africanos com quem partilha a lusofonia. No entanto, esta ideia não foi imediatamente do agrado do Governo Central, uma vez que dar importância a este legado cultural português nos primeiros tempos da transição poderia significar questionar a legitimidade da administração chinesa sobre o território. Como esclarece Alves (2009, p.20), só em 2002 “o próprio governo central da China, que deu instruções ao Chefe Executivo para reforçar e tirar vantagem do legado português em Macau, que vincula o território a diversos países de expressão Portuguesa em todo o mundo”.

No sentido de efectivar os interesses chineses em todo o continente africano, firmaram-se, no início da década de 2000, uma série de acordos e fora de cooperação multilateral, com o objectivo claro de aumentar a influência chinesa nos países africanos envolvidos, através de políticas económicas e comerciais extremamente favoráveis. Piteira (2018, p.300) aponta o Fórum de Cooperação entre a República Popular da China e África, FCCA, (Forum on China-Africa Cooperation, FOCAC) criado em 2000 e que estabelece parâmetros para as relações de cooperação através de

reuniões a cada três anos, e mais importante ainda, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a República Popular da China e os países de expressão portuguesa (Fórum Macau). Criado em Outubro de 2003, incluía a China, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste, tendo-se juntado posteriormente a Guiné-Equatorial e S. Tomé e Príncipe. Trata-se de um Fórum com sede em Macau, o que, segundo a retórica oficial, pretendia reforçar os laços e a dinâmica do território enquanto ponto de conexão físico.

Por fim, chama ainda a atenção para o acordo CEPA (Closer Economic Partnership Arrangement) entre a RAEM e os PALOP, assinado também em 2003 e que contempla o comércio de mercadorias (cerca de 273 produtos), comércio de serviços (cerca de 18 tipos de serviços), facilidades de comércio e investimentos, englobando um conjunto de acções de promoção, deduções e desalfandegamento, certificações e acreditação de padrões, transparência legislativa e cooperação de pequenas e médias empresas assim como empresas industriais (Piteira, 2018, p.300) (Marques, 2006, p.1287). Importa lembrar que a RAEM e a RPC firmaram também um acordo CEPA entre si, procurando aproximar o triângulo China- Macau-PALOP.

A cooperação no seio deste triângulo é marcada pela criação do, acima mencionado, Fórum Macau em 2003. Esta instituição é bem caracterizada pelo seu primeiro plano de acção, que definia as bases para um estreitamento das relações entre os países envolvidos, procurando trabalhar a cooperação intergovernamental, o comércio, o investimento, a cooperação na agricultura e na pesca, engenharia e infra-estruturas, assim como no desenvolvimento de recursos humanos e naturais. Ora, ficam assim claras quais as áreas que foram identificadas como sendo mais problemáticas, e se algumas parecem vagas (como de resto acordos internacionais tendem a ser), outros aparentam já ter objectivos muito bem definidos, como por exemplo a atenção prestada aos recursos naturais.

Cabe ao Fórum Macau e ao secretariado organizar, de três em três anos, uma série de conferências em que se reúnem os representantes dos Estados-Membros, aprovando Planos de Acção Económica e Comercial trienais, estes contêm as linhas orientadoras para os Programas de Actividade anuais, negociados pelo Secretariado Permanente (Mendes, 2013, p. 283).

Curiosamente, no que toca a negociações, vários autores questionam a verdadeira multilateralidade do Fórum, apontando a posição chinesa de permanente liderança das instituições e a instrumentalização como parte integrante da política externa da República Popular da China (Mendes, 2013, p.285) (Alves, 2009, p.37-38) (Edmonds, 2011, p.168). Por seu lado, a RPC não esconde os objectivos políticos do Fórum, que desde a sua criação está intimamente ligado ao Ministério do Comércio Chinês, por quem foi formalmente estabelecido. Este foi, de resto, o modelo utilizado por Pequim para muitos outros organismos trans-regionais similares ao Fórum, como o FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation), onde procura manter a preponderância numa óptica *primus inter pares* (Freire, 2011, p. 352-353).

A China tende a mostrar-se, nestes fóruns, como um parceiro privilegiado e estratégico, capaz de ajudar os países visados, mas mantendo sempre controlo político sobre o desenrolar dos acontecimentos. Isto é conseguido através da liderança física dos fóruns ou até de incentivos e outro tipo de pressões internacionais. Trata-se de uma estratégia pensada para garantir a rentabilidade dos avultados investimentos já que este exercer de influência apenas pode continuar a ser justificado perante os altos órgãos do Partido Comunista Chinês se tiver resultados práticos. Existe uma clara intenção de manter o controlo, não sendo de descurar a questão do financiamento garantido pelo governo de Pequim para actividades que tenham lugar na China continental e pelo governo de Macau quando se tratam das restantes actividades dinamizadas pelo Secretariado Permanente (Alves, 2009, p.40-41). Atendendo a estas condições tão favoráveis para os outros membros (uma vez que se trata da formação e financiamento de actividades das quais beneficiam em grande medida), não é de estranhar que não haja oposição a um maior nível de controlo por parte da China.

Mais ainda, acreditamos que o *trade off* entre financiamento e poder político é bem conhecido de ambas as partes, seja de quem recebe o financiamento seja de quem beneficia do apoio político. Quer isto dizer que é fruto de uma realidade concertada e que previa já desde o seu início este tipo de relação mais ou menos transparente. Uma relação pragmática como a que temos vindo a descrever entre a China e os países africanos é reflexo

das expectativas de todos os envolvidos, que têm objectivos claros a cumprir desde o início e, por isso, a criação e trabalho do Fórum reflecte também essas vontades próprias e que são negociadas sempre que existem projectos de relevância.

Graças a este *trade off* a China tem também conseguido a nomeação de um nacional para o cargo de Secretário Geral, o que não só ajuda a legitimar as suas pretensões, como lhe permite reforçar, com segurança, o papel desta figura, assim como o processo de tomada de decisão. Sendo certo que as funções continuarão a ser desempenhadas por alguém da sua total confiança a RPC mantém uma posição proactiva no Fórum, conscientes de uma inerente necessidade de adaptação, que se impõe pela própria acção da organização, ou seja, com maior desenvolvimento dos países envolvidos virá também uma nova vontade de ver o seu papel reconhecido. Isto obrigará a uma negociação constante à medida que países como Angola e Moçambique vão desenvolvendo a sua economia, beneficiando da estabilidade interna que conquistaram e aumentando a sua população. Podem, ao ver aumentada a sua relevância internacional, querer ver aumentada a sua voz e presença no Fórum, pretensões com que a China terá de conviver, relembrando-os, sempre que necessário, do papel instrumental do investimento chinês na recuperação das suas economias.

Freire (2011, p.344-345) relembra que outro dos objectivos políticos chineses no seio do Fórum tem que ver com o já mencionado reconhecimento formal da RPC enquanto a verdadeira China (em detrimento da República da China em Taiwan), mais ainda, avança a possibilidade de se tratar de uma forma de recompensar o apoio dos países de língua portuguesa. No caso de Portugal pela suavidade da transição do território macaense, ao contrário de Hong Kong, e no caso dos países africanos tratar-se-á de uma recompensa pelo apoio político na arena internacional, assim como uma troca pela concessão de facilidades no acesso a mercados em expansão e recursos a explorar.

O reconhecimento da RPC é, talvez, um dos mais imediatos resultados do *soft power* chinês a ser exercido nos países africanos já que demonstra uma clara alteração da linha política seguida e mostra ainda como esta questão, esquecida por muitos em tempo recentes, continua a não ser

consensual para todas as nações. Existe ainda um significado mais profundo neste reconhecimento e esta tem que ver com a aceitação implícita da soberania chinesa sobre os territórios que “retornaram e retornarão à Pátria”²¹. Ou seja, reconhecer a China continental como a legítima representante do povo chinês é reconhecer a “China Única” e todas as pretensões que reivindicam na cena internacional desde o século xx, nomeadamente soberania total e inquestionável sobre Macau, Hong Kong e Taiwan.

Quanto à “troca” de recursos naturais por infra-estruturas e apoios em larga escala, se esta era, em 2003 quando o Fórum Macau foi criado, uma área relativamente recente de actuação para a China, o mesmo não se pode dizer da actual conjuntura. A RPC, através do seu plano monumental de interligação da Eurásia – Belt and Road Initiative – está agora na dianteira destas acções e é conhecido o alerta que muitos investigadores lançam já sobre o perigo das “armadilhas da dívida”. Neste sentido, acreditamos que existe uma correlação directa entre a criação destes primeiros mecanismos de cooperação “por um preço” e os actuais projectos que envolvem vastíssimos territórios, também eles ricos em recursos naturais.

Planos de Acção

A melhor forma de compreender a acção do Fórum é olhando para o primeiro plano de acção, assim como para alguns dos seus principais momentos de evolução, ou seja, as subseqüentes adaptações do plano de modo a clarificar os pontos existentes ou adicionar novos. Relativamente à cooperação intergovernamental, entre o primeiro Plano de Acção (2003) e o quinto (2016) foi reiterada a necessidade de apostar nas relações ao mais alto nível, multiplicando as visitas oficiais, a cooperação bilateral e multilateral, sendo a grande novidade “a possibilidade de estabelecimento, em Macau, do Centro de Estudos do Fórum de Macau, no âmbito do qual especialistas e académicos dos Países Signatários deste Plano de Acção

²¹ Esta expressão é usada com particular frequência, em especial internamente, e foi bastante visível nas celebrações dos 20 anos da “Transferência do Exercício de Soberania sobre Macau, da República Portuguesa para a República Popular da China”. Sendo este complexo nome o oficialmente adoptado em 1999, tem vindo a ser progressivamente abandonado em favor da simples expressão “Retorno à Pátria”, curiosamente até em cerimónias oficiais, e sobre a utilização do qual Portugal não se manifesta.

possam proceder ao estudo das iniciativas de cooperação em curso” (Plano de Acção 2017- 2019, 2016, p.3). Fica patente uma tentativa de diversificar a acção do fórum, apelando à investigação e à academia para que contribuam no sentido de analisar, não só trabalhos a desenvolver, como até as iniciativas que são desenvolvidas neste momento, investigando o seu impacto e, por consequência, o impacto do Fórum. Esta tentativa de envolver a academia peca por vezes na prática, sendo disto exemplo os vários contactos que tentámos estabelecer durante a realização deste estudo, alguns deles pessoalmente em Macau, mas que não foram bem-sucedidos. A resistência ao contacto externo pode mesmo ter a ver com a natureza do fórum e o seu trabalho político, um elemento sensível na RPC. Também nessa lógica, contactos com entidades oficiais são difíceis e não promovem a ideia de transparência que os mesmos organismos tentam passar noutras vias.

O comércio, por outro lado, sempre foi apresentado como a pedra angular desta iniciativa, como tal, é esperado que a ele seja dedicado maior atenção à medida que o Fórum amadurece e os países envolvidos vão conseguindo mudanças substanciais no sentido de estabilização e modernização das suas economias. Isto é especialmente notório atendendo a que os Planos anteriores mencionavam a necessidade de promover a cooperação fazendo face ao momento de crise económica mundial que se vivia, sendo que no mais recente Plano se faz referência ao período de recuperação económica, que deve ser aproveitado no sentido de desenvolver os laços comerciais.

É também reforçado o “intercâmbio em áreas de normalização, certificação, acreditação, metrologia, inspecção sanitária e fitossanitária, segurança alimentar e de bens de consumo e direitos de propriedade intelectual” (Plano de Acção 2017-2019, 2016, p.4), medidas introduzidas em 2010 e que têm contribuído para o aumento do comércio, nomeadamente a importação dos bens de consumo e tecnologia, produzidos na China e que se adequam à realidade social e económica dos países africanos (Alves, 2009, p.30). A RPC surge aqui também como uma alternativa àquilo que muitas vezes é visto como a dependência comercial das ex-colónias em relação ao ex-colonizador. Não raras vezes a introdução de tecnologia nas economias emergentes africanas acaba por ficar dependente das nações europeias, com

quem nem sempre é fácil encetar negociações sem que estas estejam toldadas pelo passado colonial. A China entra claramente como um actor de peso nesta matéria, em especial pelos seus reconhecidos avanços tecnológicos e pela forma como inclui este tipo de matérias nos fora e acordos multilaterais que firma. Não podemos também ignorar as perspectivas de mercado, que representa o acesso privilegiado a países com um tão elevado número de habitantes, e cujas projecções futuras apontam para muitos mais milhões. Se a China conseguir fazer uso do *soft power* que tem vindo a construir para melhorar as perspectivas de exportação para estes mercados emergentes pode-se equacionar isto como parte de uma alternativa aos países para onde tradicionalmente exporta, alguns dos quais começaram a reduzir as importações.

No geral, o comércio entre a China e os PALOP tem aumentando substancialmente, sendo esse facto celebrado em todos os Planos de Acção, porém sabemos que em 2009, fruto dos tempos conturbados que se viviam, houve uma quebra de 18.9 no petróleo e commodities com destino à China. Angola deverá manter-se como a principal ligação a África devido à importação de petróleo por parte da China, um negócio que implicou a compra de 1.05 milhões de barris por dia nos primeiros oito meses de 2017, ou seja, um aumento de 16.6 % em relação a igual período do ano de 2016. Angola aumentou assim substancialmente a sua cota de exportação para a RPC, tornando-se a segunda maior fonte de importação do gigante asiático (estando em primeiro a Rússia e em terceiro a Arábia Saudita, número um até o final de 2016) (Russel, 2017).

A questão energética é de uma importância extrema para a China já que a sua economia está fortemente alicerçada em ser a “fábrica do mundo” e tal não é possível sem acesso privilegiado a grandes fontes de energia. Mais ainda, há que lembrar que a relação com a Rússia é instável, o que representa um claro risco em matéria de importação de petróleo. Relativamente ao terceiro maior exportador de petróleo para a China, a Arábia Saudita, esta balança, desde há muito, o seu papel como aliado tradicional dos EUA no Médio Oriente com a sua directiva nacional de garantir o máximo de estabilidade quanto às suas exportações. Quer isto dizer que, numa complexa conjuntura como a actual, de guerra comercial intermitente entre os

EUA e a China, é natural que o seu papel se complique e os EUA venham a exercer pressão sobre a Arábia Saudita para diminuir o seu papel no fornecimento de recursos à China. É neste cenário que a parceria estratégica com Angola ganha ainda mais importância e acreditamos, aliás, que a subida a segunda maior fonte de exportação de petróleo é disso exemplo inequívoco.

Mendes (2013, p.284) alerta que o facto do comércio entre a China e os parceiros africanos ter crescido poderá não ser uma consequência directa do papel do Fórum, mas antes fruto da conjuntura mais positiva que se verificou desde 2003. Acrescenta, porém, que a presença do Fórum nas relações bilaterais e multilaterais tem um impacto positivo e que, mesmo que não impacte directamente a balança comercial, poderá ter contribuído para um aumento significativo da confiança mútua, especialmente no passado quando ainda era necessário apresentar a China como um parceiro cooperante.

Hoje em dia, no contexto deste fórum (assim como na arena internacional), Pequim já deixou claro que o seu *soft power* não é um instrumento de mero exercício político e pode ter consequências bem visíveis. Assim, estar na sua “esfera de influência” pode implicar benefícios, particularmente no caso dos países em desenvolvimento (como os PALOP), desde que estes estejam dispostos a colaborar com as suas políticas a nível internacional e prestar o seu apoio político nas diversas organizações das quais são parte, se tal for requerido. A nível comercial os PALOP servem ainda de exemplo para outros grupos regionais, uma vez que representam um grupo de países com baixo nível de desenvolvimento, mas que conseguem o apoio de uma grande potência, ainda que para tal seja necessário, por vezes, hipotecar os seus recursos naturais.

O investimento é apresentado nos planos de acção como parte fulcral da acção do Fórum e a constante necessidade de o dinamizar é reiterada, não só em todos os planos, como ao longo de cada um dos documentos. Sendo os compromissos similares a todos quantos se firmam numa perspectiva multilateral é interessante olhar para os projectos desenvolvidos no terreno, sendo que encontramos grande parte destes reunidos na obra Macau e as relações económicas China/países de língua portuguesa: Dez

anos de crescimento 1999-2009 (Sá (coord.), 2009, p.68-69). Em Angola, de longe o que detinha mais investimentos chineses, encontramos dezenas de projectos em todas as províncias, que se focam particularmente na reconstrução de infra-estruturas de comunicação (pontes, estradas, aeroportos, portos e ferrovias), de saúde (hospitais e saneamento), de educação (bibliotecas, escolas, institutos e universidades), de energia (redes eléctricas, fábricas de processamento de gás natural), lazer (estádios desportivos, parques e museus) e também em projectos de recuperação ou construção de centenas de milhares de casas (só na província de Bengo tratavam-se de 200 mil).

O investimento em Moçambique incluiu obras de grande envergadura e de grande relevância nacional como o edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a sede da Assembleia Nacional, a recuperação do Aeroporto Internacional de Maputo, o Estádio Nacional, habitação na periferia de Maputo, pontes, viadutos e redes de abastecimento de água. Tratam-se da efectiva reconstrução de uma capital, não só com recurso a empréstimos financiados por bancos chineses (Eximbank) mas também por empresas de construção da mesma nacionalidade (Anhui Foreign Economic Construction Co. por exemplo).

No caso de Cabo Verde o maior projecto de investimento foi Poião, a primeira barragem do país, fruto dos Acordos de Cooperação Económica e Técnica assinados entre os dois países. Estes permitiram que se investissem 3.5 milhões de euros na construção de uma estrutura muito necessária num país pequeno, insular e árido, que luta activamente contra a desertificação e tenta procurar alternativas, confrontado com os seus poucos recursos naturais.

Olhando para a Guiné-Bissau, um estado destruído pela guerra e cuja economia recupera lentamente, não é difícil perceber a atractividade pela RPC, que através de financiamento e empresas de construção levou a cabo a reconstrução do Palácio Presidencial (antigo palácio do governador português e por isso simbólico da reconstrução e tomada do poder pelos guineenses), a recuperação de instalações eléctricas (garantido um fornecimento regular de electricidade), a construção do Parlamento guineense, o hospital regional de Canchungo e o Estádio Nacional 24 de Setembro (MacauHub, 2009).

Um padrão comum aos casos citados foi a envergadura e importância das obras concluídas, seja ao escolher reabilitar verdadeiros símbolos nacionais, seja ao investir nos bens públicos que fazem a diferença na vida das populações. Habitação, cuidados de saúde, rede energética, água potável, esgotos e até estruturas de lazer, todos abertamente apoiados e contruídos pela RPC, funcionam como o melhor garante da imagem positiva que a China procura passar. O reconhecimento é praticamente imediato e as populações (sem o conhecimento da totalidade dos complexos acordos) ganham, compreensivelmente, afinidade pelo estado que apoia de uma forma tão explícita a sua recuperação, sem para isso impor medidas “ocidentais” que, como lhes é justificado pelos líderes, minam as possibilidades de desenvolvimento futuro da sua nação.

O investimento nas infra-estruturas toca claramente as questões do fornecimento de energia, porém, a esta os planos de acção juntam os importantíssimos recursos naturais, sublinhando a necessidade de cooperação nestas áreas de modo a promover o desenvolvimento das comunidades, para quem os benefícios devem superar os riscos, sugerindo ainda a utilização responsável de recursos finitos, devendo ter sempre por base a promoção do desenvolvimento socio-económico sustentável (Plano de Acção 2017-2019, p.12). Mendes (2013, p.282) indica que o investimento chinês na indústria extractiva está relacionado com o uso do “excesso de mão-de-obra chinesa como forma de reduzir o desemprego e tensões sociais na China, mas também de garantir a rapidez, eficiência e custos baixos”.

Se o investimento que acima analisámos beneficiava sobretudo os países de expressão portuguesa, encontramos agora a moeda de troca oferecida à RPC, que vê os PALOP como uma enorme fonte de recursos naturais passíveis de serem usados para alimentar o seu sempre crescente tecido produtivo. O caso mais paradigmático é sem dúvida o do petróleo angolano, um recurso absolutamente vital e que o governo do estado africano usa frequentemente como moeda de troca nas suas relações interestaduais com potenciais ou actuais compradores. Nisto a China não é excepção, ainda que tenha relações privilegiadas pela maior aproximação que o Fórum Macau tem garantido, tendo-se tornado um parceiro de peso para Angola desde a crise de 2009, que afectou fortemente os estados ocidentais com

quem o país africano tinha preferido negociar até aí (Coissoró, 2009, p.79). Porém, não só de petróleo vive Angola, sendo os minérios outra das possibilidades de exportação para a China. Ferro, cobre, magnésio e ainda diamantes representam uma forte possibilidade de exportação atendendo ao mercado chinês, cujas classes altas têm vindo progressivamente a desejar produtos de luxo de maior qualidade.

Piteira (2009, p.109) apresenta Moçambique como um país receoso em hipotecar os seus recursos, temendo um retorno à relação económica colonial e de dependência que mantinha com Portugal até 1975. Nesse sentido prefere dinamizar (através do Fórum) as potencialidades do Vale do Zambeze, atraindo investimento chinês que se foca na modernização da indústria agrícola (ainda que estes investimentos acabem a ser geridos por chineses). Estão ainda presentes (em quantidades que variam) gás natural, titânio, carvão, tântalo, ouro, fosfatos e bauxita, o que poderá significar uma abordagem diferente aos recursos, passando também pelo turismo no qual a RPC tem investido, nomeadamente através da concessão do Estatuto de Destino Turístico Aprovado, o que muito facilita a deslocação dos cidadãos chineses (Piteira, 2009, p.109).

Angola e Moçambique são, não só os maiores territórios de expressão portuguesa em Africa como os mais ricos em recursos, sendo certo que as questões do petróleo, e sua eventual descoberta ou prospecção serão sempre importantes factores na relação com os restantes estados. Falamos, por exemplo, da situação da Guiné, cujas prospecções por petróleo são ainda inconclusivas, mas que conta, ainda assim, com bauxite e fosfatos (Nóbrega, 2009, p.139). Já São Tomé e Príncipe encontra-se num impasse similar no que toca ao petróleo, tendo já levado a leilão blocos da sua ZEE onde também se espera encontrar este valioso recurso.

Os planos de Acção demonstram assim quais as prioridades do Fórum, indo ainda mais além e ocupando-se das questões do turismo, a cooperação nas áreas da cultura, rádio, cinema, televisão, desporto, saúde e domínio do mar. Aponta também na cooperação entre províncias e municípios, de modo a estender esta aproximação a um nível mais próximo dos cidadãos, e relembra a importância da cooperação no domínio da ciência e tecnologia (auxiliado pelas dinâmicas do investimento), no domínio da fiscalização

económica, segurança alimentar e defesa dos consumidores, a cooperação trilateral e dedica ainda uma secção à protecção ambiental.

Críticas à acção (e inacção) do Fórum

É interessante notar que o estabelecimento do Fórum em Macau, e por consequência o seu nome, revelam muito pouco sobre aquilo que é a sua acção, parecendo até contraproducente optar por um território longínquo e pouco familiarizado com a realidade dos países africanos onde se desenrola a acção do Fórum. Analisado de uma forma rápida nada mais os une do que o seu passado sob a mesma administração. Aliás, o simples facto de os membros terem de destacar um representante seu como delegado nacional ao Fórum tem sido um impedimento à prossecução dos objectivos. Muitos países têm optado por não fazer deste um cargo a ser exercido em exclusividade. Nesta matéria é possível citar como exemplo o caso português que, até o início de 2019, não tinha um representante permanente no Fórum, sendo essa posição acumulada pela delegada da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

A nível de infra-estruturas está prevista (e em 2019 ainda em construção) uma nova sede de grandes dimensões para o Fórum Macau dentro de um Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, numa zona de aterros do Lago Nam Van, junto à Assembleia Legislativa. Esta sede contará com mais de 14 mil metros quadrados e albergará uma Biblioteca, centros de exposições e um centro de serviços para empresas privadas. Ainda assim, muitos questionam a aplicabilidade de grandes e simbólicos investimentos como este, onde nem a localização foi descurada. Tal como acontece nos países lusófonos, assistiu-se ao investimento em massa nestes grandes projectos de significado nacional e com eles se cativou uma parte significativa da população, mas recentemente tem aumentado o descontentamento devido à aparente inacção do Fórum.

Rodrigo Brum, o Secretário Geral Adjunto (indicado pelos Países de Língua Portuguesa) (Comunicação, 2019, Lisboa)²² defende que a acção

²² Comunicação proferida no âmbito da conferência “O Futuro de Macau na Nova China” organizada pela Agência Lusa a 16 de Abril de 2019 no Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa.

do Fórum não desapareceu, tendo-se ainda assim alterado em relação ao passado e, em especial, em relação aos primeiros anos. O Secretário fala de uma permanência mais activa que se manifesta, por exemplo, em visitas anuais aos oito países de língua oficial portuguesa, com o objectivo de os envolver na acção do Fórum, aproximando-os das decisões tomadas fora das grandes conferências ministeriais. Esta tese foi também defendida na 14^a Reunião Ordinária do Secretariado Permanente do Fórum que se realizou no dia 27 de Março de 2019, em Macau (Fórum Macau, 2019).

Outra das críticas apontadas com frequência tem que ver com o Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa que apenas se “estabeleceu” em Macau em 2017, apesar de ter sido criado em 2013. Muitos consideram que o fundo, com os seus mil milhões de dólares de capital social, tem apenas servido para marketing e não tem tido aplicação prática. Quando questionado sobre este aparente paradoxo Rodrigo Brum alerta para o facto de o Fórum não gerir o fundo, uma vez que se trata de um fundo de capital de risco que sempre se destinou a ser uma ferramenta de negócio e não de cooperação. Como solução, apela a uma maior coordenação dos países envolvidos para que proponham e apoiem novos fundos e projectos no âmbito do Fórum, admitindo que existem recursos financeiros para suportar os suportar, desde que haja diálogo e aproximação entre as partes.

Fica assim clara uma mudança na forma de agir do Fórum, que apela agora abertamente ao maior envolvimento dos países de língua oficial portuguesa. Até aqui os projectos politicamente relevantes ou simbólicos tomaram claramente a dianteira, porém resta saber se com aproximar de uma nova reunião ministerial e o fim do Plano de Acção 2017-2019 poderemos assistir a mudanças nos critérios (declarados e ocultos) de investimento chinês nos PALOP.

Conclusão

O Fórum Macau representa assim um mecanismo extremamente abrangente, seja nas suas ferramentas, modos de actuação ou resultados visíveis. Se por um lado correria o risco de ver os seus frutos difundidos,

passando despercebidos no meio de outros projectos de cooperação, a RPC garante que tal não acontece, apostando em projectos específicos e de grande valor, seja ele económico ou não. Há uma procura activa por mostrar resultados que sejam favoráveis aos líderes e elites dos países visados, mas também (e até, diríamos, mais importante) se procura que a sua acção seja visível e aprazível aos cidadãos. Estes têm pouco interesse nos acordos interestaduais, mas estão fortemente envolvidos na vida da sua comunidade local, onde também sentem que as acções chinesas estão a produzir resultados que os beneficiam. Acrescentaríamos até que ignoram as questões de sustentabilidade de uma relação tão assimétrica entre o seu país e a RPC, escolhendo, por isso, uma atitude permissiva em relação às exigências impostas pelo gigante asiático, tanto no funcionamento do Fórum como na relação bilateral.

A “ofensiva de charme” passa, tanto pela aproximação política como pela aproximação directa às populações, apresentado resultados visíveis, rápidos e sem os constrangimentos a que foram habituados pelos países ocidentais. Se as duas primeiras características são especialmente importantes para a relação com a população local, que espera ver as suas condições de vida melhoradas (através das infra-estruturas), a última interessa essencialmente à classe política, tradicionalmente resistente às reformas a que ficava usualmente obrigada para poder beneficiar de programas e apoios por parte dos países ocidentais. Quer isto dizer que o apoio chinês procura ser consensual junto de uma parcela tão grande da população quanto possível, evitando assim o descontentamento popular que tende a ser um problema para a classe política. Para além disso existe a percepção, do interior dos países visados, de que o apoio chinês pode melhorar a estabilidade sem aceitar a intervenção de ex-colonizadores.

A construção e melhoramento das estruturas físicas que, ou são símbolos do poder e democracia conquistados (Palácio Presidencial, Parlamento) ou são necessidades básicas das populações (hospitais, habitações, redes eléctricas) são escolhidos com objectivo claro de causar impacto e passar uma mensagem. Ou seja, é inegável que o *soft power* chinês viu um incremento substancial nos PALOP desde a criação do Fórum, ficando também claro que a reconstrução dos países envolvidos e a abertura dos seus

mercados a produtos e empresas chinesas tem um impacto enorme nas relações bilaterais.

Como vimos, a situação da multilateralidade do Fórum pode ser questionada atendendo ao condicionamento que a RPC impõe à própria Secretaria Geral, porém esta situação não é incomum nas relações internacionais e cremos que deverá mesmo ser tomada como uma prova da vontade resiliente e poder chinês. *Soft power* não é mais que a capacidade que um país tem de se fazer valer da sua atractividade para conseguir realizar os seus objectivos na arena internacional, conseguindo para isso o apoio, mais ou menos declarado, dos Estados nos quais faz uso desse poder. Nesta óptica a China utiliza todas as ferramentas do seu arsenal e emprega-as através do Fórum, influenciando as grandes decisões, mas também a vida dos cidadãos comuns nos países de expressão portuguesa em África, não só através da construção e reconstrução de infra-estruturas, como também através do desenvolvimento tecnológico que potencia. Este apoio ao desenvolvimento deve, no entanto, ser contextualizado, de modo a que se perceba quais as contrapartidas desta cooperação que, tal como o Fundo, procuram, acima de tudo o negócio.

Concluimos que o Fórum Macau é o instrumento por excelência para o aumento do *soft power* chinês nos PALOP, uma vez que a sua existência permite o melhoramento das relações bilaterais no contexto de um grupo selectivo e que não só tem consequências visíveis como essas consequências são notórias para os países que não estão envolvidos. Isto aumenta ainda mais a atractividade da RPC no continente africano, onde já é vista como uma alternativa de peso (impondo menos condições) que os habituais e tradicionais parceiros ocidentais e principalmente europeus, sob quem ainda paira uma aura de colonizador assim como padrões culturais nos quais podem não se rever. Mais ainda, tanto a China como os PALOP actuam na política internacional como “países em desenvolvimento” contribuindo assim para uma maior relação de aparente entreaajuda e não um caso de caridade de um “país desenvolvido” que retorna a África para tentar corrigir problemas deixados pela administração colonial.

Esta é uma dinâmica particularmente relevante já que a China faz uso de uma narrativa que capitaliza os fluxos Sul – Sul, neste caso em matérias

de cooperação. De modo a evitar a neocolonização, desta feita através de ferramentas económicas, as economias emergentes deverão privilegiar as relações com outras economias emergentes, porém mais avançadas, e que estejam em posição de ser parceiros estratégicos. É aqui que entra a China, como potência emergente que superou o seu passado e tem vindo mesmo a corrigir os erros do “século de humilhação”, pronta para se aliar aos, relativamente, jovens países africanos de língua oficial portuguesa. Alguns deles contam com um passado traumático de sangrentas guerras civis no pós-independência que lhes fragilizaram a economia até aos dias de hoje, outros são simplesmente pequenas economias (como é o caso dos estados insulares), com poucos recursos. Ainda assim, a todos eles é dada a hipótese de se unirem, com a China, num projecto comum de diálogo e aproximação, que visa conquistar o seu apoio futuro na arena internacional e, sempre que possível, facilitar o acesso chinês aos preciosos recursos energéticos. Fica, no entanto, clara uma narrativa que pretende juntar as economias emergentes de modo a fazer frente às ex-potências colonizadoras e aos estados ocidentais, que querem, na sua óptica, impor regras e valores não consensuais e que são desenhados para retirar aos países emergentes as hipóteses de se integrarem plenamente no mercado global e prosperarem.

Defendemos ainda que não é prudente ignorar as inúmeras consequências negativas. O endividamento excessivo e a hipoteca dos recursos naturais são duas das faces mais conhecidas deste lado negro e permanecem muito presentes nos avisos reiterados aos países que embarcam nos grandes projectos de cooperação internacionais. Aliás, estes dois casos específicos têm sido apontados com frequência aos países que fazem parte e aceitaram grandes investimentos chineses no âmbito da Iniciativa Faixa e Rota. Apesar disso a República Popular da China continua a prosperar e enquanto tal acontecer estas ligações conseguidas através da plataforma cultural que é Macau terão repercussões económicas muito importantes. O *soft power* chinês, conseguido através do financiamento e mantido através da extracção de recursos e crescente dependência económica é o mais claro resultado da acção do Fórum, que com todas as acções, períodos de inactividade e críticas, permanece como uma ferramenta visível e determinante em África.

Reference List

- Alves, A. (2005) “The Growing Relevance of Africa In Chinese Foreign Policy: The case of portuguese speaking countries” In *Daxiyangguo Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, nº7, pp. 93-108
- Alves, A. (2009) “O Fórum Macau: Motivações subjacentes, institucionalização dinâmica” In *Macau: O elo China/PALOP's*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP pp.19-53
- Arnone, M. e Cottrell, C. (2004) *America's trading partners: The good, the bad and the ugly*. Llumina Press
- Baracuh, B. (2014) “The evolving geo-economics of world trade” In *Adelphi Series*, 54:450, pp.121-138
- Beeson, M. (2018) “Goeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy”, DOI: 10.1080/20954816.2018.1498988
- Chan, T. e Rosário, L. (2012) *Rio das Pérolas: A história notável do Delta*. Macau: Macau-Link
- Clayton, C. (2014) “Macau Local, Macau Global” in Yu, Eilio Y. e Chan, Ming K. (ed) *China's Macau transformed: Challenge and development in the 21st century*. City University of Hong Kong Press pp.381-404
- Coissoró, N. (2000) “The Pearl River Delta” In Instituto do Oriente *Macau in the Pearl River Delta*. Lisboa: ISCSP
- Coissoró, N. (2009) “Relações China-Angola” In *Macau: O elo China/PALOP's*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP pp.57-86
- Cooke, J. (2009) China's Soft power in Africa, In McGiffert, C. (Ed.) *Chinese soft power and its implication for the United States: competition and cooperation in the developing world*. Center for Strategic and International Studies. (pp.27-44) Washington DC;
- Courmont, B. (2007) “Un siècle américain, ou chinois?” In *Regard de Taiwan* nº9 Junho
- Edmonds, R. (2011) “Macau: prosperity within constraints” In Shambaugh, D. (ed) *Charting China's Future: Domestic and International Challenges*. Abingdon: Routledge pp.161-170
- Fijałkowski, Ł. (2011) China's “soft power” in Africa? In *Journal of Contemporary African Studies*, vol.29, (pp.223-232);
- Fiori, A. e Rosen, S. (2019) The Sino-African relationship: an intense and long embrace. In *Soft power with Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds*. Abingdon, RU: Routledge;
- Fórum Macau (2019) “Realização da 14.ª Reunião Ordinária do Secretariado Permanente do Fórum de Macau na RAEM” In *Secretariado Permanente do Fórum para a*

Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) disponível <http://www.forumchinaplp.org.mo/14th-ordinary-meeting-of-the-permanent-secretariat-of-forum-macao-held-in-macao/?lang=pt> acedido a 1/04/2019

- Freire, M. (2011) *Política Externa: as relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Gaspar, M. (2015) *No Tempo do Bambu: Identidade e ambivalência entre macaenses* Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP
- Instituto do Oriente (2004) *Região Administrativa Especial de Macau, Cinco Anos*. Lisboa: ISCSP
- Li, M. (2010) “China: Domestic Sources of its power Strategy in East Asia” In Flemes, D. *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. GIGA German Institute of Global and Area Studies pp.207-222
- Lo, S. (2014) “Reinterpreting Macao’s society, politics and economy: The significance and geopolitical aspects of casino capitalism” in Yu, E. e Chan, M. (ed) *China’s Macau transformed: Challenge and development in the 21st century*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press. pp.75-95
- MacauHub (2009) “Guiné-Bissau: China inicia construção de hospital militar com 200 camas” In *MacauHub* disponível em <https://macauhub.com.mo/pt/2009/04/30/portugues-guine-bissau-china-inicia-construcao-de-hospital-militar-com-200-camas/> acedido a 18/05/2018
- Marques, J. (2006) “Macau e a economia cultural” In *Revista de Administração Pública de Macau*, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, nº74 (4º de 2006), Volume XIX, pp.1267-1292
- Mendes, C. (2013) “A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” In *Nação e Defesa*, nº134 – 5ª Série, pp. 279-296
- Naidu, S. (2007) The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). In *China Report*, 43, (pp.283-296). London: SAGE Publications;
- Neuwirth, R. e Min, L. (2012) “Macau S.A.R.” in Hilty, R. e Nérissou, S. (ed) *Balancing Copyright – a survey of national approaches*. Springer pp.645-676
- Nóbrega, A. (2009) “Relações China-Guiné Bissau” In *Macau: O elo China/PALOP’s*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP pp. 127-150
- Nye, J. (2008) *The Powers to Lead*. Oxford: Oxford University Press
- Nye, J. (2011b) *The Future of Power*. Nova York, NY: PublicAffairs
- Piteira, C. (2009) “Relações China-Moçambique” In *Macau: O elo China/PALOP’s*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP pp.89-124

- Piteira, C. (2018) “Macau como Plataforma Estratégica no Posicionamento da República Popular da China no Contexto da Nova Ordem Mundial” In *Antologia sobre a Ásia Contemporânea: Perspectivas de investigação do Instituto do Oriente*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP. pp. 293-307
- Plano de Acção 2017-2019* (2016) disponível em <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-5th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2017-2019/?lang=pt> acedido em 19/05/2019
- Plessis, A. (2014) The Forum on China Africa Cooperation, Ideas and Aid: National Interest(s) or Strategic Partnership? In *Insight on Africa*, 6, (pp.113-120) Washington DC: SAGE Publications;
- Romana, H. (2000) “The Potencial of Macau within the Context of Globalization” In *Macau in the Pearl River Delta Region*. Lisboa: Instituto do Oriente – ISCSP. pp. 99-130
- Russel, C. (2017) “China crude oil import data show winners and losers from rebalancing” In Reuters. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-column-russell-crude-china/china-crude-oil-import-data-show-winners-and-losers-from-rebalancing-russell-idUSKCN1C70LW> acedido a 18/05/2018
- Sá, G. (coord) (2009) *Macau e as relações económicas China/países de língua portuguesa: Dez anos de crescimento 1999-2009*. Instituto Internacional de Macau
- Severino, C. (2018) “Cooperação Científica Internacional como Atracção: o caso da RAEM no âmbito da política externa da RPC” In Piteira, C.; Mendes, N.; Rodrigues, I. e Silva, T. (Coord) *Antologia sobre a Ásia Contemporânea: Perspectivas de Investigação no Instituto do Oriente*. Lisboa: ISCSP
- Taylor, I. (2012) *The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)*. Londres: Routledge.
- Van Dijk, M. (Ed.) (2009) *The New Presence of China in Africa*. Amesterdão: Amesterdam University Press;
- Wasserman H. (2016) Chinese Soft power in Africa: Findings, Perspectives, and More Questions. In, Zhang X., Wasserman H., Mano W. (eds) *China's Media and Soft power in Africa*. Palgrave Series in Asia and Pacific Studies. New York: Palgrave Macmillan.
- Yee, H. (2014) “The Theory and Practice of “One-Country-Two-Systems” in Macau” In Yu, Y. e Chan, K. (ed) *China's Macau transformed: Challenge and development in the 21st century*. City University of Hong Kong Press pp. 3-20
- Yeh, E. (2016) “Introduction: The geoeconomics and geopolitics of Chinese development and investment in Asia” In *Eurasian Geography and Economics*, 57:3. Pp. 275-285

- Zhao, S. (2013) “Delicate Balance of Power in the Asia-Pacific: The Obama Administration’s Strategic Rebalance and the Transformation of US–China Relationship.” In *Economic and Political Studies* 1 (2) pp. 109–133.
- Zollinger, M. (2016) “Dealing with chances – an Introduction” In Zollinger, M. (ed) *Random Riches: Gambling past & present*. Routledge pp. 1-26

ENSAIO | ESSAY

Afinidades eletivas: Relações Internacionais e Estudos de Área: O caso dos Estudos Asiáticos no ISCSP | Elective Affinities: International Relations and Area Studies: The case of the Asian Studies at ISCSP

Nuno Canas Mendes

Doutor em Relações Internacionais, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto do Oriente. Rua Almerindo Lessa, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-663 Lisboa. E-mail: ncm@iscsp.ulisboa.pt

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.132-150

Resumo:

O presente artigo pretende fazer ressaltar a articulação e comunhão das Relações Internacionais com a Ciência Política, a Estratégia, a Geopolítica, a Economia ou a Antropologia com um foco local, constituindo assim um domínio que se autonomiza, os Estudos de Área e em particular, dentro destes, os Estudos Asiáticos. Neles podemos encontrar um conjunto de afinidades eletivas, recorrendo à expressão de Goethe, que ancoram a cultura científica multidisciplinar. O que se ensaiará de seguida é descrever a emergência, evolução e potencialidades destas afinidades eletivas, e será dado um especial destaque para o caso do ISCSP na prática e divulgação dos Estudos de Área em ligação com as Relações Internacionais.

Palavras-chave: *Estudos de Área, Relações Internacionais, Estudos Asiáticos*

Abstract:

The following article intends to underline the articulation and intercommunication between International Relations and Political Science, Strategy, Geopolitics, Economics or Anthropology with a local focus, constituting a new scientific field known as Area Studies and within these, Asian Studies. In Area Studies we can find a set of elective affinities, using Goethe's expression, which are the basis for a multidisciplinary scientific culture. In this text it will be described the emergence, evolution and potentialities of these elective affinities and it will be developed the case of ISCSP as a Faculty where Area Studies and International Relations have been practiced and developed since its foundation.

Keywords: *Area Studies, International Relations, Asian Studies*

Preâmbulo: Afinidades eletivas

Imaginais um A intimamente ligado a um B e que por nenhum meio, por nenhuma força, pode ser separado dele; imaginais um C que se comporta da mesma forma em relação a um D; ponde agora os dois pares em contacto: A lançar-se-á sobre D, e C sobre B, sem que seja possível dizer quem é que abandonou primeiro o outro, quem primeiro se voltou a unir ao outro.

Goethe, *As afinidades eletivas*, p. 75.

Quando Johann Wolfgang von Goethe escreveu *Die Wahlverwandtschaften*, *As afinidades eletivas*, em 1808 e tomou de empréstimo esta expressão usada na Química, estava a criar uma metáfora muito inspiradora que outros, de Max Weber a Walter Benjamin, usaram em contextos diversos, em torno de uma relação simbiótica. *Max Weber usou-a na Ética Protestante e o 'espírito' do Capitalismo*, onde evoca as 'afinidades eletivas' entre certas formas de fé religiosa e certas formas de ética profissional, transformando a expressão num conceito sociológico (no caso, focando-se no puritanismo ascético e a poupança de dinheiro, a ética protestante do trabalho e a disciplina burguesa do trabalho metódico, a valorização calvinista do ofício virtuoso e o ethos da empresa burguesa racional, a conceção ascética da utilização das riquezas e a acumulação produtiva do capital, a exigência puritana da vida metódica e sistemática e a perseguição racional do lucro capitalista).

Com efeito, há uma genealogia desta expressão com raízes na alquimia medieval em que se fala de afinidade para explicar a atração e a fusão dos corpos, a qual se inscreveu na Química desembocando na ideia de 'casamento' que Goethe exploraria romanticamente para falar sobre a atração entre um homem e uma mulher que encontram uma 'afinidade' íntima entre as suas almas, mesmo que isso tivesse de implicar a separação dos seus companheiros anteriores. Da Química para o tratamento da questão do amor, Goethe encontra afinidade quando há atração, fusão e renovação,

mesmo que improvável. Há convergência, influência e reforço que permite a articulação entre fenómenos aparentemente diversos e encontrar analogias significativas e mesmo parentescos íntimos ou sentidos próximos (Lowy, 2004). Como escreveu João Barrento, “a expressão (...) designa na química um processo na qual os elementos em presença, de acordo com o grau das suas afinidades, podem desfazer as suas «ligações» nos compostos tradicionais e entrar, num processo de «escolha» aparentemente livre, em novas combinações” (Barrento, 1999, 14). Ora é justamente este o sentido da proposta aqui apresentada, a afinidade eletiva dos Estudos de Área, sejam asiáticos, africanos, europeus ou norte-americanos, com as Relações Internacionais, permite um conjunto de ‘novas combinações’ com outras áreas dos saberes cultivados no ISCSP e noutras instituições, dentro do melhor espírito da Declaração de Bolonha. E destas ‘novas combinações’ pode surgir uma autonomização, permitindo uma diversificação da oferta de ensino e da especialização.

Clarifique-se: o que neste artigo se pretende fazer ressaltar é a articulação e comunhão das Relações Internacionais com a Ciência Política, a Estratégia, a Geopolítica, a Economia ou a Antropologia com um foco local, constituindo assim um domínio que se autonomiza, os Estudos de Área e em particular os Estudos Asiáticos. Neles podemos encontrar um conjunto de afinidades eletivas que ancoram a cultura científica multidisciplinar. O que se ensaiará de seguida é descrever a emergência, evolução e potencialidades destas afinidades eletivas, ressaltando que funcionam por atração, entrecruzamento, reunião e escolha.

As secções seguintes vão esmiuçar a autonomização do estudo das Relações Internacionais e o lugar que tem ocupado no ISCSP, evidenciando a transversalidade dos Estudos de Área e do seu ensino no ISCSP, a relação entre os Estudos de Área e a Teoria das Relações Internacionais e o caso específico dos Estudos Asiáticos (com especial destaque para os estudos sobre a China e o Sudeste Asiático e o respetivo ‘estado da arte’ em Portugal).

O estudo ‘autónomo’ das Relações Internacionais no ISCSP

A autonomia do estudo das RI chegou com a criação da licenciatura²³ e do mestrado em 1982, bem como da criação da especialidade no Doutoramento em Ciências Sociais. Tal desígnio era um projeto de Adriano Moreira que remontava aos anos 60.

A Universidade do Minho antecedeu em seis anos o ISCSP, embora sem ter a tradição de ensino de uma disciplina científica que conferia graus académicos e que chegou a atingir, por efeito do *numerus clausus* muito restrito, uma média de entrada de 17 valores, muito próxima da que era exigida em Medicina. Desde então o ISCSP tem lançado no mercado de trabalho centenas e centenas de pessoas que têm ocupado lugares de destaque em funções na administração pública portuguesa e em instituições internacionais, o que em parte se explica pela necessidade de abertura de Portugal e de uma maior integração nas relações internacionais nos anos 80 e 90, sobretudo e também por via da integração europeia e do reajustamento da política externa portuguesa às novas exigências e dinâmicas de um mundo cada vez mais em fluxo de comunicação.

A citada autonomia chegou com a reformulação do ISCSP ditada pelo fim do ciclo do império. À visão, inicialmente instrumental, inserida na formação dos quadros da administração colonial, depois aprofundada por força das novas exigências do sistema internacional e pela ação do Centro de Estudos Políticos e Sociais e do Prof. Adriano Moreira, bem como pelos escritos e investigação produzidos na escola, acrescentar-se-ia um novo objetivo: a formação de profissionais de relações internacionais²⁴. Atentos a estas exigências, os ‘refundadores’ da escola, impulsionados por Adriano Moreira, considerariam na criação da licenciatura a lógica de organização da generalidade das licenciaturas (um ‘tronco comum’ de dois anos num ciclo de quatro), introduzindo disciplinas científicas específicas no primeiro e no segundo anos, entrando na especialidade nos dois anos finais, sobretudo no último. Foi seguindo esta lógica que o ISCSP recuperou uma

²³ Decreto n.º 30/82, de 3 de Março.

²⁴ Vale a pena mencionar que no início dos anos 90 se avançou com cursos de pós-graduação nas áreas da ‘Formação Diplomática’, ‘Formação de Funcionários Internacionais’ e ‘Formação em Relações Internacionais’, que evoluiriam mais tarde para uma pós-graduação em Relações Internacionais.

tradição que remontava ao período colonial, a dos ‘Estudos de Área’, como se passou a chamar a partir da Guerra Fria a este método de análise multidisciplinar. Esta renovação trouxe também o alargamento da atenção que passou a ser dada a outras partes do globo sobre as quais não havia sido feito nenhum trabalho prévio em Portugal. Assim, aos Estudos Africanos e aos Estudos Asiáticos, viriam juntar-se os Estudos sobre o Médio Oriente, a América Latina ou a Ásia Central.

Esta autonomia veio reforçar também a formação dos docentes da área e a respetiva investigação. Nos anos 80 e princípio dos anos 90 esteve em estreita ligação aos domínios conexos da Ciência Política, do Direito Internacional, da História ou da Geopolítica, com os doutoramentos de João Mota de Campos, na Universidade de Estrasburgo (1980), e de António José Fernandes, docente da Universidade do Minho (1984), de António de Sousa Lara (1987), José Adelino Maltez, António Pedro Ribeiro dos Santos e Políbio Valente de Almeida (os três em 1990), António Marques Bessa, Manuel de Almeida Ribeiro, António Vasconcelos de Saldanha (os três em 1992), no ISCSP, ou de Paula Escaraméia, oriunda de Harvard (1988). Esta primeira vaga veio a dar lugar a teses de Mestrado e Doutoramento especificamente em Relações Internacionais, formando não só os docentes do ISCSP como os de outras escolas (casos de Victor Marques dos Santos, Nuno Canas Mendes, Marcos Ferreira, Maria Francisca Saraiva ou de Maria do Céu Pinto e Luís Lobo-Fernandes, estes dois últimos da Universidade do Minho). A exclusividade que o ISCSP detinha na atribuição dos graus de Mestre e de Doutor contribuiu, como se viu, também para a formação de docentes da área ligados a outras instituições.

Esta foi uma primeira geração a reforçar campos mais específicos da disciplina, como o património comum da humanidade, o Islão político, a integração europeia, os estudos asiáticos, as transições na Europa de Leste ou os estudos de segurança, continuada depois, já neste século e em áreas idênticas ou afins, por Teresa Almeida e Silva, Mónica Ferro, Álvaro Nóbrega, Raquel Patrício, Andreia Soares, Andrea Valente, Maria João Ferreira, Isabel Cabrita, Isabel David, Pedro Fonseca, entre outros, alguns com formação inicial no ISCSP e hoje professores noutras Universidades, como

André Saramago, Samuel de Paiva Pires e Tiago Ferreira Lopes). De certa forma, esta nova produção científica estampava as próprias alterações ocorridas desde o fim da Guerra Fria, com o aparecimento de um conjunto de novos interesses temáticos e com a própria evolução teórica da disciplina, em que a um perfil realista, na linha de Morgenthau, se vieram apor os contributos dos neorrealistas, institucionalistas, da Escola Inglesa ou mesmo do Construtivismo. Com a viragem para o século XXI e posteriormente por efeito da aplicação da reforma introduzida pela Declaração de Bolonha, a produção de teses foi aumentando, já num contexto muito mais concorrencial, com a criação de licenciaturas, mestrados e doutoramentos em Relações Internacionais noutras universidades. No ISCSP, entre 1986 e 2016 foram defendidas cerca de 180 teses de Mestrado, com uma média acima da dezena somente a partir de 2007; já no que respeita aos Doutoramentos, entre 1988 e 2014, atingiram-se as 33 teses. Em 2016, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) aprovou a proposta de um Doutoramento autónomo em Relações Internacionais, ao qual se fará menção mais pormenorizada adiante.

Nesta evolução, destaque igualmente para a formação de centros de investigação que potenciariam novas áreas de investigação: a criação do Instituto de Relações Internacionais, impulsionado pelo Professor Adriano Moreira, em 1984, que publicaria a revista *Estratégia* e de várias monografias e o Instituto do Oriente (IO), que tendo visto a luz do dia em 1989, viria, pela mão do Prof. Narana Coissoró, a desempenhar importante papel na tímida área dos Estudos Asiáticos, beneficiando do apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), para o desenvolvimento de projetos de investigação ligados à questão de Macau e à China e posteriormente a Timor, no momento em que o estatuto jurídico daqueles territórios estava em mudança. A par destes projetos, o IO organizou várias conferências internacionais de grande nível, convidando os mais prestigiados nomes dos Estudos Asiáticos. O IO marcou igualmente o panorama editorial português da área com a publicação regular da *Daxiyangguo*, *Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*²⁵ e desbravou áreas inéditas, como a construção de

²⁵ Site oficial do IO: <http://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

Estados. Para além do IO, o Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), de criação posterior (2001), dispôs de um grupo de ‘Política & Governo’, que acolheu “uma agenda de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar de vários níveis (e abordagens), uma vez que a mesma resulta de uma convergência de esforços e contribuições de diversas áreas científicas: Ciência Política, Desenvolvimento Socioeconómico, Estudos Estratégicos, História dos Factos Sociais e Relações Internacionais”.²⁶ Mais recentemente, o Centro de Estudos Africanos (CEAF) acolhe projetos de investigação associados aos mestrados e doutoramentos sobre ‘temática’ africana numa ótica multidisciplinar, Relações Internacionais incluídas, com nexo óbvio a duas das suas linhas de investigação: ‘State, Politics and Development in Africa’ e ‘Geopolitics and Geostrategy of Africa’²⁷. Também o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), que viu a luz do dia em 2012, tem uma articulação com as novas abordagens das Relações Internacionais, dado tratar-se de uma problemática transversal a vários domínios científicos²⁸. Ainda de sublinhar que o Observatório Político, vinadamente dedicado ao estudo da Ciência Política, tem nexos absolutamente evidentes²⁹.

No que diz respeito às publicações, o ISCSP seguiu uma política editorial atenta à produção de teses que, em regra, foi publicando, bem como outros trabalhos dos docentes e de alguns discentes³⁰. De destacar ainda a iniciativa do Prof. Óscar Soares Barata, de organizar volumes dedicados à Conjuntura Internacional (um 1996, outro em 1999), ainda que dessa iniciativa, em certa medida na linha do que já se fizera nos anos 60 com os cursos de extensão universitária dedicados às províncias ultramarinas, que forneciam o contexto internacional, não tenha resultado uma publicação regular que lhe desse continuidade e consolidasse a posição do ISCSP nesta vertente. Mais recentemente, o Professor António de Sousa Lara coordenou a edição de três obras temáticas, reunindo a contribuição de vários investi-

²⁶ Site oficial do CAPP: <http://capp.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

²⁷ Site oficial do CEAF: http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1211&Itemid=460, consultado a 1.12.2016.

²⁸ Site oficial do CIEG: <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

²⁹ Site oficial do Observatório Político, <http://www.observatoriopolitico.pt>, consultado 18.09.2019.

³⁰ Consultar http://www.iscsp.ulisboa.pt/edicoes/index.php?main_page=index&ccPath=67

gadores, alguns deles professores, que repôs, de alguma forma, a análise da conjuntura (Crise, Estado e Segurança, MGI, 2014; Em Caso de Guerra, MGI, 2015; Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais, MGI, 2016). Já durante a presidência do Prof. Manuel Meirinho Martins foi criada uma coleção de Manuais Universitários, onde se inserem vários títulos que são o reflexo das principais áreas de investigação: as questões europeias, a economia política internacional, as teorias das relações internacionais e os estudos de área³¹.

O primeiro esforço de elaboração deliberada de um ‘Estado da Arte’ no ISCSP deve-se ao Professor José Adelino Maltez, por ocasião da primeira avaliação das licenciaturas. Este trabalho foi continuado no *Curso de Relações Internacionais*, editado pela Principia em 2002, que viria romper a exclusividade do livro publicado por Adriano Moreira intitulado *Teoria das Relações Internacionais*, um conjunto de textos que reuniu o essencial da sua produção, o qual viu a luz do dia em 1997, tendo tido desde então sucessivas edições. Victor Marques dos Santos, durante vários anos o responsável pela disciplina com este nome no ISCSP, viria a publicar o seu *Teorias das Relações Internacionais* (2012), constituindo esta obra um esforço de síntese das principais correntes e tendências teóricas da disciplina, pouco frequente no panorama editorial português.

Em 2014, o autor deste documento e Francisco Pereira Coutinho organizaram a *Enciclopédia das Relações Internacionais*, a primeira obra coletiva do género publicada em Portugal, a qual congregou uma boa parte da comunidade científica das Relações Internacionais, incluindo a de outros países de língua portuguesa, com uma forte colaboração de professores do ISCSP.

³¹ Carla Guapo Costa (*A União Europeia como Actor Global*, 2009, e *Temas de Relações Económicas Internacionais*, 2010), de António de Sousa Lara (*Subversão e Guerra Fria*, 2011), de Victor Marques dos Santos (*Elementos de Análise de Política Externa*, 2012) e deste com Maria João Militão Ferreira (*Sociedade Civil Transnacional*, 2012 e *Teorias das Relações Internacionais*, 2012), Teresa de Almeida e Silva (*Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, 2010) e Raquel Patrício (*Estudos de Área: Uma Visão da América Latina*, 2012).

O ensino do ISCSP e a transversalidade dos Estudos de Área: das origens à atualidade

Para este exercício, era necessário identificar o processo de autonomização científica das Relações Internacionais, no ISCSP, como se fez na secção anterior, descrevendo agora a sua evolução histórica *pari passu* com o enfoque nos Estudos de Área, que até 1974 tem uma relação umbilical com a realidade colonial e a análise da conjuntura internacional como ferramenta essencial para a decisão política e a gestão do status-quo em função da evolução do que se pode definir como interesse nacional na sua contingência temporal. Como se verá mais adiante, a designação Estudos de Área, de origem norte-americana, em cujas universidades se praticou com desenvoltura, prende-se com a necessidade de atuar nas relações internacionais do período da Guerra Fria e, portanto, de ter um conhecimento do terreno, constituindo um corpus científico, que permitisse consolidar influências e assim deter o avanço do inimigo. No contexto do ISCSP, a lógica não era, na realidade, muito diversa, e tal realidade era anterior a 1945 e à implantação do bipolarismo: onde antes a constituição do corpus tinha por fim garantir a aplicação da lógica de Berlim numa conjuntura internacional bastante desfavorável, depois de San Francisco procurou-se, sempre num cenário adverso, lidar com os novos atores, congregando os contributos da Antropologia, da Economia, da História, da Estratégia, da Geopolítica, a Política Externa ou as Informações. Trata-se de um cruzamento intuitivo e inevitável. O mesmo se passa em relação às línguas ‘exóticas’, que também foram ensinadas desde a criação da escola, o que marca esta grande tradição científica e pedagógica de aplicação às realidades locais.

A inserção colonial de Portugal orientou o interesse pelos continentes asiático e africano e intuitivamente essas duas vertentes constituíram-se naqueles que são, ainda hoje, os continentes, que em sentido amplo, são objeto de dois ramos dos Estudos de Área: os Estudos Asiáticos e os Estudos Africanos. De um e de outro, mas mais do primeiro, será feita uma breve ‘cartografia’ institucional:

- *Instituto do Oriente*: A área disciplinar comumente designada de Estudos Asiáticos tem no ISCSP uma longa tradição que se

consubstanciou com a fundação do Instituto do Oriente (IO), em 1989, hoje um centro de investigação que após avaliação internacional foi acreditado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia como Unidade de I&D e por ela desde então financiado. Mais recentemente, o IO focou a sua investigação na área das realidades específicas de cada sub-região e país, assim como as relações entre Portugal e a Ásia. Atualmente as atividades decorrem no âmbito de três grupos de investigação: a) Médio Oriente e Ásia Central; b) Ásia Oriental; c) Sudeste Asiático e Ásia do Sul.

- *A inclusão no plano do 2.º ciclo de Relações Internacionais:* O peso específico dos Estudos Asiáticos na área das Relações Internacionais continua a ser considerável, sobretudo se tivermos em conta que o plano curricular do 2.º ciclo – Mestrado – tem desde os anos 90, uma vertente de estudos do Pacífico, que se foi transformando com uma oferta de disciplinas sobre a China, outra sobre o Sudeste Asiático e Pacífico e no plano vigente China e Pacífico. De referir ainda que complementarmente e também no âmbito do vasto continente asiático, há mais duas opções da unidade curricular Estudos de Área afins, designadamente Rússia e Espaço pós-soviético e Sociedade e Cultura na Área Islâmica. Tem havido no público que procura o Mestrado em Relações Internacionais um interesse acrescido por um conhecimento mais ‘microscópico’ das regiões e sub-regiões do mundo.

De referir que os Estudos Africanos, mais ainda do que os Asiáticos, assumiram, como seria expectável, uma posição cimeira em todo o percurso institucional do ISCSP, estando na base da criação de um Mestrado específico em Estudos Africanos, inaugurado em 1980, e na criação do Centro de Estudos Africanos (CEAF)³².

³² http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1211&Itemid=460, consultado a 10.11.2016. Transcreve-se o texto da apresentação: “O Centro de Estudos Africanos (CEAF), recentemente reorganizado, é o polo interdisciplinar que suporta as atividades de investigação sobre África e as suas dinâmicas históricas e contemporâneas. Trabalha em estreita cooperação com várias unidades internas de ensino, incluindo os Estudos Africanos, Ciência Política, Antropologia, Relações Internacionais, Estratégia e Estudos do Desenvolvimento. E cultiva também a cooperação internacional na investigação e na educação, especialmente com as instituições científicas de Países de língua oficial portuguesa”.

Estudos de Área e Teoria das Relações Internacionais: o caso dos Estudos Asiáticos

Na presente secção procuraremos dar conta da articulação entre os Estudos de Área e as Relações Internacionais, fixando o que genericamente se designa de *State of the Art*. Para tal, é necessário deter a atenção na conceptualização dos Estudos de Área, cujo peso institucional é crescente por atribuir especialidade. Trata-se de uma zona do saber que deu os seus primeiros passos no domínio da Antropologia através do conceito de “áreas culturais” (*Kulturkreis*, popularizada por Frobenius, Ratzel, Schurz e Graebner), tendo sido depois adotada pelos antropologistas americanos, como Wissler e Kroeber, que aplicaram o conceito à América do Norte e a subdividiram em zonas ecológicas com determinados traços culturais e sociais. A divisão da Ásia, sobretudo da Ásia do Sul e Ásia Oriental, onde pontificam a Índia e a China, tem sido genericamente aceite, no que contrasta, como veremos com o Sudeste Asiático; com efeito a junção do Sudeste Asiático insular e continental tem uma explicação de natureza estratégico-militar e política, tratando-se de um processo de construção regional em que o fator cultural não será prevalecente. Desde que foi criado o Comando do Sudeste Asiático, em 1943, atribuído a Lord Mountbatten, até à criação da ASEAN, em 1967, é a uma realidade em constituição progressiva. O estudo da região desenvolveu-se nos anos 50 e 60 do século passado por razões de natureza geopolítica, designadamente do interesse dos EUA e do Ocidente numa zona sensível do choque bipolar. A expansão do comunismo desde o Vietname até à Indonésia suscitou a necessidade de desenvolver estudos académicos e não deixou de ter um fim instrumental mais ou menos explícito: tratava-se de procurar descortinar meios de deter o expansionismo do inimigo e de saber como instalar governos de confiança. Nada de especialmente novo.

Previsivelmente, os Estados Unidos tomaram a dianteira neste esforço de investigação. Foi neste contexto que se afirmou a “escola” de Cornell, que combinou a admiração pelos legados históricos e culturais da região com uma certa cumplicidade com os movimentos nacionalistas (cuja linhagem a liga a Yale e a Berkeley, com ampla tradição de estudo deste

domínio). A metodologia adotada foi a combinação da exegese histórica com o trabalho de campo antropológico, com ênfase em exercícios como o desvendar das estruturas básicas e ‘ordem’ da sociedade através do estudo das aldeias. Os especialistas optaram então por escolher um país ou uma região dentro de um país, dando particular ênfase às competências linguísticas e formando equipas multidisciplinares. A Indonésia, a Tailândia e as Filipinas foram os primeiros a despertar a atenção dos estudiosos daquela Universidade. O estudo do Vietname, por ironia, teve modesto desenvolvimento, mas em contrapartida foi detidamente cultivado na Universidade de Sampetersburgo. A abordagem política ficou, no entanto, refém dos métodos emprestados da Antropologia e da História, no pressuposto de que era possível encontrar uma replicação da ordem pré-colonial na realidade pós-colonial e que se poderia generalizar sobre o modo de funcionamento de uma sociedade a nível nacional através da análise minuciosa das redes clientelares no microuniverso de uma aldeia. O registo comparativo era também muito frequente. Mas os estudos de conjunto, fornecendo uma visão regional integrada, não eram praticados, e a capacidade de produzir respostas para as necessidades dos governos ou dos militares foi extremamente limitada. Nestas circunstâncias, não é, de resto, de surpreender que o financiamento para a investigação, proveniente de grandes fundações norte-americanas, tenha decrescido acentuadamente. Seja como for, os Estudos de Área afirmaram-se nas Universidades americanas em especial, menos nas soviéticas e foram-se disseminando pelas instituições académicas europeias, então a iniciar o período pós-colonial e com todo um património de saber acumulado que a partir de então ficou ao abrigo da nova e vasta designação.

É disto exemplo o que aconteceu no Reino Unido, onde a School of Oriental and African Studies (SOAS) ocupou um lugar preeminente, mas também a London School of Economics, onde se destacou um Michael Leifer, que produziu uma obra única no género, um dicionário de política do Sudeste Asiático. Foi também aqui que, já em plena década de 90, se assistiu a um relançamento das publicações de trabalhos académicos de grande qualidade, com destaque para a série “Politics in Asia” da célebre editora Routledge. Na Austrália, um braço dos EUA com um pé no

continente asiático, a Australian National University (ANU) deu igualmente ênfase aos Estudos Asiáticos. Nos mesmos anos 90, destacou-se uma instituição “local”, criada em Singapura: o Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS), que desenvolveu parcerias com várias universidades e centros de investigação de proximidade.

Noutros países europeus, com um passado colonial na região (Holanda, França, Portugal) também se verificou um desenvolvimento neste domínio. Na Holanda, o Leiden Institute for Area Studies, da Universidade de Leiden, é uma das mais prestigiadas escolas europeias de Estudos Asiáticos. Em França, o Institut national des langues et civilisations orientales, que a par do ensino das línguas, se dedicou ao estudo da Geografia, da História, das instituições e da vida política, económica e social da Ásia oriental, assim como a École Française d'Études Orientales. O caso português será abordado mais adiante.

Em todo o caso, duas tendências parecem ter-se firmado nos estudos políticos de área: uma pesquisa orientada para o conhecimento de países específicos, assente no forte contributo do trabalho de campo e outra, seguramente menos conveniente, mais virada para a produção de recomendações de “policy-making”.

Mas mais do que traçar a história dos Estudos de Área e em particular das suas focagens, é preciso articulá-los enquanto campo de estudo com a Teoria das Relações Internacionais, e na sobreposição dos conceitos e métodos desta última ciência que os Estudos de Área, numa dinâmica omni-compreensiva, podem alojar. Há aqui evidentemente uma complementaridade ou até uma simbiose, na medida em que as Relações Internacionais podem fornecer um quadro analítico para percecionar as realidades políticas, económicas e sociais e a sua articulação com o “mundo exterior”; os Estudos de Área, por seu turno, abrigam o contributo de outros domínios do saber, permitindo a verdadeira prática da interdisciplinaridade. Sublinhou-o Jean Baptiste Duroselle, em 1952, num estudo produzido para a UNESCO, trazendo para discussão aspetos menos considerados pelo realismo em voga, então pela voz de Morgenthau, e assinalando o que viria a designar de ‘forças profundas’, as quais viriam a abrir o horizonte e a perspetiva no estudo das relações internacionais:

“It is thus clear that an area study is essentially a contribution to the study of international relations. The expression ‘international relations’ should not, of course, be taken in its narrow sense, which would limit its content to the political relationships between states. Diplomacy assuredly has its share in this concept, which is richer in meaning today than in the past. But relations between nations nowadays are maintained on many other levels. There are economic, financial and monetary relations, demographic relations by emigration or immigration, cultural relations in all their forms (...) » (Duroselle, 1952, 638-639).

Pode-se, pois, falar de uma interface entre os Estudos de Área e as Relações Internacionais: coexistem, são complementares, sobrepõem-se. Nesta zona de sobreposição está o habitat natural da Política Comparada. Mas está também a Geografia porque dá a localização, que implica interação humana e física com o ambiente à nossa volta e a sua relação com a política dentro e fora de fronteiras. É a dimensão geopolítica. A inscrição no tempo é outro dos aspetos indispensáveis, sendo a História é evidentemente uma disciplina central nos Estudos de Área. A Antropologia, por seu turno, tem uma tradição muito forte nos Estudos de Área, tendo tido como cultor figuras ímpares da disciplina na sua articulação com a Ciência Política, como um Clifford Geertz ou até mesmo um Benedict Anderson, um dos pais da teoria modernista do nacionalismo.

Acresce que nesta sobreposição de campo, a moldura dos Estudos de Área pode obviar alguns dos problemas metodológicos da ciência das relações internacionais. Com efeito, os Estados têm uma identidade geográfica e política definida, mas quando se toma a dimensão cultural a unidade e a diversidade são tudo menos realidades de fácil definição. Esta dificuldade cabe, naturalmente, dentro do objeto da Teoria das Relações Internacionais e na sua renovação metodológica, no sentido de que tem vindo a afastar a centralidade do ator Estado. Charles Macdonald, um sudeste-asiatista, escreve a propósito da relevância dos Estudos de Área, concluindo que a visão horizontal dos mesmos oferece um “todo” que, embora suscetível de ser seccionado, permite a visão de conjunto e a comparação (Macdonald, 2004, 3-4).

Mais recentemente Amitav Acharya apontava para o estudo dos regionalismos e das ordens regionais ultrapassando os modelos eurocêntricos e construindo sinergias entre as abordagens disciplinares per se e as abordagens genéricas e multidisciplinares dos Estudos de Área, criando o que chamava de ‘Global International Relations’ em articulação estreita com os ‘mundos regionais’ (Acharya, 2014). Esta proposta reforça a relação umbilical dos Estudos de Área com as Relações Internacionais.

Os estudos sobre a China e o Sudeste Asiático

Não é este o espaço para ‘cartografar’ a emergência, desenvolvimento ou tendências dos Estudos de Área sobre a China e o Sudeste Asiático. Trata-se de uma zona do globo que durante o período da Guerra Fria desencadeou um interesse especial das superpotências, repassando a aliança com as relações internacionais e o estudo da disciplina das Relações Internacionais (Alagappa, 2014).

Com efeito, a fundação da República Popular da China veio dar novo alento à Sinologia no contexto do desenvolvimento dos Estudos de Área, isto é, da criação em instituições universitárias dos estudos sobre a nova China, que floresceram em várias instituições (eg Ching-Kuo Foundation). Nos EUA, John King Fairbank promoveu a orientação para a História e outras ciências sociais. Em 1964 surgiu um debate no *Journal of Asian Studies* sobre a importância da Sinologia, em que o antropólogo G. William Skinner defendia que a Sinologia nos seus moldes tradicionais, filológicos, tinha deixado de fazer sentido e que a aplicação às Ciências Sociais, multidisciplinar, justificava a emergência de um novo domínio científico denominado ‘Estudos da China’.

No que toca aos estudos do Sudeste Asiático têm sofrido ajustamentos, em que a coerência dos mesmos é sacrificada pelo critério da mudança de fronteiras da região, sejam fronteiras políticas sejam até fronteiras académicas. A diversidade e falta de uma visão coerente da região é uma dificuldade inerente, sentida de dentro para fora e de fora para dentro. Nem os sudeste-asiatistas “indígenas” se autoidentificam com o objeto, nem os estudiosos têm facilidade em fixá-lo.

Tal não constitui surpresa de maior ou sequer especificidade, mas tão só uma decorrência da plasticidade das regiões, em que de um imaginário geográfico herdado da Guerra Fria se passou para novas configurações espaciais influenciadas pela “War on Terror”, pela sua associação com o Islão radical, bem como pela afirmação da China como poder económico. Esta renovação reflete a história e apõe uma camada de complexidade ao objeto de estudo, que teve de se ajustar ao tempo das incertezas epistemológicas e desconstruções pós-modernistas, resultantes do fim da Guerra Fria. Heterogeneidade não significa, porém, que os Estudos de Área proponham a análise do aleatório ou do caótico. Neste sentido, têm sido testadas várias propostas metodológicas de que daremos de seguida alguns exemplos, mencionados por Donald K. Emmerson (2014): é o caso da “narrativa analítica” que combina ferramentas de análise habitualmente usadas na Economia ou na Ciência Política (a escolha racional) de uma forma narrativa, como se faz na História. Ou seja, privilegiam-se as histórias, os relatos, o contexto. É analítica no sentido em que extrai linhas explícitas e formais de raciocínio, que facilitam tanto a exposição como a explicação. Com a vantagem de que é menos descritiva do que a História. Outro dos métodos empregues é o da “escolha plural”, o qual tenta fixar a multiplicidade dos motivos e comportamentos do objeto de estudo, a diversidade das abordagens e dos métodos disponíveis para aqueles que desejam estudar tal objeto e ainda a necessidade de fazer a escolha de um método adequado ao problema em pesquisa e não o contrário, como tantas vezes sucede.

Os Estudos Asiáticos em Portugal: investigação e ensino

Num segundo passo, apresenta-se o “State of the Art” em Portugal, porque ajuda a perceber a posição do ISCSP no contexto nacional. Os Estudos Asiáticos têm uma forte preponderância histórica, em especial do período dos Descobrimentos, tendo um número apreciável de cultores quer na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa quer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, designadamente no Centro de História de Além-Mar, e mais recentemente no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa. Num pequeno bosquejo do panorama das

universidades portuguesas é fácil de concluir que a oferta é limitada: assim, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, também no 2.º ciclo de Relações Internacionais, encontra-se a área de especialização em Estudos Políticos de Área, com uma unidade curricular que versa as “Relações Euro-asiáticas”, a cargo da Professora Carla Fernandes. No 3.º ciclo existe a especialidade de Estudos Políticos de Área. Na Universidade Católica, o Mestrado em Estudos Orientais, dirigido por Jorge Santos Alves (e antes por Luís Filipe Thomaz), “é constituído por um conjunto diversificado de disciplinas e seminários, organizado de forma maleável e flexível segundo as linhas orientadoras do Protocolo de Bolonha e lecionado por um corpo docente de especialistas nas diversas regiões da Ásia e em diversas áreas do conhecimento, entre História e Cultura, Línguas e Relações Internacionais”. A Católica fez um consórcio com a Faculdade de Letras para criar o Mestrado em Estudos Asiáticos – o consórcio de Estudos Asiáticos, iniciado em 2012/2013 com objetivos definidos orientados para a História e a tradução³³. De registar ainda a incursão pelos mais específicos Estudos Chineses na Universidade de Aveiro. Para tal foi criado em 1997, um Centro de Estudos Asiáticos cujo objetivo é “promover (...) atividades (...) nos domínios da Língua, História, Cultura, Política, Economia e Gestão”. A área de formação do CEAUA centra-se em cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) e em programas de doutoramento”³⁴. Foi deste centro que emergiu o Mestrado em Estudos Chineses.

Na área da Economia, destaque para a Unidade de Estudos Asiáticos do CESA (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento), no ISEG, criada em 1999 e dirigida pelo Prof. António Almeida Serra, a qual “visa o estudo da Ásia Oriental (da Coreia do Sul até à Tailândia mas com maior ênfase na China, incluindo Macau e Hong Kong, e Timor Leste) e da Ásia do Sul (principalmente a Índia e, nela, o Estado de Goa)³⁵.

³³ http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=924&lang=1&artigoID=5360), consultado a 3.11.2016.

³⁴ <http://www2.adm.ua.pt/ce/cea/New%20Site/port/entradaport.html>), consultado a 3.11.2016.

³⁵ <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/ueasia.html>, consultado a 3.11.2016.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa existe uma licenciatura em Estudos Asiáticos, atualmente dirigida pelo Prof. Luís Filipe Barreto e que teve o seu início no ano letivo 2008-2009, com destaque para o ensino das línguas: “A aprendizagem das línguas asiáticas, segundo a escolha de cada estudante, constitui o núcleo do Curso e contextualiza-se nas respectivas áreas regionais estratégicas: Extremo Oriente (China e Japão), Índia e Malásia, Mundo Islâmico asiático”.

Não que o acervo de investigação e mesmo aquela que se faz atualmente sejam de menosprezar; pelo contrário, o volume de trabalhos existentes é extraordinário, sobretudo se tivermos em conta o fraco apoio institucional para a produção científica. A denotar esta falta esteve a ausência nos concursos de I & D da Fundação para a Ciência e Tecnologia dos Estudos Asiáticos, em contraste com os Estudos Africanos que foram – e muito bem – considerados um domínio científico.

Uma conclusão rápida mas inevitável é a de que os Estudos Asiáticos têm poucos cultores em Portugal, tanto no domínio da investigação como do ensino. A História e a Antropologia têm ocupado o terreno, mas existe um potencial de expansão para as Relações Internacionais, dada a importância crescente que a região tem no plano global e à conjuntura de recentragem política na área do Pacífico, o que, no caso português, se continua a fazer pela relação com a China, Macau e Timor, como historicamente sucedeu. Neste contexto nacional de claro recesso, o ISCSP e o Instituto do Oriente em particular têm apostado na constância, ainda que com a intensidade que a conjuntura autoriza, marcando assim um ‘território’ incontornável.

Reference list:

- Acharia, Amitav (2014). 'Global International Relations (IR) and Regional Worlds, A New Agenda for International Studies', *International Studies Quarterly*. 58 (4): 647-659.
- Alagappa, Mutiah (2011). 'International Relations Studies in Asia: distinctive trajectories', *International Relations of the Asia Pacific*. 11 (2): 193-230.
- Barrento, João (1999). 'Prefácio' a Goethe, *As afinidades eletivas*. Lisboa: Relógio de Água.
- Duroselle, Jean Baptiste (1952). 'Area Studies : Problems of Method', *International Social Science Bulletin Area Studies*, IV(4), UNESCO : 638-639.
- Emmerson, Donald K. (2014). 'The Spectrum of Comparisons : A Discussion'. *Pacific Affairs* 87 (3) : 539-556.
- Löwy, Michael (2004). 'Le concept d'affinité élective chez Max Weber'. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, n. 127, 93-103. Versão on-line disponível desde 25 de junho de 2007, em: <http://assr.revues.org/1055>.
- MacDonald, C. J-H (2004), 'What is the use of Area Studies?', International Institute for Asian Studies (IIAS) *Newsletter* 35, *Theme : 'Indigenous People's Movements'*, Leiden, IIAS, 3-4.

